

Mensagem nº 359

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

Os méritos do Senhor Sérgio Eduardo Moreira Lima que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de junho de 2018.

Brasília, 22 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA

CPF.: 268.656.107-68

ID.: 5119 MRE

1949 Nasce em 19 de abril, filho de Everardo Moreira Lima e Maria Eudóxia Moreira Lima, no Rio de Janeiro/RJ.

Dados Acadêmicos:

1972 Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
2009 Mestre Direito Internacional Público Universidade de Oslo

Cargos:

1973 Terceiro-secretário
1977 Segundo-secretário
1980 Primeiro-secretário
1986 Conselheiro
1993 Ministro de segunda classe
2001 Ministro de primeira classe

Funções:

1973 Divisão da América Meridional I, assistente
1974 Gabinete do Ministro de Estado, oficial de Gabinete e assessor
1979 Embaixada em Washington, segundo e primeiro-secretário
1983 Embaixada em Lisboa, primeiro-secretário e encarregado de negócios
1987 Divisão de Privilégios e Imunidades do Cerimonial, chefe
1987 Cerimonial, chefe substituto
1989 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, conselheiro
1992 Departamento Econômico, coordenador-executivo
1992 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, chefe
1993 Departamento de Política Comercial, chefe substituto
1995 Embaixada do Brasil em Londres
1999 Secretaria de Controle Interno, secretário
2003 Embaixada em Tel Aviv, embaixador
2004 Embaixada em Chipre, embaixador cumulativo
2007 Embaixada em Oslo, embaixador
2007 Embaixada junto à Islândia, embaixador, cumulativo
2011 Embaixada em Budapeste, embaixador
2013 Função Alexandre de Gusmão

Condecorações:

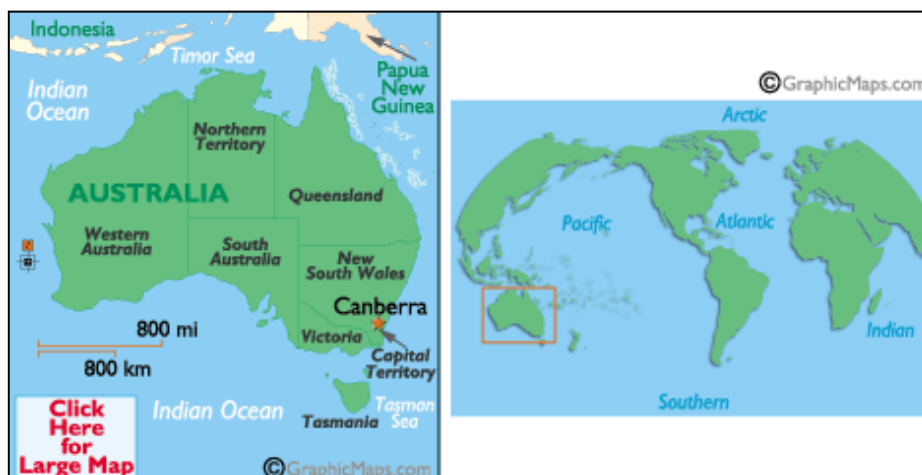
1974 Ordem de Rio Branco, Brasil, Cavaleiro
1974 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
1975 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro

1976	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1976	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil
1977	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
1978	Ordem Militar de Cristo, Portugal, Oficial
1978	Ordem do Mérito, França, Cavaleiro
1987	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
1998	Ordem de Victoria, Grã-Bretanha, Comandante
1999	Ordem Nacional, Côte d'Ivoire
2007	Ordem Real de Santo Olavo da Noruega, Grã- Cruz
2013	Ordem do Mérito da Hungria

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

AUSTRÁLIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Junho de 2018
DADOS BÁSICOS SOBRE A AUSTRÁLIA

NOME OFICIAL	Comunidade da Austrália
ADJETIVO GENTÍLICO	australiano
CAPITAL	Canberra
ÁREA	7.692 km ²
POPULAÇÃO (2012)	22,9 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (25,8%), Anglicanos (18,7%), Metodistas (5,7%), Presbiterianos (3%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Senado e Câmara dos Deputados ("House of Representatives")
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral General Peter Cosgrove (desde março de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Malcolm Turnbull (desde setembro de 2015)
CHANCELER	Julie Bishop (desde setembro de 2013)
PIB nominal (2017)¹	US\$ 1,932 trilhão
PIB PPP (2017)¹	US\$ 1,228 trilhão
PIB nominal <i>per capita</i> (2017)¹	US\$ 78,896
PIB PPP <i>per capita</i> (2017)¹	US\$ 50,175
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2017)¹	2,3%
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano 2015²	0,939 (2ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015)³	82,5 anos
MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO (2015)³	13,2 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)⁴	5,6%
UNIDADE MONETÁRIA	dólar australiano
EMBAIXADOR EM CANBERRA	Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	John Richardson
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 27 mil brasileiros residentes na Austrália

(1) Dados do FMI – <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/weoselgr.aspx>

(2) Dados do United Nations Development Programme – disponíveis em <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/AUS>

(3) Dados disponíveis em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Table1.pdf

(4) Dados da OCDE – disponíveis em <https://data.oecd.org/australia.htm>

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - Fonte: MDIC

Brasil → Austrália	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	494	512	598	1.092	1.390	1.336	2.762	1.614	1.453	1.827
Exportações	242	247	305	464	614	492	803	450	400	464
Importações	252	265	292	628	775	844	1.958	1.163	1.052	1.363
Saldo	-9	-17	12	-164	-161	-351	-1.154	-712	-652	-898

APRESENTAÇÃO

Federação de seis ex-colônias britânicas, o país formou-se em 1901, sob o nome de Comunidade da Austrália. País de proporções continentais, o sexto maior do mundo, a Austrália tem-se tornado, nas últimas décadas, um país internacionalmente competitivo e uma avançada economia de mercado, sobretudo em razão das reformas econômicas adotadas na década de 1980 e de sua localização em uma das regiões de maior crescimento da atualidade. Tem uma população de 23 milhões de habitantes concentrada, nas costas do país. A Austrália abriga 10% da biodiversidade do planeta.

PERFIS BIOGRÁFICOS

General Sir Peter Cosgrove

Governador-Geral da Austrália, representando a Rainha Elizabeth II



Sir Peter Cosgrove, nascido em julho de 1947, tornou-se o 26º Governador-Geral da Austrália em março de 2014, após sua indicação pelo Primeiro-Ministro Tony Abbott ser aceita pela Rainha Elizabeth II.

Provém de família militar e ingressou no exército australiano em 1965. No começo de sua carreira, serviu em combate na Guerra do Vietnã e recebeu altas condecorações como a Cruz Militar em 1971 e a medalha nacional em 1980. Ganhou fama nacional ao comandar as forças internacionais de manutenção da paz em Timor Leste, em 1999. Em 2000 tornou-se comandante do exército e, em 2002, chefe das forças armadas australianas. Após completar o mandato máximo de 3 anos como chefe das forças armadas em 2005, foi selecionado para liderar a força-tarefa para

reconstrução de comunidades arrasadas por ciclone no estado de Queensland. Desde 2005, já aposentado das forças armadas, participou da diretoria de diversas empresas, entre as quais a da Qantas, principal empresa aérea australiana, e foi reitor da Universidade Católica Australiana.

Malcolm Bligh Turnbull
Primeiro-Ministro da Austrália



Malcolm Bligh Turnbull, nasceu em Sydney, em outubro de 1954. É formado em direito pela Universidade de Sydney. Com bolsa do programa Rhodes, também estudou na Universidade de Oxford, onde obteve bacharelado em direito civil. Durante as décadas de 80 e 90, Turnbull trabalhou como jornalista, advogado e investidor, especialmente na área de capital de risco. Como "venture capitalist", apoiou empresas provedoras da internet nos primórdios da rede mundial de computadores. Ao lado de sua mulher, teve sucesso considerável nos negócios e a fortuna familiar é estimada em cerca de AU\$ 200 milhões (US\$ 148 milhões). Turnbull tem interesse pela política desde a época em que frequentava a Universidade de Sydney. Há relatos publicados na imprensa local de que teria manifestado intenção de ser Primeiro-Ministro aos 21 anos de idade. Já em 1981, concorreu pelo Partido Liberal, sem sucesso, à vaga de deputado federal pelo distrito de Wentworth, na região de Sydney.

Entre 1993 e 2000, Turnbull foi líder do Movimento Republicano da Austrália. Em 2004, foi eleito para a Câmara de Representantes pelo distrito de Wentworth e reeleito nas três eleições federais subsequentes (2007, 2010 e 2013). Durante o governo da Coalizão Liberal-Nacional do Primeiro-Ministro John Howard (março de 1996 a dezembro de 2007), assumiu, por breve período, o Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (entre janeiro e dezembro de 2007). Após a

derrota eleitoral da Coalizão em 2007, Turnbull foi “shadow Minister” do Tesouro e, em setembro de 2008, conquistou a liderança do Partido Liberal. Pouco mais de um ano depois, em 1º de dezembro de 2009, foi derrotado por Tony Abbott, por apenas um voto (42 votos a 41), em nova disputa pela liderança do Partido Liberal. Na ocasião, Turnbull perdeu parte do apoio do Partido por defender as metas de redução de emissão de carbono propostas pelo governo Trabalhista.

Apesar de ter feito toda sua carreira política no Partido Liberal, Turnbull tem posições, em temas como política ambiental, casamento entre pessoas do mesmo sexo e forma de governo, menos conservadoras do que a média dos integrantes da agremiação. Suas posições têm causado dificuldades políticas, em especial, com a liderança do Partido Nacional, parceiro júnior da Coalizão, de base ruralista e conservadora. Possui, ainda, laços com a China, tendo participado da criação de uma das primeiras “joint-ventures” de mineração entre empresas ocidentais e chinesas, em 1994.

Após perder a liderança do Partido Liberal e cogitar abandonar a política, Turnbull foi “shadow Minister” das Comunicações sob a liderança de Abbott. Com a vitória do Partido Liberal nas eleições de 2013, Turnbull tornou-se Ministro das Comunicações do governo Abbott, entre setembro de 2013 e setembro de 2015, quando renunciou para novamente pleitear a liderança do Partido. Malcolm Turnbull assumiu a chefia do governo australiano em 15 de setembro de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália foram estabelecidas em 1945. A Representação diplomática australiana, a primeira na América Latina, foi instalada no Rio de Janeiro em 1946 e no mesmo ano foi criada a Legação brasileira em Camberra. Apesar de bastante cordiais, as relações entre Brasil e Austrália estiveram largamente confinadas, durante todo o século XX, ao aspecto multilateral, onde as afinidades de perfis das economias brasileira e australiana fizeram com que recorrentemente os países defendessem as mesmas posições em fóruns internacionais. A falta de prioridade das relações bilaterais é facilmente percebida pela escassez de acordos firmados entre os dois países até 1990, quando foi estabelecido o Mecanismo de Consultas Políticas entre altos funcionários das chancelarias dos dois países.

Em virtude dos contatos proporcionados pelas reuniões de consultas políticas, o aspecto bilateral das relações Brasil-Austrália foi sendo valorizado a partir dos anos 1990. A criação do “Council on Australia-Latin America Relations”

(COALAR), no âmbito do *Department of Foreign Affairs and Trade* (DFAT), em 2001, durante o governo liberal de John Howard, ressaltou o interesse australiano em desenvolver as relações com os países latino-americanos, e com o Brasil em particular, mas apenas durante os governos trabalhistas de Rudd e Gillard as relações bilaterais com a Austrália tomaram maior impulso político, em especial com a visita do então Ministro Celso Amorim ao país, em 2008.

Nessa ocasião, o Brasil propôs o estabelecimento de um Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada, que foi assinado por ambos os Chanceleres em setembro de 2010, em Nova York, à margem da 65ª AGNU. Esse documento previa, além da manutenção do mecanismo de consultas entre os dois países, cooperação nas áreas científica, tecnológica, cultural, desportiva, cooperação técnica trilateral e articulação sobre temas multilaterais.

A iniciativa teve por objetivo criar uma nova arquitetura para aprofundar as relações bilaterais, com a proposta de ações em todas as áreas prioritárias do relacionamento Brasil-Austrália, e o estabelecimento de mecanismos de alto nível para fortalecer o diálogo e a coordenação de posições em temas da agenda internacional de mútuo interesse. Como resultado dos esforços para implementar o Plano de Ação, foram assinados, durante a visita do então Chanceler Kevin Rudd ao Brasil (Foz do Iguaçu, 15-17 de dezembro de 2010), o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica para o Desenvolvimento em Terceiros Países e o Memorando sobre Cooperação em Eventos Esportivos de Grande Porte.

Visitas e Encontros de Alto Nível

A visita da então Primeira-Ministra Julia Gillard ao Brasil por ocasião da Cúpula Rio+20, em junho de 2012, e a realização de reunião bilateral de trabalho com a então Presidente Dilma Rousseff resultaram na elevação do relacionamento ao nível de Parceria Estratégica.

A Austrália vê com interesse a intensificação dos laços com o Brasil e espera, no âmbito da Parceria Estratégica, a realização regular de encontros bilaterais entre os Chefes de Governo e o intercâmbio de visitas de nível ministerial.

Durante as Olimpíadas de 2016, em agosto, o Governador-Geral da Austrália, Sir Peter Cosgrove, visitou o Brasil. Em setembro, Sir Peter Cosgrove retornou ao Brasil para acompanhar a abertura dos Jogos Paralímpicos.

Visitas e encontros de Ministros das Relações Exteriores e do Comércio.

O então Ministro Celso Amorim foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores brasileiro a visitar a Austrália, o que fez em duas oportunidades (1994 e 2008). Por ocasião da visita oficial em agosto de 2008, o ex-Chanceler brasileiro manteve encontro com o então Primeiro-Ministro Kevin Rudd, com o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith, e com o então Ministro do Comércio Exterior, Simon Crean. No encontro com Stephen Smith, os Ministros examinaram a evolução da agenda bilateral e saudaram a coincidência de posições de ambos os países nos foros multilaterais. Com vistas a elevar as relações entre o Brasil e a Austrália, acordaram o lançamento de um Plano de Ação para concretizar a ideia de uma “Parceria Reforçada”.

Em agosto de 2009, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Stephen Smith, visitou o Brasil. Após suceder Stephen Smith como Chanceler, Kevin Rudd manteve encontro com o ex-Ministro Amorim em Nova York, à margem da 65ª AGNU em setembro de 2010, quando foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada entre os dois países. No mesmo mês, Kevin Rudd visitou o Brasil. Além de ser recebido, em Foz do Iguaçu, pelo então Presidente Lula e pelo então Chanceler Celso Amorim, participou, como convidado especial, da XL Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (Foz do Iguaçu, 16 de dezembro de 2010).

O então Ministro do Comércio da Austrália, Simon Crean, visitou o Brasil em abril de 2010. Em reunião de trabalho, em Brasília, foi assinado o Acordo bilateral de Serviços Aéreos. O então Chanceler Celso Amorim e o ex-Ministro do Comércio australiano mantiveram encontros à margem da reunião ministerial da OCDE (Paris, junho de 2009), e à margem do Fórum Econômico Mundial (Davos, janeiro de 2010), ocasiões em que foram abordados temas afetos à Rodada Doha e ao relacionamento econômico-comercial bilateral.

Seu sucessor como Ministro do Comércio da Austrália, Craig Emerson, manteve encontros com o então Ministro Antonio Patriota em janeiro de 2011, à margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos, e visitou o Brasil a frente de uma delegação empresarial em abril de 2012. Embora a maior parte de seus compromissos tenha sido em São Paulo, o Ministro Craig Emerson foi a Brasília no dia 16 de abril de 2012, quando manteve encontro com o Ministro Antonio Patriota no Palácio do Itamaraty.

Em novembro de 2014, por ocasião da Cúpula do G20 em Brisbane, houve encontro do então Ministro de Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, com a

sua contraparte australiana, Julie Bishop. Na ocasião, foi assinado o Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal.

Em julho de 2015, Julie Bishop realizou visita a Brasília e São Paulo. A Ministra Julie Bishop foi recebida em Brasília pelo então Chanceler, com quem celebrou o aniversário de 70 anos das relações Brasil-Austrália, e pelo Ministro da Educação, ocasião em que foi renovado Memorando de Entendimento em Educação, além de manter encontros em São Paulo com empresários e estudantes australianos e brasileiros.

Em agosto de 2016, Julie Bishop retornou ao Brasil, em caráter privado, para acompanhar os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Em outubro de 2017, o Ministro Aloysio Nunes participou de café da manhã para os Ministros do Grupo de Cairns oferecido pelo Ministro de Investimento da Austrália, Steven Ciobo, às margens da Reunião Informal de Ministros da OMC, em Marrakesh.

Consultas Políticas Bilaterais e Plano de Ação

O Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Austrália, criado em 1990, constitui foro de análise e intercâmbio de ideias sobre assuntos de interesse comum.

O Memorando de Entendimento que estabelece a Parceria Reforçada e dá formato ao Plano de Ação Brasil-Austrália que se pretende desenvolver entre os dois países, foi assinado em 21 de setembro de 2010, em Nova York, ao final do encontro do ex-Chanceler Celso Amorim com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Kevin Rudd, à margem da 65ª Assembléia Geral da ONU. O documento criou uma nova arquitetura para aprofundar as relações bilaterais ao propor ações em todas as áreas prioritárias do relacionamento Brasil-Austrália (Comércio e Investimentos, Ciência e Tecnologia, Agricultura e Assuntos Sanitários e Fitossanitários, Cooperação para o Desenvolvimento, Mineração e Energia, inclusive Biocombustíveis, Esportes, Educação e Treinamento, Serviços Financeiros, Vistos, Cultura, Cooperação Jurídica, Segurança Regional, Meio Ambiente e Questões Multilaterais), e estabeleceu mecanismos de alto nível para fortalecer o diálogo e a coordenação de posições em temas da agenda internacional de mútuo interesse.

A última Reunião de Consultas Políticas foi a 10ª edição do encontro, realizada em Brasília em 2017.

Outras visitas

Em fevereiro de 2016, o governador de Goiás, Marconi Perillo, realizou missão empresarial a Sydney. A visita incluiu reuniões com altas autoridades governamentais do estado de Nova Gales do Sul, visitas a centros de inovação tecnológica e universidades, evento empresarial e entrevista concedida à radio SBS.

Em novembro de 2017, o Ministro do Turismo, Marx Beltrão, realizou visita a Sydney, onde promoveu evento de anúncio do novo sistema de visto eletrônico para detentores de passaportes australianos.

Relações parlamentares

Em junho de 2016, o Grupo Parlamentar Brasil-Austrália foi reinstalado, no Congresso Nacional, para o biênio 2016-2018. O Grupo fora originalmente criado em 1994, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da Comunidade da Austrália. O grupo é formado por 70 deputados e 31 senadores. A presidência, durante o atual biênio, está a cargo da senadora Ana Amélia. O Parlamento australiano também conta com Grupo Parlamentar sobre o relacionamento bilateral, presidido pelo deputado Damian Drum (Partido Nacional).

Em abril de 2018, delegação parlamentar australiana visitou o Brasil. A delegação foi chefiada pelo Presidente do Senado, senador Scott Ryan, e integrada pelos seguintes parlamentares: deputada Julie Collins, senador David Bushby, senador Alex Gallagher, deputado Matt Thistlethwaite e deputado Andrew Laming. A missão incluiu visita ao Rio de Janeiro e a Brasília.

Em Brasília, a delegação cumpriu extensa agenda, que envolveu visitas ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e ao Senado Federal. O principal interesse da delegação australiana foi o de conhecer as reformas nos sistemas trabalhista e previdenciário, além das mudanças em normas de regulação econômica.

Acordo Mercosul-CER (*Closer Economic Relations*)

Mercosul e Austrália/Nova Zelândia estabeleceram Diálogo Econômico em 1994. Em 2010, representantes dos dois países da Oceania e os do Mercosul apoiaram a criação de foro de encontros periódicos sobre temas como promoção de acesso a mercados em bens e serviços, entre outros, consubstanciado em Diálogo Comercial Mercosul-CER. Desde 2016, a Nova Zelândia vem sinalizando maior interesse em aprofundar o diálogo comercial com o Brasil.

Em maio de 2017, realizou-se, em Buenos Aires, a última reunião do Diálogo Econômico Mercosul-CER. Os sócios tinham por objetivo promover o

diálogo a uma nova etapa, reconhecendo que, em eventual negociação, os maiores desafios a serem superados se encontrariam no setor de lácteos e carnes, mas que não seriam intransponíveis. Na reunião, a delegação australiana mostrou estar já mais alinhada com o objetivo neozelandês de avançar no exercício de diálogo.

Em visita a São Paulo, em março de 2018, Steven Ciobo, Ministro australiano do Comércio, Turismo e Investimentos, afirmou em entrevista que "o próximo passo é provavelmente, com o tempo, ver se é possível um acordo de livre-comércio entre Mercosul e Austrália", mas que caberia "ver o que acontece com o acordo com a UE, que vai servir como referência e ponto de partida".

Acordo em Ciência, Tecnologia e Inovação

Após um longo período de negociações, o acordo foi assinado na Embaixada do Brasil em Camberra em 7 de setembro de 2017, com a presença do Ministro australiano para Indústria, Inovação e Ciência, Arthur Sinodinos. O PM Malcolm Turnbull anunciou, em novembro passado, que o Brasil integra o grupo de parceiros prioritários para o desenvolvimento de inovação na Austrália.

Tratado de Auxílio Jurídico em Matéria Penal

O acordo foi assinado em novembro de 2014. O acordo encontra-se, no momento, em análise, no Ministério da Justiça, desde abril de 2017, faltando-lhe tanto o parecer jurídico como o de mérito.

Assuntos consulares

Atualmente, estima-se que haja em torno de 37 mil cidadãos brasileiros na Austrália, sendo oito mil e quinhentos residentes (os números excluem o estado da Tasmânia, para o qual o censo não forneceu dados). A rede consular está coberta pela Embaixada do Brasil em Camberra e pelo Consulado-Geral do Brasil em Sydney. O principal destaque é a educação, uma vez que o Departamento de Educação registrou 35 mil matrículas de estudantes brasileiros em instituições australianas em 2017, sendo a sexta maior fonte de estudantes estrangeiros do país.

No que tange a não residentes, em 2017, 54.900 brasileiros visitaram o país, dos quais 18 mil (33%) são por motivos de férias, 16 mil (30%) por motivos de estudos, 13 mil (24%) para visitas a familiares e amigos e 3.800 (7%) a negócios.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano da Austrália.

POLÍTICA INTERNA

A Austrália é um Estado Federal, composto pelos Estados da Nova Gales do Sul, Vitória, Queensland, Austrália Ocidental, Austrália do Sul, Território do Norte e Tasmânia. O país é uma Monarquia Constitucional com um sistema de governo parlamentar. A Chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral General Sir Peter Cosgrove. O Chefe de Governo é o Primeiro-Ministro, líder do governo formado pelo partido com o apoio da maioria na Câmara dos Deputados.

Há dois grupos políticos principais que formam o governo, a nível federal e estadual: o Partido Trabalhista e a Coalizão, formada pelo Partido Liberal e pelo Partido Nacional, seu parceiro menor. Partidos menores - o Partido Verde, o Partido Democrata, o Partido Primeiro a Família e o Partido Uma Nação – e deputados independentes também estão representados no Parlamento.

Os liberais estiveram no poder de 1949 a 1972 (Robert Menzies, Harold Holt, John McEwen, John Gorton e William McMahon). Com a exceção do governo de John Fraser (1972 a 1975), os trabalhistas dominaram a política australiana de 1972 a 1996 (Edward Whitlam, Robert Hawke e Paul Keating). John Howard, da Coalizão Liberal-Nacional, esteve à frente do governo australiano por 4 mandatos consecutivos, em um total de 11 anos (1996 a 2007), tendo sido o segundo Primeiro-Ministro a ficar mais tempo no cargo, atrás apenas de Robert Menzies.

Kevin Rudd, do Partido Trabalhista, foi Primeiro-Ministro de dezembro de 2007 a junho de 2010; entre junho de 2010 e junho de 2013 foi sucedido no cargo por Julia Gillard, também do Partido Trabalhista, e em junho de 2013 foi reconduzido à liderança de seu partido e a novo e breve mandato como Primeiro-Ministro. Durante as eleições gerais de setembro de 2013, a Coalizão Nacional-Liberal derrotou o Partido Trabalhista e Tony Abbott tornou-se o novo Primeiro-Ministro da Austrália. Em setembro de 2015, Abbott perdeu a liderança do Partido Liberal para seu ex-Ministro das comunicações, Malcolm Turnbull, que desde essa data ocupa a posição de Primeiro-Ministro.

Nas eleições de julho de 2016, uma das mais concorridas eleições australianas, o Primeiro-Ministro Malcolm Turnbull foi vitorioso. Em junho de 2017, o governo Turnbull logrou nova vitória, ocasião em que conseguiu aprovar pacote de financiamento ao setor educacional no valor de AUD 23,5 bilhões (US\$ 17,4 bilhões) para os 10 anos seguintes. Apesar das sucessivas vitórias parlamentares, as pesquisas de opinião de junho de 2017 apontaram para preferência de 53% do eleitorado pelo Partido Trabalhista contra 47% da coalizão entre os partidos Liberal e Nacional, o que alimentou especulações quanto a divergências internas no Partido Liberal e à solidez da liderança de Malcolm Turnbull. O Partido Trabalhista, por sua vez, mostrou-se confortável com o quadro de relativa inércia que parece ter dominado as preferências do eleitorado.

Em abril de 2018, foi divulgada nova pesquisa eleitoral que mostra, novamente, a coalizão liberal atrás do Partido Trabalhista, além de terem diminuído expressivamente os índices de popularidade pessoal de Turnbull. Contudo, as análises políticas em Camberra coincidem em que não há, no momento, risco de movimentação dentro do Partido Liberal para a substituição de Turnbull, inclusive porque não haveria candidatos óbvios que pudessem angariar nível suficiente de apoio dentro do partido. Isso não significa, entretanto, que esse quadro permanecerá inalterado caso não haja reversão da atual tendência favorável aos Trabalhistas.

POLÍTICA EXTERNA

Desafio permanente que a Austrália enfrenta, desde a independência, em 1901, é o de conciliar sua origem ocidental com sua geografia asiática, de forma a forjar sua identidade nacional. Assim, ao longo da sua história, a Austrália se confrontou com a necessidade de superar a noção de ser um país ocidental isolado em sua própria região. As preocupações da Austrália com seu contexto geopolítico imediato explicam, por um lado, a prioridade concedida à defesa e segurança nacional e regional, amparada por forte tradição militar em parceria com os Estados Unidos, e por outro, a aproximação gradual - econômica e militar - com os países da Ásia e do Pacífico.

Essas relações tornaram-se mais efetivas a partir de 1983, nos governos trabalhistas de Bob Hawke e Paul Keating, à luz dos elementos do novo desenho de forças na região, a saber: a parceria econômica com o Japão desde os anos 50, a abertura da China a partir do início dos anos 70 e a necessidade de atenção constante

no relacionamento bilateral com a Indonésia, historicamente o mais importante dentre os países do Sudeste Asiático para a Austrália.

Daí o ativo papel desenvolvido pela Austrália no estabelecimento da APEC, entidade regional que congrega, em um único foro, os Estados Unidos, o Canadá e países do sudeste e leste da Ásia, e constitui, assim, convergência dos dois principais focos de interesse da política externa australiana. Sua primeira reunião realizou-se em Camberra, em 1989. Registre-se que China, Japão e Coreia do Sul tornaram-se os principais mercados para as exportações da Austrália, seguidos dos Estados Unidos.

Diante de suas circunstâncias geopolíticas, a inserção internacional da Austrália estaria baseada nos seguintes desafios estratégicos:

- (1) Responder às ameaças de nuclearização da Ásia e à guerra contra o terrorismo é uma preocupação estratégica ampla da Austrália, que conta com a estreita aliança com os Estados Unidos.
- (2) Busca de boas relações com os EUA e a China, de forma a neutralizar a complexa dualidade EUA-Ásia.
- (3) Fortalecimento da cooperação com a Indonésia e com o Pacífico (Timor Leste, Papua Nova Guiné, Fiji, Ilhas Salomão).

Nesse contexto, note-se a importância da Nova Zelândia – aliado natural com herança comum anglo-saxã –, que tem contribuído com tropas, assistência técnica e recursos em missões no Timor Leste e Ilhas Salomão. O fluxo migratório em ambos os sentidos, as relações nos planos comercial e de defesa, a competição no campo esportivo e as relações entre as populações são fatores que favorecem o sentimento de proximidade e a construção da ideia de uma identidade regional. No nível governamental, as relações com a Nova Zelândia são muito desenvolvidas, com inúmeros mecanismos de consulta e concertação entre os dois governos (encontros regulares entre os Primeiros Ministros, os Ministros da Economia, Comércio, Defesa e Relações Exteriores). No plano multilateral, a Nova Zelândia tem atuado em sintonia com a Austrália em diversos organismos – Organização Mundial do Comércio e Grupo de Cairns (temas agrícolas), APEC, Foro de Segurança regional da Associação do Sudeste Asiático, Foro das Ilhas do Pacífico.

Austrália e EUA têm uma forte aliança de segurança que pauta o relacionamento bilateral há décadas. Os contornos da política externa australiana têm tradicionalmente como ponto de partida a aliança estratégica e militar com os Estados Unidos e o "guarda-chuva" nuclear por ela fornecido. Além da saída dos EUA da TPP, houve um polêmico incidente envolvendo refugiados asiáticos. Durante a gestão Obama, os EUA concluíram um acordo pelo qual receberiam parte dos refugiados em solo australiano, de maioria iraquiana e iraniana. Ao assumir, Donald Trump anunciou que reveria o acordo fechado pela administração Obama.

Ao lado dos EUA, a China tem-se revelado fator central para a política externa australiana. Há uma vertente que propugna uma orientação da política externa australiana pelo objetivo de auferir os melhores resultados possíveis de um relacionamento construtivo com a China, ainda que isso possa implicar no futuro algum grau de afrouxamento dos compromissos estratégicos com os EUA.

Sucessivos governos australianos têm adotado postura de engajamento pragmático com Pequim. Esse pragmatismo é revelado na cautela da Austrália no tocante à questão do mar do sul do China, mas não tem impedido posicionamento crítico australiano quanto à capacidade da China de exercer liderança na região sem um regime político democrático. A Chanceler Julie Bishop reuniu-se com seu homólogo chinês à margem da ministerial do G20, em Buenos Aires, em maio de 2018, com intuito de reaproximar os dois governos e rebater as críticas sobre o “congelamento” imposto pela China às relações diplomáticas bilaterais, em razão do desagrado chinês com declarações do governo Turnbull. Enquanto Bishop declarou à imprensa que a conversa foi positiva, o porta-voz da chancelaria chinesa afirmou que, para a relação entre os dois países funcionar, seria necessário que a Austrália se livrasse do “pensamento tradicional” e enxergasse o desenvolvimento chinês positivamente.

Com a incerteza de Camberra sobre a permanência do compromisso norte-americano com a região, reforça-se na Austrália sentido de urgência quanto à importância de estreitamento de laços e intensificação da agenda diplomática com os diferentes países da ASEAN, começando pela Indonésia, e também com a Coreia do Sul e o Japão.

Digna de nota é a decisão do Conselho da União Europeia de autorizar o início das negociações para a celebração de acordo de livre-comércio com a Austrália, que aguarda a visita da Comissária de Comércio europeia, ainda durante o mês de junho de 2018, para o lançamento formal das negociações.

Por fim, em novembro de 2017, foi lançado o Livro Branco de Política Externa do governo australiano. Trata-se do primeiro documento abrangente de diretrizes da política externa do país desde 2003. O Primeiro Ministro Malcolm Turnbull afirmou que o documento constitui "arcabouço para o país enfrentar com confiança os desafios de um futuro incerto".

Há presença relativamente marginal da América Latina e da Europa no documento. As menções à região latino-americana surgem mais claramente com relação ao plano econômico comercial, havendo referência ao interesse no aprofundamento das relações com o Mercosul. O Secretário de Defesa australiano, Greg Moriarty, afirmou que, por ser a América Latina uma região pacífica e distante da Austrália, não haveria uma "disposição natural" australiana com relação a ela. Contudo, afirmou que o país estaria "open for business" e que, em Camberra, caberia aos representantes latino-americanos apresentarem propostas concretas e vantajosas de engajamentos bilaterais.

Há poucas citações ao Brasil no Livro Branco. Na parte referente aos desafios apresentados pela nova governança global, o Brasil é enquadrado entre os poderes emergentes que dariam novo dinamismo ao sistema internacional, ao lado da China, da Indonésia, da Índia e da Nigéria. Na parte de negociações comerciais, o Brasil é citado como membro do Mercosul, com o qual a Austrália busca aprofundar o comércio e o investimento. Na seção de educação, o Brasil é elencado como a sexta maior fonte de estudantes estrangeiros na Austrália, além de ser o país fora da região Ásia-Pacífico que mais envia estudantes para a Austrália.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Austrália apresenta taxas positivas de crescimento econômico há vários anos, o que tem permitido ao país ocupar posição de destaque em "rankings" internacionais. Em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,27% e somou US\$ 1,38 trilhão. Por conseguinte, nesse mesmo ano, o PIB *per capita* do país somou US\$ 55,707. Apesar de a economia da Austrália ter-se destacado como uma das mais bem gerenciadas, permanecendo à margem dos efeitos da crise financeira global, o país sofreu, no ano de 2015, queda de sua atividade econômica, provocada pela retração do mercado chinês e pelas consequências advindas dessa conjuntura, que se refletiram na queda do poder de compra da moeda australiana, no aumento do desemprego, e na diminuição dos negócios no setor de varejo.

A Austrália é um dos maiores produtores e exportadores de produtos minerais, atividade que tem grande peso na composição do PIB local. Possui abundantes reservas de carvão, ferro, cobre, ouro, gás natural e urânio, que, além de sua importância na pauta, também atraem grandes investimentos para o país. É também um dos maiores produtores e exportadores de diversos produtos agrícolas, tais como carnes, trigo, cevada e lã. O segmento de manufaturas inclui empresas de processamento de gêneros alimentícios, além de empresas de alta tecnologia.

O país tem mantido postura agressiva em negociações de liberalização comercial. Em episódio recente, diante da resistência japonesa em reduzir as taxas para a entrada da carne australiana naquele país, o Ministro da Agricultura ameaçou abandonar as negociações para ALC com o Japão, afirmando que "na China há demanda suficiente por carne australiana".

Em 2017, as exportações do país somaram US\$ 230 bilhões, havendo aumento de 17,4% em relação a 2016. Os principais produtos ofertados pelo país foram minérios de ferro, carvão mineral e outros combustíveis sólidos, gases de petróleo, ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, óxido de alumínio, trigo e óleos brutos de petróleo. Os principais mercados de destino foram China (29,6%), Japão (10,3%), Coreia do Sul (5,5%), Índia (4,4%) e Hong Kong (4,0%). Em 2017, o Brasil foi o 25º comprador de produtos australianos, com participação de 0,4%.

As importações australianas somaram US\$ 221 bilhões em 2017, um aumento de 14,5% em relação ao ano anterior. Os principais produtos geralmente adquiridos pela Austrália foram veículos automóveis, máquinas mecânicas, combustíveis, máquinas elétricas, produtos farmacêuticos, instrumentos de ótica, embarcações flutuantes, ouros e pedras preciosas, plásticos e móveis. Os principais fornecedores do mercado australiano foram China (21,9%), Estados Unidos (10,3%), Japão (7,2%), Coreia do Sul (7,1%) e Tailândia (4,9%). Em 2017, o Brasil foi a 37º fornecedor de produtos para a Austrália, com participação de 0,3%.

O fortalecimento da atividade exportadora havia permitido à Austrália, até 2014, reverter seu déficit comercial. Desde 2010, o país registrava superávits em suas transações comerciais – US\$ 10 bilhões em 2010, US\$ 35 bilhões em 2011, US\$ 6 bilhões em 2012, US\$ 20 bilhões em 2013 e US\$ 13 bilhões em 2014, tendo os resultados mais expressivos sido registrados no comércio com a China. Contudo, em 2015, o país registrou déficit de US\$ 12 bilhões. Em 2017, houve superávit de US\$ 8 bilhões.

Comércio bilateral

Com base nos dados estatísticos fornecidos pelo MDIC, entre 2008 e 2017 o comércio entre o Brasil e a Austrália recuou 26,3%, passando de 2,482 bilhões para 1,828 bilhões. O fluxo comercial bilateral é majoritariamente composto por importações brasileiras da Austrália, uma vez que as exportações brasileiras para esse país representaram, em 2017, 25,4% do total do intercâmbio. O saldo comercial, portanto, é tradicionalmente desfavorável ao Brasil. Nos últimos três anos os déficits foram: US\$ 653 milhões (2015); US\$ 410 milhões (2016); e US\$ 899 milhões (2017).

Entre 2008 e 2017, as exportações decresceram 62,9%, de US\$ 1,253 bilhões em 2008 para US\$ 465 milhões em 2018. As vendas em 2017 aumentaram 9,7% em relação ao ano anterior. Esse aumento pode ser explicado pela elevação das vendas de café (18,3%) e de máquinas de terraplanagem (23,6%). Os principais produtos exportados em 2017 foram: (i) café em grãos (valor de US\$ 60 milhões, equivalentes a 12,9% do total); (ii) máquinas para terraplanagem (valor de US\$ 55 milhões, equivalentes a 11,8% do total); (iii) sucos de frutas (valor de US\$ 32 milhões, equivalentes a 6,8% do total); (iv) calçados (valor de US\$ 20 milhões, equivalentes a 4,3% do total); e (v) medicamentos em doses (valor de US\$ 19 milhões, equivalentes a 4,2% do montante total). Em termos de fator agregado, 69,4% do total das exportações é de manufaturados, 21,8% de produtos básicos e 8,8% de semimanufaturados.

Ainda segundo os dados do MDIC, entre 2008 e 2017 as importações brasileiras originárias da Austrália cresceram 9,8%, de US\$ 1,229 bilhão para US\$ 1,363 bilhão. Entre 2017 e 2016, as compras aumentaram 39,2%, em razão basicamente da elevação nas importações de carvão mineral (48,3%). Os principais produtos adquiridos pelo Brasil procedentes da Austrália, em 2017, foram: (i) carvão mineral (valor de US\$ 1,121 bilhões, equivalentes a 82,3% do total); (ii) alumínio em formas brutas (valor de US\$ 58 milhões, equivalentes a 4,3% do total); (iii) óleos brutos de petróleo (valor de US\$ 23 milhões, equivalentes a 1,7% do total); (iv) carvão betuminoso e carvão de retorta (valor de US\$ 14 milhões, equivalentes a 1,0% do total); (v) carnes bovinas (valor de US\$ 13 milhões, equivalentes a 0,9% do montante total). Em termos de valor agregado, 86,8% das exportações é de produtos básicos, 8,8% de manufaturados e 4,4% de semimanufaturados.

Investimentos

De acordo com dados do "Bureau of Statistics" (2016), a Austrália recebe cerca de AU\$ 3 trilhões (US\$ 2,23 trilhões) em investimento estrangeiro por ano,

sendo os Estados Unidos o maior investidor (US\$ 617,1 bilhões, ou 28%), seguido de Reino Unido (US\$ 371,5 bilhões, ou 17%), Bélgica (US\$ 176,9 bilhões, ou 8%), Japão (US\$ 148,3 bilhões, ou 7%) e Cingapura (US\$ 72,8 bilhões, ou 3%). A China aparece com somente US\$ 34 bilhões, ou 1,54% do total.

Os EUA e o Reino Unido permanecem como principais fontes de investimento estrangeiro na Austrália. Nos últimos anos, entretanto, tem havido aceleração nos fluxos de capitais da Ásia, o que reflete a maior aproximação da Austrália às economias da região. Destacam-se, nesse sentido, os investimentos crescentes da China no país e os aportes provenientes de Cingapura.

Grande parte dos investimentos estrangeiros na Austrália está concentrada nos seguintes setores: *software* e serviços de TI, serviços prestados a empresas, serviços financeiros, petróleo e gás natural, comunicações e carvão. Deve-se destacar que, desses setores, o que tem maior potencial de crescimento é o de gás natural. Os investimentos estrangeiros, nesse sentido, têm alimentado o elevado crescimento presenciado, nos últimos anos, na economia australiana na área de exploração de recursos naturais, especialmente minerais e energéticos. Com referência aos investimentos australianos no exterior, deve-se ressaltar que os fundos de pensão privada do país estão capitalizados em mais de US\$ 1 trilhão, investindo 20% desse montante no exterior, normalmente em projetos de infraestrutura de longo prazo.

Existe uma tendência do *Foreign Investment Review Board* (FIRB) de dificultar a entrada de investimentos chineses, sobretudo para aquisição de setores de infraestrutura australianos, que parece estar se consolidando desde 2015, com a proibição à compra do Porto de Darwin pela "Landbridge", de capital chinês. Em 2016, a chinesa "Dakan Australia Holding" tentou também adquirir terras da empresa australiana "Kidman", do setor de carne bovina, tendo sido barrada pelo FIRB.

O investimento estrangeiro direto (IED) na Austrália tem sido fortemente influenciado pelas alterações recentes de produção na economia do país. Neste sentido, com a saída das montadoras Ford em 2016, e da Holden e da Toyota em 2017, todos os novos automóveis na Austrália serão importados, aumentando a dependência do país no setor primário, sobretudo na extração de recursos naturais. Entre os principais fatores que explicam o fim da produção de automóveis, e consequentemente de toda a cadeia de fornecedores, estariam os altos custos de produção, baixa economia de escala e o alto valor do dólar australiano. Além disso, o setor automotivo, assim como outros na economia australiana, é extremamente aberto e competitivo, em razão dos diversos acordos de livre-comércio firmados pelo país.

Oportunidades de investimentos

A Austrália está expandindo seus investimentos em energia eólica, solar e geotérmica, uma vez que tem poucas possibilidades de ampliar o reduzido potencial remanescente de energia hidrelétrica. O uso da energia renovável apresenta-se como opção, embora ainda cara, de grande potencial de crescimento na matriz energética do país.

No que se refere à produção de biocombustíveis, a Austrália dispõe de cana-de-açúcar, concentrada no estado de Queensland, mas os produtores relutam em avançar na produção de biocombustíveis, e mesmo de etanol, cuja mistura autorizada na gasolina é de apenas 10%. O governo vê com otimismo as perspectivas dos biocombustíveis de segunda geração.

O país tem importante exploração de petróleo e gás natural "offshore", localizada, sobretudo, no estado de Western Australia. Com a perspectiva de intensificação da exploração da área do Pré-Sal e o crescente e necessário interesse da Petrobras pelo tema, há amplo espaço para troca de informações e importante potencial para aprofundamento da cooperação bilateral. Os avanços brasileiros na exploração energética "offshore" são reconhecidos e a Austrália divide com o Brasil a mesma preocupação com uma exploração limpa.

As maiores oportunidades de investimento, porém, concentram-se no setor de gás natural liquefeito (GNL). Em Gladstone, no estado de Queensland, estão sendo construídas três novas plantas de GNL, que começaram a ser construídas em 2011 e custarão ao todo mais de US\$ 30 bilhões. Todo o gás desses projetos será utilizado para exportação, principalmente para os mercados da Ásia. Com isso, o país, que já é o maior exportador mundial de carvão, se tornará um dos maiores exportadores de GNL, possivelmente atrás apenas do Catar.

Perfil dos Investimentos

Parte considerável dos investimentos da Austrália no Brasil concentra-se nos setores de metalurgia e mineração, que constituem a base da economia australiana, ao lado do agronegócio. Apesar disso, recentemente, tem-se verificado certa diversificação dos investimentos australianos no Brasil. Novas áreas de interesse para os australianos incluem T.I., biotecnologia, transporte, telecomunicações, seguros, gás e petróleo, energia, infraestrutura e construção civil.

As maiores empresas australianas com presença no Brasil são a BHP Billiton, Macquarie, Pacific Hydro, Rio Tinto e Westfield, entre outras.

Na área de mineração, a BHP Billiton possui participação na mineradora Samarco (minério de ferro, MG), na Mineração Rio Norte (bauxita, PA) e atua, ainda, na exploração de petróleo e gás natural. Há também “pool” de empresas que investem na exploração de fosfato: Taylor Collison, Aguiar Resources e The Sentient Group (que controla a subsidiária brasileira Potássio do Brasil).

As mineradoras australiana BC Iron e Cleveland Mining Company anunciaram, em 2013, negociação para conjuntamente adquirir participação em três projetos de extração de minério de ferro, nos Estados de Bahia e Minas Gerais, da empresa BAHMEX. Em fevereiro de 2015, contudo, a BC Iron anunciou o fim de sua joint venture no Brasil, em razão do declínio nos preços do minério de ferro.

O setor de serviços brasileiro também conta com participação de empresas do país. O Macquarie Bank, com escritório em São Paulo, vem atuando no setor de empréstimos corporativos. A QBE, do setor de seguros e resseguros, também está presente no Brasil. Em 2013, o serviço australiano de vendas de carro on-line Carsales adquiriu 30% do site brasileiro Webmotors. Além disso, a rede SUMOSALAD, especializada na venda de saladas, inaugurou sua primeira loja, em São Paulo, em janeiro de 2014.

A australiana Karoon Gas, presente no Brasil desde 2007, fez descoberta de coluna de petróleo na Bacia de Santos. A abertura de segundo poço de exploração "Kangaroo 2" deu-se em dezembro de 2014, seguida da abertura dos poços Kangaroo West-1 (março de 2015) e Echidna-1 (abril de 2015). Em setembro de 2017, foi concedido à Karoon bloco exploratório ao sul da Bacia de Santos, em Santa Catarina.

O relacionamento bilateral inclui ainda cooperação no setor de ferrovias. Neste sentido, foi realizada missão à Austrália, em abril de 2014, integrada por representantes da EPL, VALEC, assim como do Ministério dos Transportes e da ANTT, a fim de conhecer o modelo australiano de exploração ferroviária.

Com referência às empresas brasileiras com presença na Austrália, as principais são: JBS, VALE, WEG, Natura e Marcopolo.

Em 2012, a empresa fabricante de ônibus Marcopolo adquiriu 75% da empresa australiana manufatureira de ônibus de alta qualidade australiana Volgren, a maior produtora de ônibus australiana. Em abril de 2017, anunciou a aquisição dos 25% restantes da Volgren, o que significou importante passo para a expansão geográfica da Marcopolo na região da Ásia-Pacífico.

A VALE, presente desde 2002 no país, realiza atividades de estudo e desenvolvimento mineral no país e possui escritório central em Brisbane. A

mineradora atua nos Estados de Queensland e Nova Gales do Sul. Produz carvão térmico e metalúrgico, além de níquel e potássio.

Caso Samarco

O rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, em Mariana (MG), da empresa Samarco (controlada pela VALE e pela australiana BHP Billiton), foi o maior desastre socioambiental do país no setor de mineração, com o lançamento de 34 milhões de metros cúbicos de rejeitos no meio ambiente.

Segundo informado pelo IBAMA, não há cooperação técnica com a Austrália no que diz respeito à recuperação da região de Mariana. O principal interesse australiano na matéria seria acompanhar as ações indenizatórias e assegurar a pronta retomada das atividades da Samarco, de maneira a estancar o prejuízo que a sócia australiana vem sofrendo. Já o interesse brasileiro é a reconstrução da região afetada, o mais rapidamente possível, objetivo facilitado por maior colaboração das empresas envolvidas, que, como se verá adiante, já se comprometeram com o ressarcimento das vítimas.

A mineradora australiana BHP teria sofrido perdas de US\$ 4,3 bilhões no último semestre de 2015, sendo que mais de um bilhão de dólares estaria diretamente relacionado ao rompimento da barragem. Em 02 de abril de 2016, a empresa informou à Embaixada em Camberra que, desde o desastre em Mariana, teria mais que triplicado o número de seus funcionários no Brasil, de 8 para 30. De acordo com o CEO da BHP, Andrew Mackenzie, a empresa teria tido US\$ 6,4 bilhões de prejuízo em 2016, o maior de sua história.

A ação civil pública contra a Samarco, a Vale S.A. e a BHP Billiton Brasil Ltda. (processo 0400.15.004335-6), com objetivo de ressarcir os danos patrimoniais e morais aos sobreviventes e parentes de vítimas, ajuizada em 5 de novembro de 2015, encontra-se, atualmente, em fase de cumprimento do acordo para implementação do ressarcimento dos atingidos em área já definida e de formulação do cadastro para levantamento de danos. Em 23 de novembro de 2015, foi homologado acordo coletivo nessa ação, para atendimento de demandas emergenciais. Em decorrência dele, as empresas rés vêm arcando com antecipação de indenização, renda mensal, pagamento de aluguel e transferência de residência das vítimas.

Ademais, as empresas rés sofreram bloqueio de quantia de R\$ 300 milhões por meio de processo cautelar (processo 0400.15.003989-1), para garantir o ressarcimento integral dos danos. A ação tramita na comarca de Mariana, por decisão

do Superior Tribunal de Justiça, que definiu ser o caso de competência da Justiça Comum.

Em seu relatório de atividades de 2017, a Fundação Renova (criada pelas rés para o ressarcimento das vítimas) destaca que, desde novembro de 2015, R\$ 3,2 bilhões foram investidos em 42 programas de recuperação. Esse valor corresponde a 26% do total previsto até 2030 (R\$ 12,1 bilhões). Do montante investido até o momento, R\$130 milhões foram direcionados para a indenização de mais de 200 mil pessoas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1770	O Capitão James Cook, a bordo do Endeavour, chega a Botany Bay, hoje Sydney, na costa oriental da Austrália, e estabelece o início do domínio britânico.
1851	Tem início a corrida do ouro em Balthurst, New South Wales.
1868	Os últimos prisioneiros britânicos são transportados para a Austrália continental.
1901	Constitui-se a Comunidade da Australia (<i>Commonwealth of Australia</i>).
1914-1918	Tropas australianas combatem na Primeira Guerra Mundial.
1920	QANTAS começa a operar serviços aéreos.
1927	O primeiro Parlamento Federal reúne-se em Camberra.
1933	A região da Austrália Ocidental convoca <i>referendum</i> propondo a secessão do Reino Unido, mas o Parlamento rejeita a proposta.
1942	A Austrália adota o Estatuto de Westminster, com efeitos retroativos para 1939, que encerra, formalmente, com a maioria das

	ligações constitucionais entre Austrália e Reino Unido.
1939-1945	Tropas australianas combatem na Segunda Guerra Mundial.
1965	Tropas australianas são enviadas ao Vietnã.
1996	John Howard (Partido Liberal) é eleito Primeiro-Ministro.
1999	Os australianos decidem, em plebiscito, pela manutenção da monarquia.
2000	Jogos Olímpicos de Sydney.
2004	O governo australiano faz a maior doação às vítimas do tsunami.
2006	Força militar australiana é enviada a Timor Leste para ajudar na estabilização do país.
2007	Kevin Rudd (Partido Trabalhista) é eleito Primeiro-Ministro.
2008	O governo australiano ratifica o Protocolo de Kyoto. Kevin Rudd anuncia a retirada das tropas australianas do Iraque. O Estado australiano faz um pedido formal de desculpas aos povos aborígenes da Austrália pelas injustiças cometidas, no passado, pela colonização europeia.
2010	Em julho, Julia Gillard é escolhida como nova líder do Partido Trabalhista e Primeira-Ministra, substituindo Kevin Rudd.
2012	Em fevereiro, Julia Gillard derrota Kevin Rudd em eleição interna na cúpula do partido trabalhista e se mantém como líder do partido e Primeira-Ministra.
2013	Em março, partidários de Kevin Rudd conseguem reconduzi-lo à liderança do Partido Trabalhista e ao cargo de Primeiro-Ministro. Em setembro a Coalizão Nacional-Liberal vence as eleições e Tony Abbott torna-se novo primeiro-Ministro.
2015	Abbott perde a liderança do Partido Liberal para seu ex-Ministro das Comunicações, Malcolm Turnbull, que passa a ocupar a posição de Primeiro-Ministro.
2016	Nas eleições de julho, o Primeiro-Ministro Malcolm Turnbull declara vitória, após o líder do partido trabalhista da oposição, Bill Shorten, admitir derrota.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1945	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália.
1946	Instalação, no Rio de Janeiro, da primeira representação diplomática da Austrália na América Latina e da legação do Brasil em Camberra.
1978	Assinatura de Acordo Comercial entre o Brasil e a Austrália.
1990	Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Austrália
1994	Visita à Austrália do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Na ocasião, é assinado Tratado de Extradicação entre os dois países.
2001	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer. Criação do Conselho para Relações Austrália-América Latina (COALAR).
2004	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio e Vice Primeiro-Ministro, Mark Vaile, que participou da XI Sessão da UNCTAD em São Paulo.

2006	Segunda visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer.
2008	Visita a Camberra do Ministro Celso Amorim. Visita a São Paulo do Ministro das Finanças, Wayne Swan, que participa da Reunião Ministerial do G-20F. Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em Washington.
2009	Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em L'Aquila, à margem da Cúpula do G8+G5. Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith.
2010	Assinatura do Plano de Ação Brasil-Austrália (Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada). Assinatura dos Memorandos de Entendimento sobre cooperação em eventos esportivos de grande porte e de cooperação trilateral para desenvolvimento internacional.
2011	Visita ao Brasil de missão parlamentar australiana chefiada pelo Presidente da Câmara da Austrália, Harry Jenkins. Encontro da Presidente Dilma Rousseff e da Primeira-Ministra Julia Gillard à margem da cúpula do G-20, em Cannes.
2012	No mês de junho a Primeira-Ministra Julia Gillard realiza primeira visita de chefe de governo australiano ao Brasil e mantém reunião de trabalho com a Presidente Dilma Rousseff à margem da Rio+20, no Rio de Janeiro. Brasil e Austrália elevam as relações bilaterais ao nível de relação estratégica.
2014	Em novembro, a Presidente Dilma Rousseff realiza primeira viagem de mandatário brasileiro à Austrália, por ocasião da cúpula do G-20 (Brisbane).
2015	Visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Julie Bishop, a Brasília e São Paulo, quando manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e com o Ministro da Educação. Na ocasião, foi renovado "Memorando de Entendimento em Educação, Pesquisa e Formação Profissional".
2016	Visita do Governador-Geral da Austrália, Peter Cosgrove, ao Rio de Janeiro, para a abertura dos Jogos Olímpicos (agosto) e Paralímpicos (setembro).

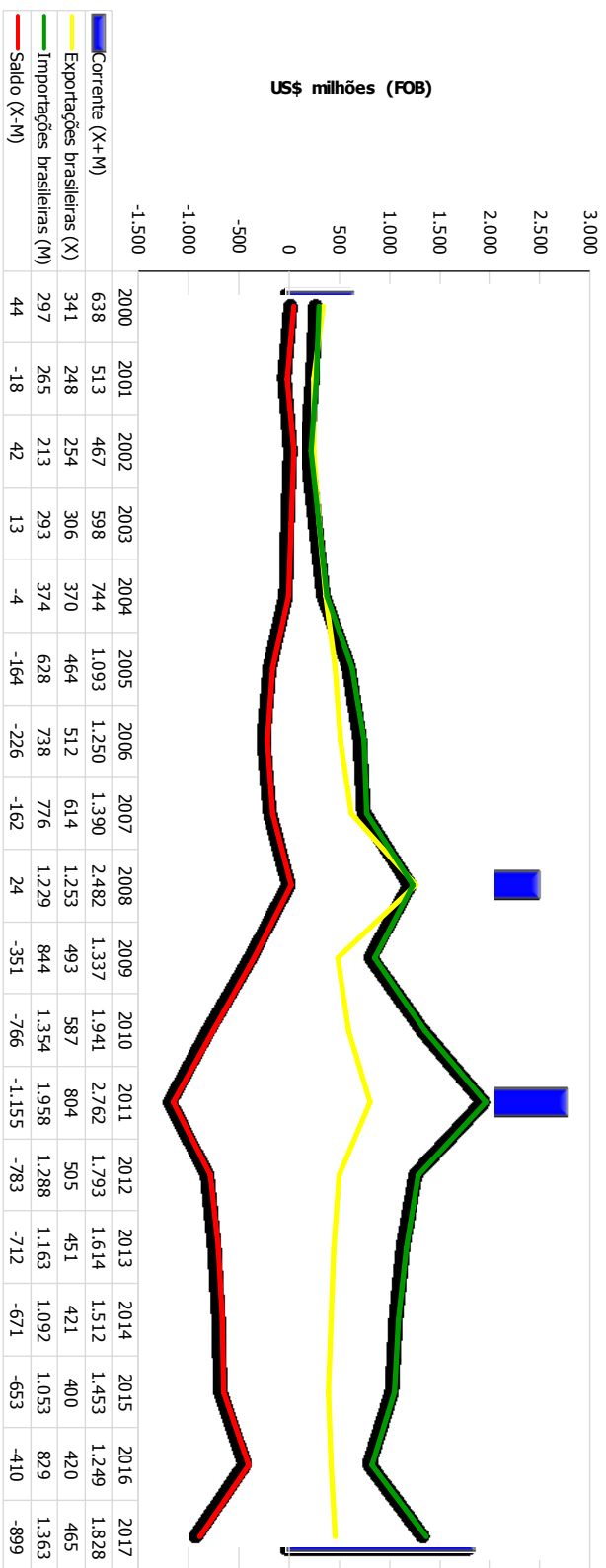
2017	X Reunião de Consultas Políticas (Brasília), com a participação da subsecretária australiana Penny Williams (abril).
2018	Visita de Comitativa Parlamentar australiana, em abril, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Gestão e Finanças e ao Senado Federal.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Ajuste para Entrega de Desertores de Navios Mercantes.	30/07/1888	30/07/1888	9992	08/08/1888
Convenção de Arbitragem.	18/06/1909	06/05/1911	8720	10/05/1911
Tratado para o Estabelecimento de uma Comissão de Paz.	04/04/1919	11/03/1921	14723	16/03/1921
<u>Acordo Comercial.</u>	23/02/1978	25/08/1978	82561	01/11/1978
<u>Acordo, por troca de Notas, sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependente do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.</u>	22/08/1994	01/12/1995	1710	22/11/1995
<u>Tratado sobre Extradicação.</u>	22/08/1994	01/09/1996	2010	23/09/1996
Acordo de Serviços Aéreos	21/04/2010			
Acordo de Cooperação em Matéria Penal	15/11/2014			

Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia	07/09/2017			
--	------------	--	--	--

Comércio Brasil-Austrália

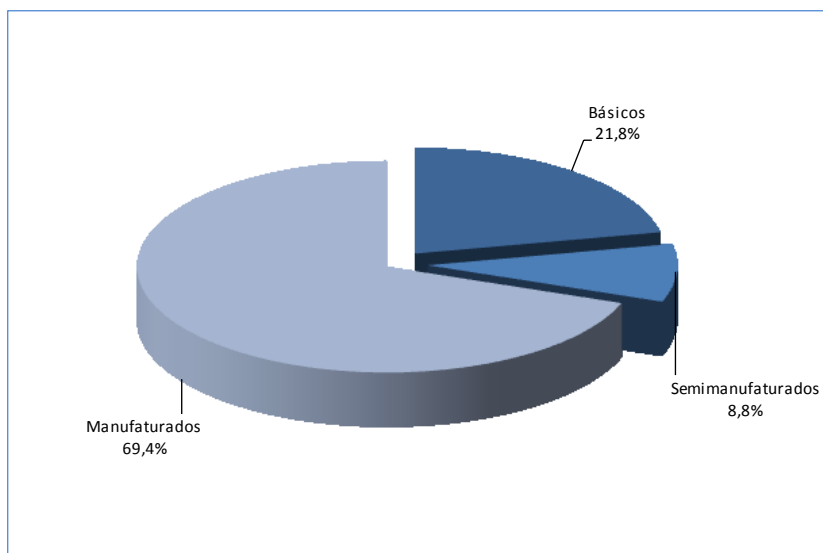


Elaborado pelo INE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

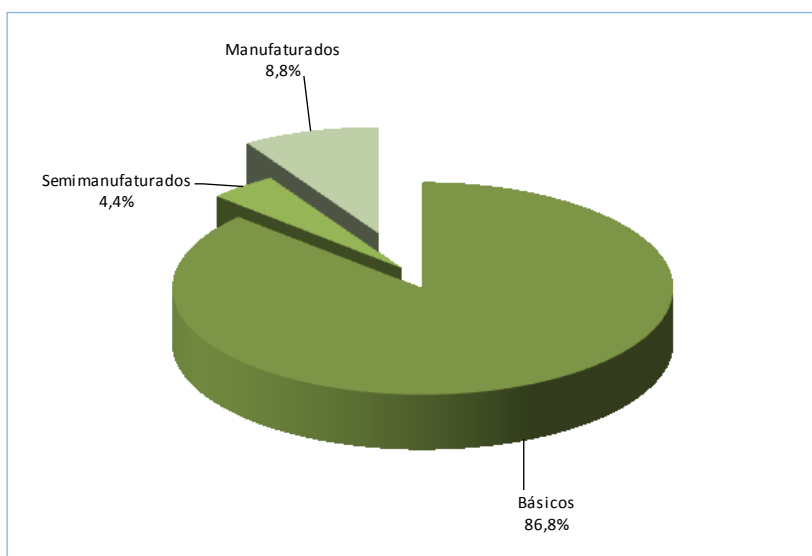
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	97	454	550	-357
2018 (jan-mar)	116	190	306	-74

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



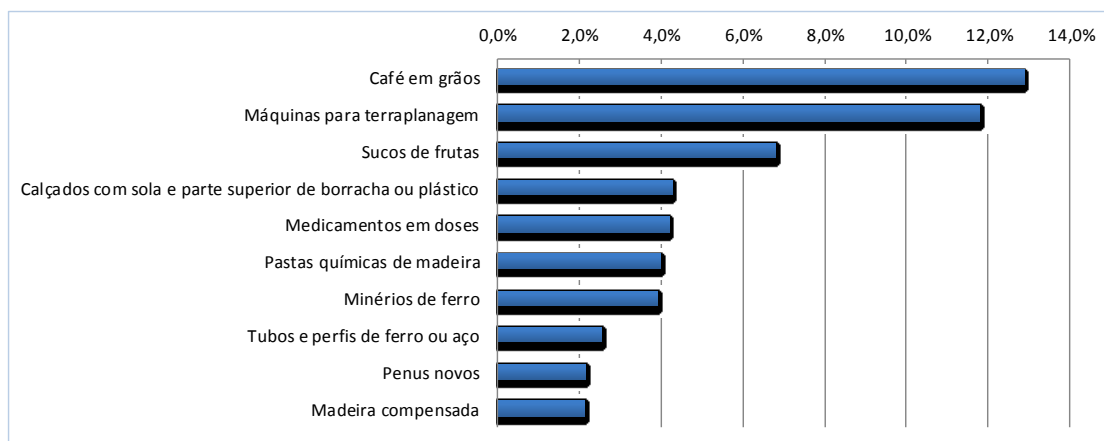
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Austrália (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Café em grãos	49	12,1%	49	11,8%	60	12,9%
Máquinas para terraplanagem	29	7,1%	42	10,1%	55	11,8%
Sucos de frutas	29	7,2%	28	6,8%	32	6,8%
Calçados com sola e parte superior de borracha ou plástico	22	5,4%	14	3,3%	20	4,3%
Medicamentos em doses	21	5,1%	18	4,2%	19	4,2%
Pastas químicas de madeira	9	2,2%	16	3,8%	19	4,0%
Minérios de ferro	0	0,0%	5	1,1%	18	3,9%
Tubos e perfis de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	12	2,5%
Penus novos	10	2,4%	8	2,0%	10	2,1%
Madeira compensada	6	1,4%	4	0,9%	10	2,1%
Subtotal	173	43,1%	184	43,9%	254	54,6%
Outros	228	56,9%	236	56,1%	211	45,4%
Total	400	100,0%	420	100,0%	465	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

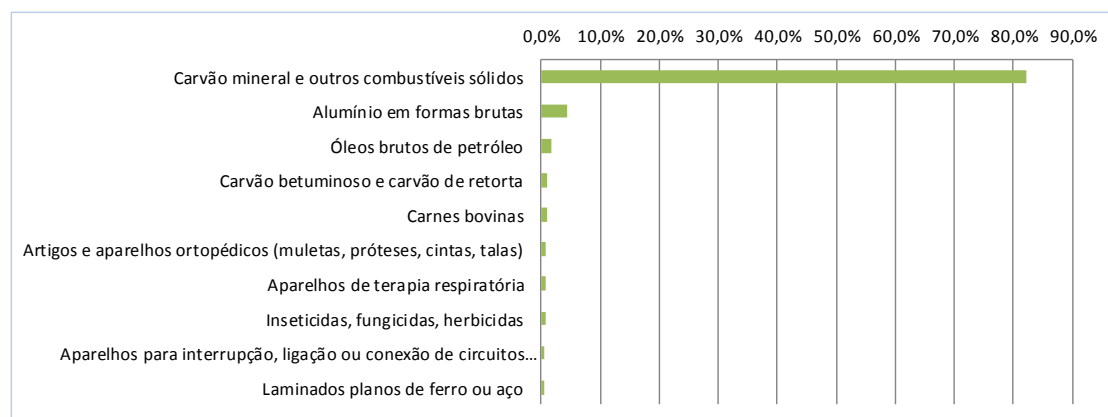


Composição das importações brasileiras originárias da Austrália (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	584	55,5%	580	69,9%	1.121	82,3%
Alumínio em formas brutas	16	1,5%	6	0,7%	58	4,3%
Óleos brutos de petróleo	202	19,2%	60	7,2%	23	1,7%
Carvão betuminoso e carvão de retorta	0	0,0%	0	0,0%	14	1,0%
Carnes bovinas	26	2,4%	7	0,9%	13	0,9%
Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas)	11	1,0%	9	1,1%	12	0,9%
Aparelhos de terapia respiratória	10	0,9%	14	1,7%	10	0,8%
Inseticidas, fungicidas, herbicidas	3	0,3%	6	0,7%	9	0,7%
Aparelhos para interrupção, ligação ou conexão de circuitos elétricos	10	0,9%	6	0,8%	8	0,6%
Laminados planos de ferro ou aço	13	1,2%	4	0,5%	7	0,5%
Subtotal	873	82,9%	691	83,3%	1.276	93,6%
Outros	180	17,1%	138	16,7%	88	6,4%
Total	1.053	100,0%	829	100,0%	1.363	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



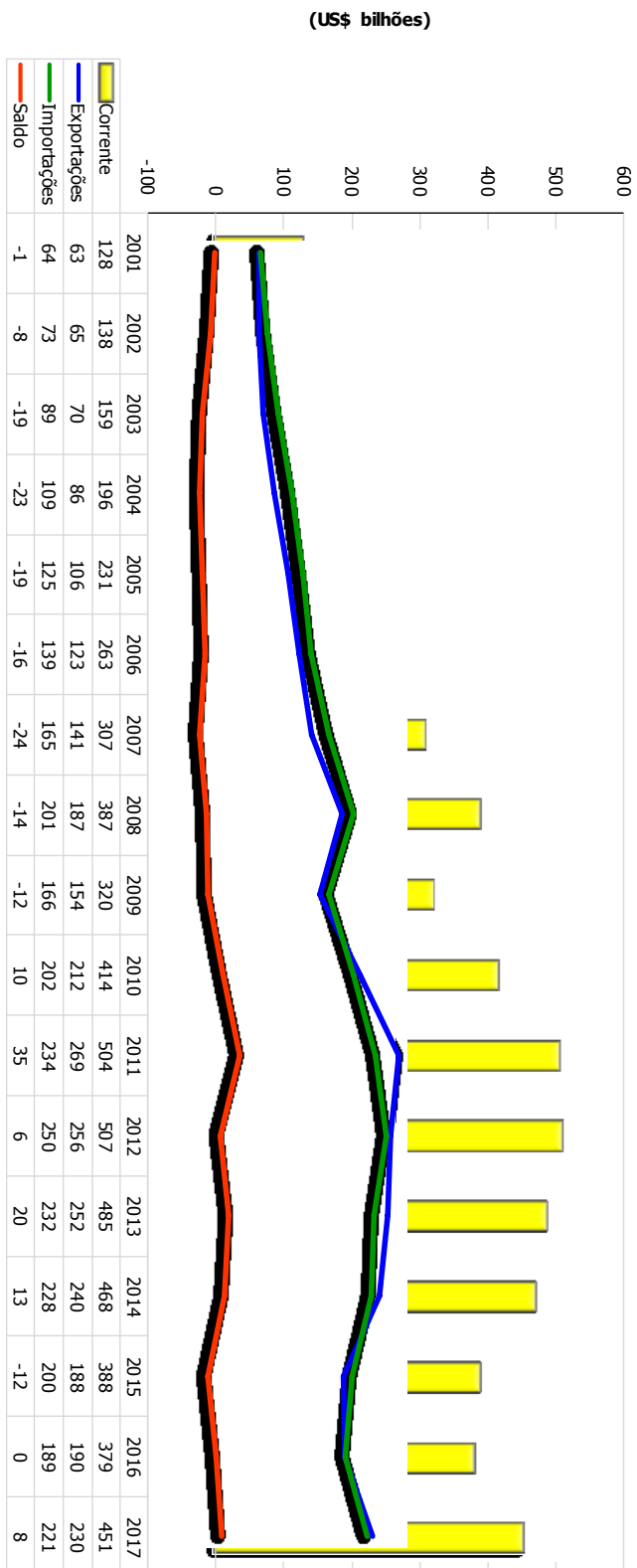
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Máquinas para terraplanagem	13	13,9%	24	20,4%	Máquinas para terraplanagem 20,4%
Café em grãos	16	16,1%	15	13,4%	Café em grãos 13,4%
Minérios de ferro	0	0,0%	8	6,6%	Minérios de ferro 6,6%
Sucos de frutas	4	3,7%	5	4,3%	Sucos de frutas 4,3%
Medicamentos em doses	4	3,7%	5	4,1%	Medicamentos em doses 4,1%
Madeira compensada	1	0,9%	4	3,3%	Madeira compensada 3,3%
Motocicletas	1	1,2%	3	2,7%	Motocicletas 2,7%
Motores elétricos	2	1,8%	3	2,6%	Motores elétricos 2,6%
Quadros de distribuição de energia elétrica	0	0,0%	2	2,1%	Quadros de distribuição de energia elétrica 2,1%
Pneus novos	3	3,0%	2	2,1%	Pneus novos 2,1%
Subtotal	43	44,3%	71	61,7%	
Outros	54	55,7%	44	38,3%	
Total	97	100,0%	116	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	389	85,8%	127	66,8%	Carvão mineral e outros combustíveis sólidos 66,8%
Alumínio em formas brutas	10	2,1%	20	10,6%	Alumínio em formas brutas 10,6%
Inseticidas, fungicidas, herbicidas	4	0,8%	6	2,9%	Inseticidas, fungicidas, herbicidas 2,9%
Aparelhos de terapia respiratória	2	0,4%	5	2,6%	Aparelhos de terapia respiratória 2,6%
Carnes bovinas	2	0,4%	4	2,0%	Carnes bovinas 2,0%
Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas)	3	0,6%	4	2,0%	Artigos e aparelhos ortopédicos (muletas, próteses, cintas, talas) 2,0%
Aparelhos para interrupção, ligação ou conexão de circuitos elétricos	1	0,3%	4	2,0%	Aparelhos para interrupção, ligação ou conexão de circuitos elétricos 2,0%
Carbonato de magnésio natural (antiácido gástrico)	1	0,1%	2	0,9%	Carbonato de magnésio natural (antiácido gástrico) 0,9%
Laminados planos de ferro ou aço	1	0,1%	1	0,7%	Laminados planos de ferro ou aço 0,7%
Quadros de distribuição de energia elétrica	2	0,3%	1	0,7%	Quadros de distribuição de energia elétrica 0,7%
Subtotal	413	91,1%	174	91,3%	
Outros produtos	40	8,9%	16	8,7%	
Total	454	100,0%	190	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Comércio Austrália x Mundo

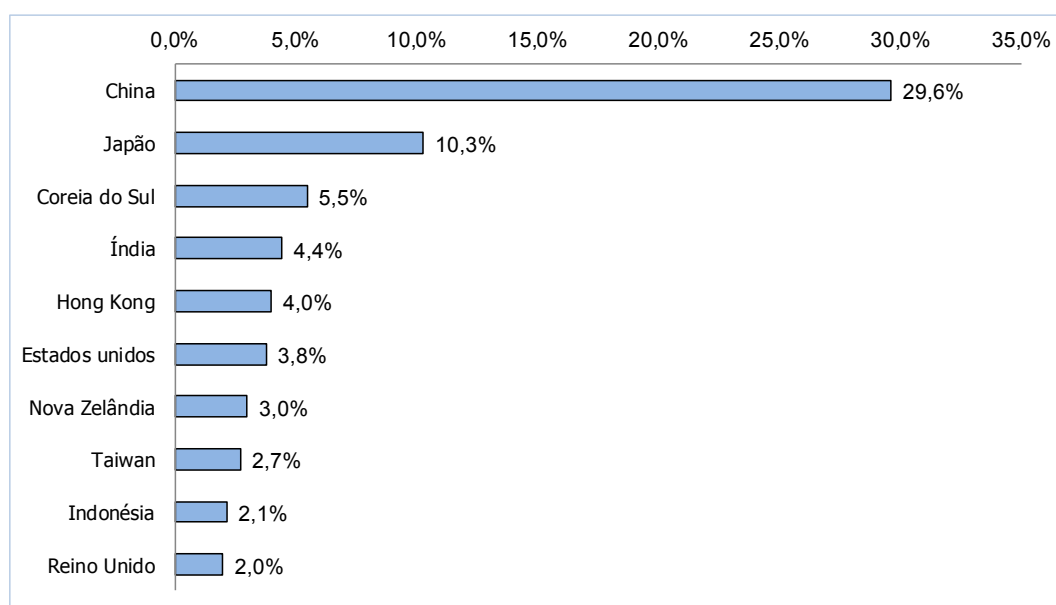


Elaborado pelo MKE/DP/CDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

Principais destinos das exportações da Austrália
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	68,0	29,6%
Japão	23,6	10,3%
Coreia do Sul	12,5	5,5%
Índia	10,2	4,4%
Hong Kong	9,1	4,0%
Estados unidos	8,6	3,8%
Nova Zelândia	6,9	3,0%
Taiwan	6,2	2,7%
Indonésia	4,9	2,1%
Reino Unido	4,6	2,0%
...		
Brasil (25º lugar)	1,0	0,4%
Subtotal	155,6	67,7%
Outros países	74,1	32,3%
Total	229,7	100,0%

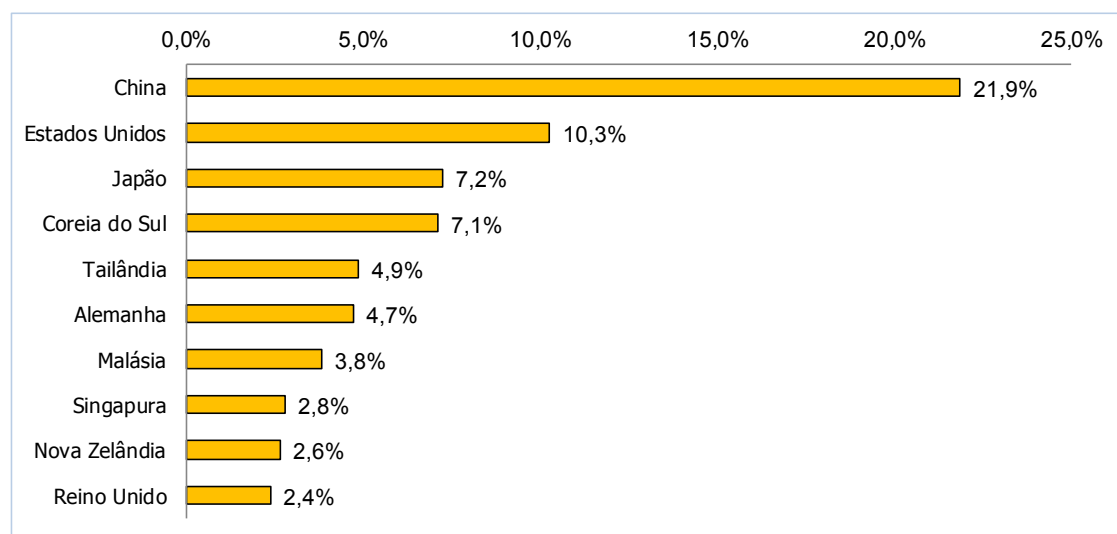
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Principais origens das importações da Austrália
US\$ bilhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	48,4	21,9%
Estados Unidos	22,7	10,3%
Japão	16,0	7,2%
Coreia do Sul	15,7	7,1%
Tailândia	10,8	4,9%
Alemanha	10,4	4,7%
Malásia	8,5	3,8%
Singapura	6,2	2,8%
Nova Zelândia	5,9	2,6%
Reino Unido	5,2	2,4%
...		
Brasil (37º lugar)	0,6	0,3%
Subtotal	150,3	67,9%
Outros países	71,0	32,1%
Total	221,4	100,0%

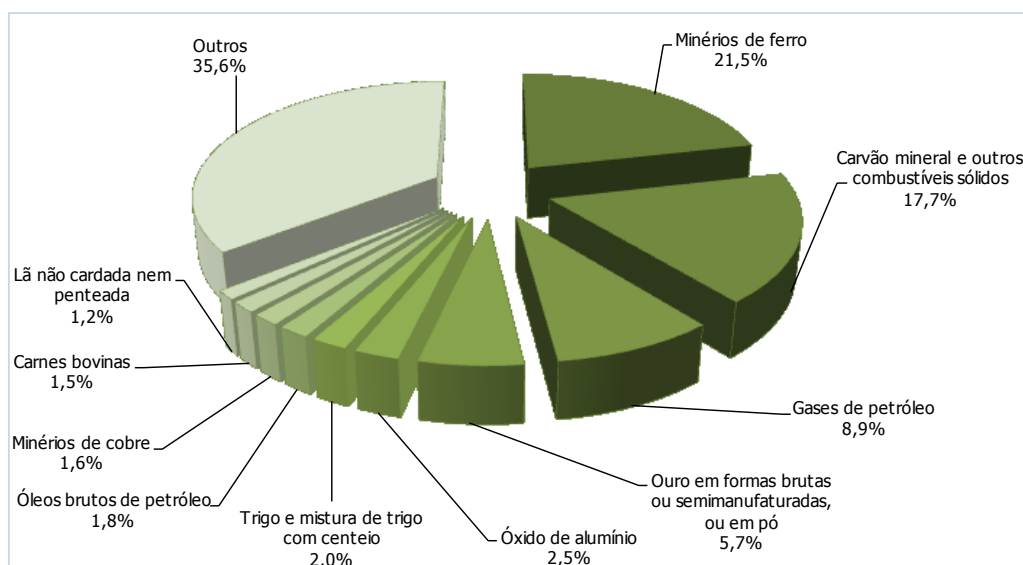
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.



Composição das exportações da Austrália (SH4)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Minérios de ferro	49,3	21,5%
Carvão mineral e outros combustíveis sólidos	40,6	17,7%
Gases de petróleo	20,5	8,9%
Ouro em formas brutas ou semimanufaturadas, ou em pó	13,1	5,7%
Óxido de alumínio	5,8	2,5%
Trigo e mistura de trigo com centeio	4,7	2,0%
Óleos brutos de petróleo	4,0	1,8%
Minérios de cobre	3,6	1,6%
Carnes bovinas	3,5	1,5%
Lã não cardada nem penteada	2,9	1,2%
Subtotal	147,9	64,4%
Outros	81,9	35,6%
Total	229,7	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

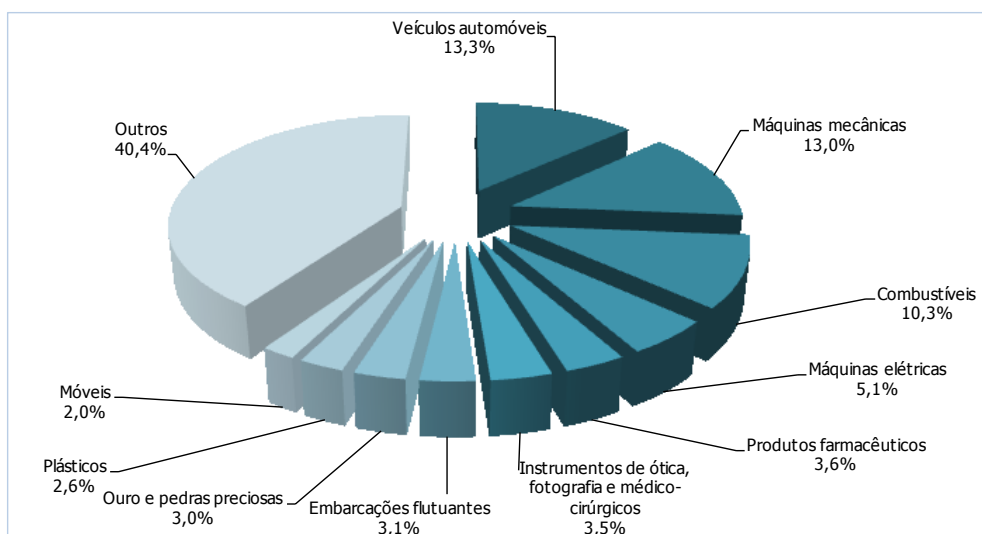


Composição das importações da Austrália (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Veículos automóveis	29,4	13,3%
Máquinas mecânicas	28,8	13,0%
Combustíveis	22,8	10,3%
Máquinas elétricas	11,3	5,1%
Produtos farmacêuticos	7,9	3,6%
Instrumentos de ótica, fotografia e médico-cirúrgicos	7,8	3,5%
Embarcações flutuantes	7,0	3,1%
Ouro e pedras preciosas	6,6	3,0%
Plásticos	5,8	2,6%
Móveis	4,4	2,0%
Subtotal	131,9	59,6%
Outros	89,5	40,4%
Total	221,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2018.

10 principais grupos de produtos importados



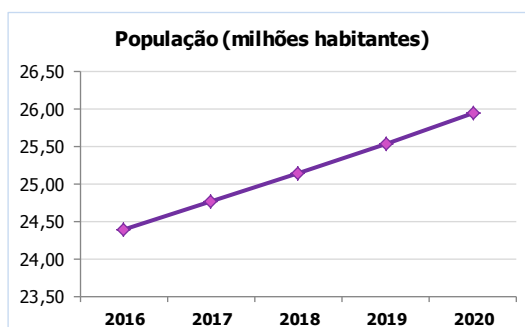
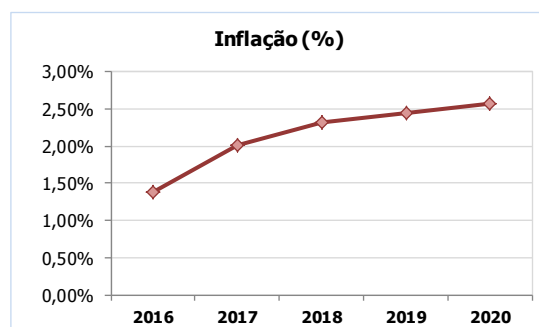
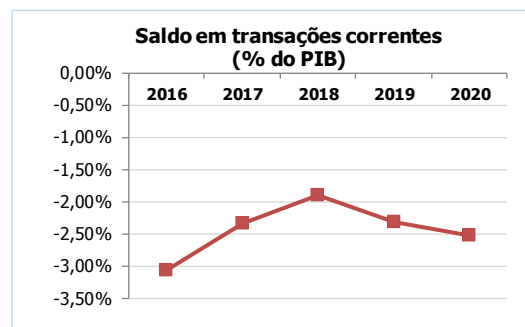
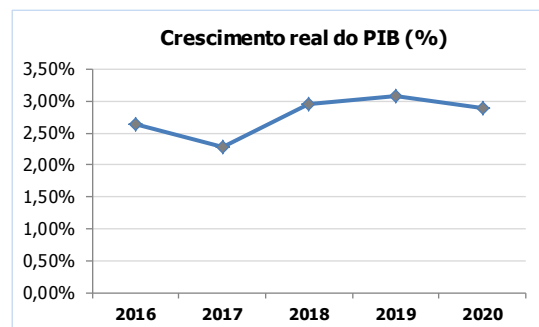
Principais indicadores socioeconômicos da Austrália

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,65%	2,27%	2,96%	3,08%	2,89%
PIB nominal (US\$ trilhões)	1,26	1,38	1,50	1,58	1,67
PIB nominal "per capita" (US\$)	51.873	55.707	59.655	61.940	64.265
PIB PPP (US\$ trilhões)	1,20	1,25	1,31	1,38	1,45
PIB PPP "per capita" (US\$)	49.096	50.334	52.191	54.127	55.918
População (milhões habitantes)	24,39	24,76	25,15	25,54	25,94
Desemprego (%)	5,71%	5,60%	5,25%	5,16%	4,95%
Inflação (%) ⁽²⁾	1,39%	2,00%	2,32%	2,45%	2,56%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,06%	-2,34%	-1,89%	-2,32%	-2,52%
Dívida externa (US\$ bilhões)	1,55	1,71	1,69	1,65	1,63
Câmbio (A\$ / US\$) ⁽²⁾	1,38	1,28	1,29	1,25	1,30
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	3,6%				
Indústria	26,1%				
Serviços	70,3%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ILHAS SALOMÃO



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Ilhas Salomão
ADJETIVO GENTÍLICO	salomônico
CAPITAL	Honiara
ÁREA	28.900 Km² (mais de 922 ilhas)
POPULAÇÃO (2012)	635 mil habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos 35%, Católicos 19%, Evangélicos 17%, Adventistas 11%
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento Nacional (National Parliament); Parlamento unicameral, composto por 50 membros, eleitos para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador General Frank Ofagioro Kabui (desde julho de 2009).
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Rick Hou (desde novembro de 2017).
CHANCELER	Milner Tozaka (desde dezembro de 2014)
PIB NOMINAL (2017)¹	US\$ 1,28 bilhão (2017)
PIB PPP (2017)¹	US\$ 1,32 bilhão (2017)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2017)¹	US\$ 2,081 (2017)
PIB PPP <i>per capita</i> (2017)¹	US\$ 2.157 (2017)
VARIAÇÃO DO PIB (%)¹	3,24% (2017)
IDH²	0,506 (156º posição)
EXPECTATIVA DE VIDA²	75,3 anos (2013)
ALFABETIZAÇÃO (2017)³	84,1% (2017)
ÍNDICE DE DESEMPREGO⁴	4,6%
UNIDADE MONETÁRIA	dólar das Ilhas Salomão
EMBAIXADOR EM HONIARA (cumulativa com Camberra)	Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há embaixador no Brasil.
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro de brasileiros residentes nas Ilhas Salomão.

(1) Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base nos dados da EIU (*Economist Intelligence Unit*)

(2) Dados do Relatório 2013 PNUD

(3) Dado do CIA World Factbook 2017, indisponível no relatório 2013 PNUD e no Banco Mundial

(4) Dado do Banco Mundial – disponíveis em <http://databank.worldbank.org/data>

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

BRASIL⇒ ILHAS SALOMÃO	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	28	---	---	20	168	370	362	266	50	325	86
Exportações	27	---	---	20	168	370	362	266	50	325	86
Importações	1,3	---	---	---	---	---	---	---	0,4	---	---
Saldo	25	---	---	20	168	370	362	266	49	325	86

APRESENTAÇÃO

As Ilhas Salomão são um pequeno arquipélago ao sul do Oceano Pacífico. Antigo protetorado do Império Britânico (estabelecido na década de 1890), as Ilhas Salomão foram palco de algumas das batalhas mais violentas da Segunda Guerra Mundial. Em 1978, o país alcançou independência política do Reino Unido, passando a integrar a *Commonwealth*. Desde então, as ilhas enfrentaram turbulência política, violência étnica e crise econômica. Como as demais ilhas do Pacífico, as Ilhas Salomão sofrem com aumento populacional, recursos escassos e suscetibilidade a desastres naturais e ao aquecimento global.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Frank Utu Ofagioro Kabui

Governador-Geral das Ilhas Salomão, representando a Rainha Elizabeth II



Nascido em 1946, foi o primeiro cidadão das Ilhas Salomão a graduar-se em direito, obtendo seu bacharelado na Universidade de Papua Nova Guiné em 1975. Foi Juiz da Alta Corte das Ilhas Salomão e Procurador-Geral. Em julho de 2009, sua indicação pelo Parlamento à função de governador-geral foi ratificada pela Rainha Elizabeth II.

Rick Hou

Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão



Rick Houenipwela, mais conhecido como Rick Hou, nasceu em 1958. Tem graduação em contabilidade e serviu como governador do Banco Central das Ilhas Salomão por mais de 15 anos. Posteriormente, tornou-se conselheiro sênior do Diretor Executivo do Banco Mundial, o que lhe possibilitou visibilidade para entrar na carreira política.

Em agosto de 2010, foi eleito para o Parlamento como membro do Partido Democrático. Após a renúncia do então Primeiro Ministro Danny Philip, em novembro de 2011, Rick Hou foi designado Ministro das Finanças pelo novo primeiro-ministro, Gordon Darcy Lilo. Em novembro de 2017, assumiu o cargo de primeiro-ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com as Ilhas Salomão em 2 de agosto de 2005, por meio de Troca de Notas. No primeiro semestre daquele ano foi realizada a primeira missão oficial do Brasil às Ilhas Salomão, chefiada pelo embaixador Frederico César de Araújo (que também visitou Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu).

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Representante Permanente (RP) de Ilhas Salomão junto à ONU, Collin Beck, bem como os RPs de Fiji, Samoa, Nauru, Tuvalu, Vanuatu, Marshall, e Micronésia, visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os RPs fizeram visita de cortesia ao Ministro de Estado, interino, Samuel Pinheiro Guimarães, e realizaram visitas a federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

O Decreto nº 7.202, de 2 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Honiara, Ilhas Salomão, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Não há atos bilaterais firmados. Encontra-se em negociação proposta de Acordo de Cooperação Técnica com as Ilhas Salomão.

Em maio de 2011, durante a visita do Embaixador brasileiro em Camberra a Honiara, na qualidade de Emissário Especial da Senhora Presidente da República, autoridades locais demonstraram interesse específico obter em cooperação do Brasil em matéria de futebol, café, cacau, florestas, cana-de-açúcar e etanol.

Em junho de 2012 o primeiro-ministro Gordon Darcy Lilo foi o primeiro chefe de governo das Ilhas Salomão a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. Na ocasião o primeiro-ministro não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Em março de 2017, o embaixador Manuel Innocencio apresentou suas credencias em Honiara. Foi recebido pelo Governador-Geral, interino, das Ilhas Salomão, Jasper Nasiu, na Residência Oficial do Chefe de Estado. Estavam presentes na ocasião o primeiro-ministro em exercício do país, Manasseh Maelanga.

Em discurso, o Embaixador saudou as relações diplomáticas entre o Brasil e as Ilhas Salomão e destacou a visão comum quanto ao combate ao aquecimento global. Salientou, ainda, a perspectiva de possíveis cooperações nas áreas de esporte e agricultura. Mencionou os esforços dos dois países na implementação do Acordo de Paris. Mencionou também o potencial de cooperação bilateral em biocombustíveis, nas culturas de café e cacau e no intercâmbio de profissionais do futebol.

Em sua exposição, o Governador-Geral interino referiu-se ao Brasil como uma das grandes economias do mundo, ressaltando os "vibrantes setores industrial e agrícola" do país. Nasiu recordou o perfil rural da população solomonense, dependente de agricultura, pesca e extrativismo. Salientou também o entusiasmo do povo solomonense pelo futebol, destacando o exitoso trabalho de técnico brasileiro à frente da seleção nacional de futebol de salão. Nesse contexto, mencionou que o país teria em alta estima eventual assistência brasileira nos setores agrícola e esportivo.

Assuntos Consulares

Não há informações sobre brasileiros residentes nas Ilhas Salomão.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Salomão.

POLÍTICA INTERNA

As Ilhas Salomão emanciparam-se politicamente em 1978, quase um século depois de terem-se tornado um protetorado inglês. Após a independência, o arquipélago passou a integrar a “Commonwealth” e a ter a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado, representada por um Governador-Geral. O Parlamento é unicameral e composto por cinquenta membros eleitos para um mandato de quatro anos. O Primeiro-Ministro é eleito por uma maioria simples de parlamentares, mantendo-se no cargo enquanto tiver seu respaldo.

Entre 1998 e 2003, as Ilhas Salomão passaram por um período de instabilidade, em que eclodiram conflitos civis motivados por antigas rivalidades étnicas na principal ilha do arquipélago, Guadalcanal. A situação levou o governo a requisitar ajuda externa para manter a ordem civil no país. Nesse contexto, o Fórum das Ilhas do Pacífico e, posteriormente, o Parlamento das Ilhas Salomão aprovaram o “Regional Assistance Mission to Solomon Islands” (RAMSI), um pacote de ajuda internacional, cujo principal colaborador é a Austrália, que consiste no fornecimento de forças policiais e militares e de técnicos civis, visando à criação de condições necessárias para o retorno à estabilidade, à paz e ao crescimento econômico no arquipélago. O RAMSI chegou ao fim em junho de 2017.

Após o fim da missão RAMSI, um dos desafios do governo é promover uma descentralização do poder político que seja satisfatória aos diferentes setores da população. Há uma proposta de emenda à Constituição que institui o sistema federativo de governo.

Em 2014, Manasseh Sogarave foi eleito primeiro-ministro das Ilhas Salomão, mantendo-se no cargo até 2017. Em novembro de 2017, na sequência da queda do primeiro-ministro Manasseh Sogarave, derrotado em votação de confiança realizada no parlamento solomonense, Ricky Nelson Houenipwela (Rick Hou), do partido Aliança Democrática (Democratic Alliance Party), foi eleito primeiro-ministro das Ilhas Salomão.

O primeiro-ministro eleito já foi presidente do Banco Central, ministro dos Serviços Públicos e ministro das Finanças das Ilhas Salomão, tendo também trabalhado no Banco Mundial, em Washington. Hou é considerado homem público qualificado, bem reputado interna e internacionalmente, além de ter histórico de boas relações de trabalho com as autoridades australianas. Rick Hou indicou que sua prioridade número um seria estabilizar a situação fiscal crítica do país e formular um orçamento sustentável e crível para 2018.

Em relação aos direitos humanos, na revisão periódica universal do CDH de 2016, o país recusou todas as recomendações sobre o tema LGBT. Por outro lado, a aprovação, em 2014, de lei que criminaliza violência doméstica foi reconhecida como avanço.

POLÍTICA EXTERNA

As Ilhas Salomão são membros das Nações Unidas e de organizações internacionais como o Foro das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico, e o *Melanesia Spearhead Group*, iniciativa de integração econômica e coordenação política que engloba Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu, além da Nova Caledônia.

Em 2003, o 34º Foro das Ilhas do Pacífico, em Auckland, reafirmou a importância da chamada “Missão de Assistência Regional às Ilhas Salomão” (RAMSI), então em seu estágio inicial. Tanto o Comunicado Conjunto do Foro quanto a Declaração sobre o assunto (*Forum Declaration on Solomon Islands*) reafirmam a importância da intervenção, composta por policiais e militares de cinco países-membros (Austrália, Fiji, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné e Tonga), com o objetivo de restaurar a lei e a ordem, fortalecer o sistema judiciário, recuperar a economia e restabelecer os serviços básicos.

A linguagem adotada nos documentos oficiais do Foro denota clara preocupação em demonstrar a legitimidade da missão. Ambos assinalam que a RAMSI foi concebida com base na Declaração de Biketawa (assinada em 2000, prevê iniciativas conjuntas para lidar com crises que afetem a segurança regional); sublinham a anuência do Governo das Ilhas Salomão com a iniciativa; ressaltam a composição plurilateral da missão; e acolhem com satisfação a declaração do SGONU em apoio à RAMSI.

Como país de menor desenvolvimento relativo (*Least Developed Country*) e pequeno estado insular em desenvolvimento (*Small Island Developing State*), as Ilhas Salomão apresentam extrema vulnerabilidade aos efeitos das mudanças do clima. O aumento do nível do mar, as alterações das marés, as tempestades mais frequentes e enchentes têm causado mortes, danos à infraestrutura e sérias ameaças à segurança alimentar.

As Ilhas Salomão são membros da *Association of Small Island States* (AOSIS) e sua participação nas negociações sobre mudanças do clima no âmbito das Nações Unidas se pautam pela AOSIS.

Na AGNU de 2015, o então primeiro-ministro das Ilhas Salomão, Manasseh Sogavare, defendeu um processo transparente e democrático na escolha do Secretário-Geral da ONU. Afirmou que as missões de manutenção da paz da ONU utilizariam mais recursos em segurança do que em desenvolvimento. Defendeu um assento no CSNU para Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e manifestou apoio à resolução da Assembleia-Geral sobre o direito à auto-determinação das pessoas da Polinésia francesa.

Na AGNU de 2016, Manasseh Sogavare cobrou mais recursos para a implementação da Agenda 2030 e apoio mais efetivo aos SIDS para lidar com os efeitos da mudança do clima. Após criticar o imobilismo nas negociações para a reforma do CSNU, defendeu a criação de assento não permanente para os SIDS. Tecendo comentários sobre descolonização, pediu que o C24 realize visita à Polinésia Francesa, recordou que a Nova Caledônia decidirá seu destino político em 2018 e condenou supostas violações aos direitos humanos dos melanésios residentes em Papua Ocidental (que é parte do território da Indonésia).

Em outubro de 2017, as Ilhas Salomão foram admitidas na Interpol.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

As Ilhas Salomão são um país que enfrenta sérios desafios econômicos. A maior parte da população vive de subsistência, e menos de um quarto possui trabalho assalariado. A indústria madeireira é responsável por cerca de 40% dos ganhos com exportação e é uma fundamental fonte de renda para o governo, mas deve haver um declínio na produção ao longo do tempo. Em abril de 2014, fortes enchentes inundaram a capital, Honiara, e áreas próximas. Elas danificaram infraestrutura e causaram a suspensão das operações da Mina *Gold Ridge*.

Com PIB nominal de US\$ 1,28 bilhão e crescimento de 3,24% em 2017, as Ilhas Salomão posicionaram-se como a 175ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 58,1% do PIB, seguido do setor de agricultura, com 34,3% e do setor industrial, com 7,6%.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e as Ilhas Salomão é muito pequeno e apenas em um sentido, uma vez que as exportações brasileiras respondem por praticamente todas as trocas comerciais dos últimos anos. Entre 2013 e 2017, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou aumento de 41,7%, de US\$ 50 mil para US\$ 86 mil. Nesse período, as exportações reduziram-se em 41,7%. O

saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 86 mil em 2017.

As exportações brasileiras para as Ilhas Salomão são compostas, em sua totalidade, por produtos manufaturados, com destaque para a vendas de produtos de confeitaria sem cacau (63,9%), produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de biscoitos (9,3%), pás, picaretas e enxadas (9,3%), artefatos de higiene ou de toucador de ferro ou aço (3,5%) e artefatos de uso doméstico, de higiene ou de toucador, de alumínio (3,5%).

Na III Revisão de Política Comercial, em 2016, os membros da OMC em geral mencionaram apoio às Ilhas Salomão em face de recente terremoto naquele país; saudaram a reforma legislativa em prol do ambiente de negócios; e opinaram que o processo de liberalização comercial deve ser aprofundado. Apreciaram o plano do país de aceder à Organização Mundial da Propriedade Intelectual e elogiaram os esforços em prol da melhoria de procedimentos alfandegários e a legislação de implementação do Acordo de Valoração Aduaneira.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1893	Estabelecimento de Protetorado Britânico.
1978	Ilhas Salomão obtêm emancipação política, opta por continuar com a Monarquia e membro da Commonwealth.
1998-2003	Tensões étnicas levam país a estado de Guerra Civil, Fórum das Ilhas do Pacífico envia missão de manutenção de paz.

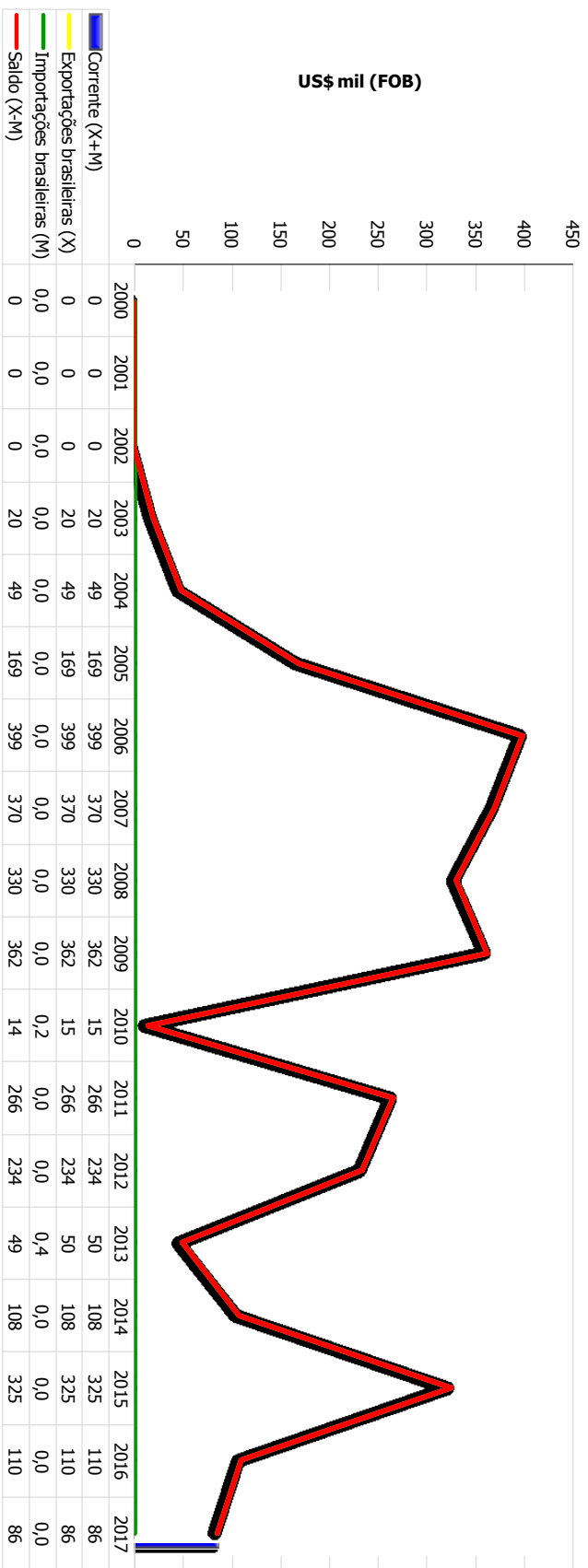
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Estabelecimento de relações diplomáticas.
2011	Visita do embaixador do Brasil em Camberra, Rubem Barbosa a Honiara.
2012	Visita do Primeiro-Ministro Gordon Darcy Lilo ao Brasil, durante Rio+20.

ACORDOS BILATERAIS

Não há acordos bilaterais.

Comércio Brasil-Iilhas Salomão

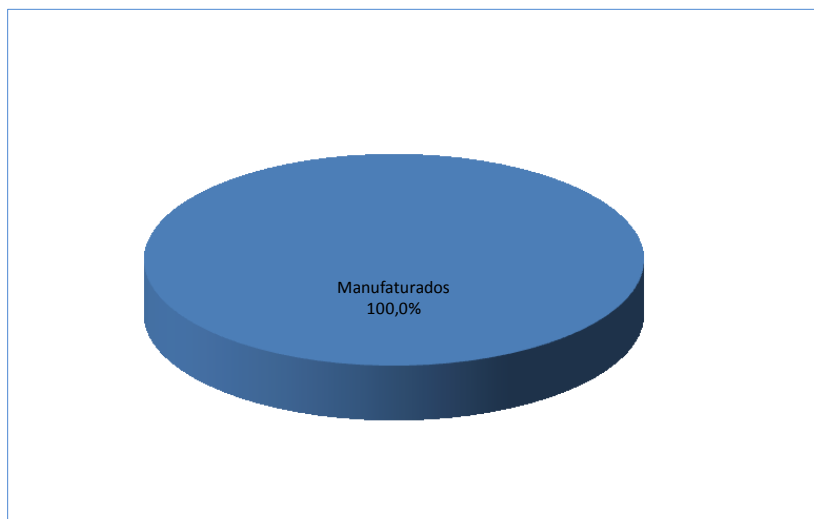


Elaborado pelo MRE/PPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

2017 / 2018		Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	21,1		0,0	21,1	21,1
2018 (jan-mar)	0,0		0,0	0,0	0,0

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



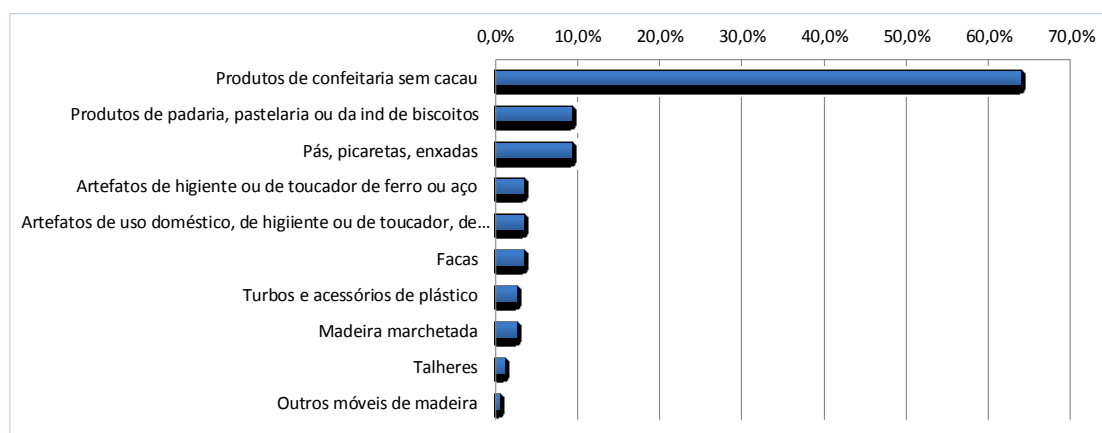
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para as Ilhas Salomão (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Produtos de confeitaria sem cacau	191	58,9%	72	65,4%	55	63,9%
Produtos de padaria, pastelaria ou da ind de biscoitos	0	0,0%	0	0,0%	8	9,3%
Pás, picaretas, enxadas	19	5,9%	3	2,7%	8	9,3%
Artefatos de higiene ou de toucador de ferro ou aço	20	6,2%	21	19,1%	3	3,5%
Artefatos de uso doméstico, de higiene ou de toucador, de alumínio	1	0,2%	0	0,0%	3	3,5%
Facas	1	0,2%	0	0,0%	3	3,5%
Turbos e acessórios de plástico	2	0,5%	2	1,4%	2	2,6%
Madeira marchetada	0	0,0%	0	0,0%	2	2,6%
Talheres	0	0,0%	0	0,0%	1	1,2%
Outros móveis de madeira	0,3	0,1%	0	0,0%	0,5	0,6%
Subtotal	233	71,9%	98	88,5%	86	99,8%
Outros	91	28,1%	13	11,5%	0	0,2%
Total	325	100,0%	110	100,0%	86	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2017
Exportações					
Produtos de confeitaria sem cacau	17	80,4%	0	0,0%	
Produtos de padaria, pasteleria ou da ind de biscoitos	4	18,9%	0	0,0%	
Subtotal	21	99,3%	0	0,0%	
Outros	0	0,7%	0	0,0%	
Total	21	100,0%	0	0,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais indicadores socioeconômicos das Ilhas Salomão

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	3,46%	3,24%	3,05%	2,92%	2,77%
PIB nominal (US\$ bilhões)	1,24	1,28	1,38	1,46	1,56
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.057	2.081	2.195	2.282	2.375
PIB PPP (US\$ bilhões)	1,26	1,32	1,40	1,47	1,54
PIB PPP "per capita" (US\$)	2.097	2.157	2.224	2.288	2.346
População (mil habitantes)	601,00	614,00	627,00	641,00	655,00
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-4,00%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Dívida externa (US\$ bilhões)	240,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Câmbio (SI\$ / US\$) ⁽²⁾	7,95	8,01	8,07	8,12	n.d.

Origem do PIB (2017 Estimativa)

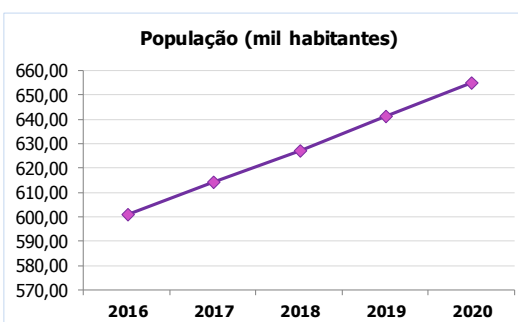
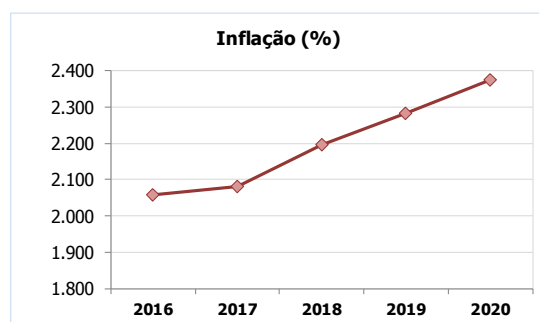
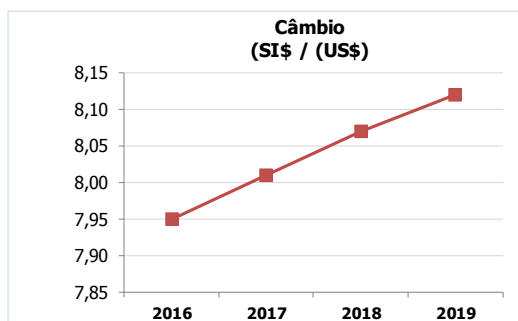
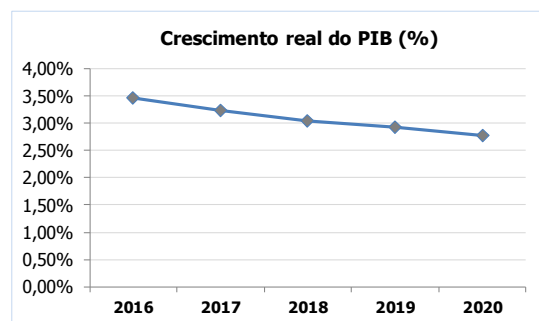
Agricultura	34,3%
Indústria	7,6%
Serviços	58,1%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(n.d.) Dado não disponível.

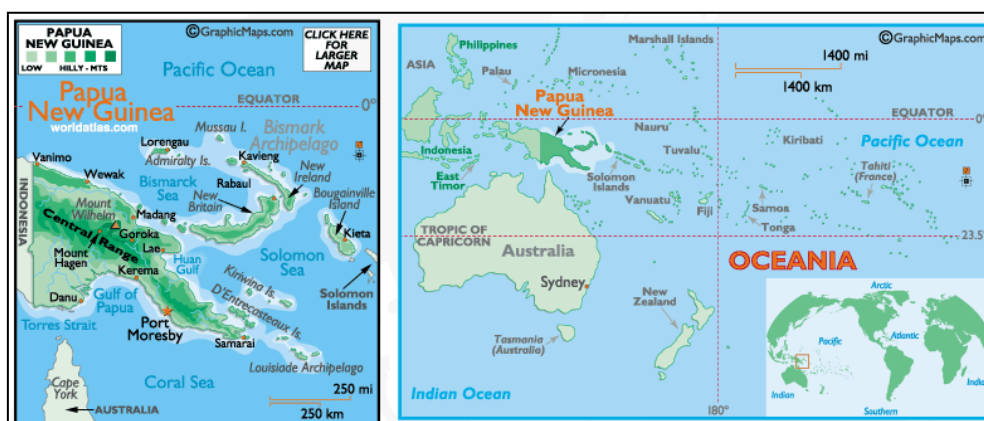
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PAPUA NOVA-GUINÉ



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estado Independente de Papua Nova Guiné
ADJETIVO GENTÍLICO	papuásio
CAPITAL	Port Moresby
ÁREA	462.840 km ²
POPULAÇÃO (jul/14)	7.476 milhões
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês, Tok Pisin e Hiri Motu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (27%), Luteranos (19,5%), Igreja Unida (11,5%), Adventistas (10%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento Nacional (National Parliament); Parlamento unicameral, composto por 111 membros, eleitos para mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador Geral Bob Dadae (desde de fevereiro de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Peter O'Neil (desde Agosto de 2012)
CHANCELER	Rimbink Pato (desde Agosto de 2012)
PIB NOMINAL (2017)¹	US\$ 23,26 bilhões
PIB PPP (2017)¹	US\$ 30,33 bilhões
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2017)¹	US\$ 2.861
PIB PPP <i>per capita</i> (2017)¹	US\$ 3.675
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2017)¹	2,47%
IDH²	0,491 (157º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA²	62,42 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO ²	60,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2012)³	2,3%
UNIDADE MONETÁRIA	kina
EMBAIXADOR EM PORT MORESBY (cumulativa com Camberra)	Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não Há
BRASILEIROS NO PAÍS	Não há registro dos números de brasileiros residentes na Papua Nova-Guiné

(1) Elaborado pelo MRE/DPR/DIC com base nos dados do IMF. (2) Dados PNUD 2013

(3) Dados do Banco Mundial – disponíveis em <http://databank.worldbank.org/data>

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

BRASIL⇒ PAPUA NOVA GUINÉ	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	2.126	1.261	815	785	1.885	3.143	4.026	6.645	7.016	3.335	3.074
Exportações	2.126	1.261	815	785	1.884	3.143	4.026	6.642	7.016	3.335	3.067
Importações	---	---	---	---	0,2	---	---	3	---	793	6
Saldo	2.126	1.261	815	785	1.884	3.143	4.026	6.638	7.016	3.334	3.061

APRESENTAÇÃO

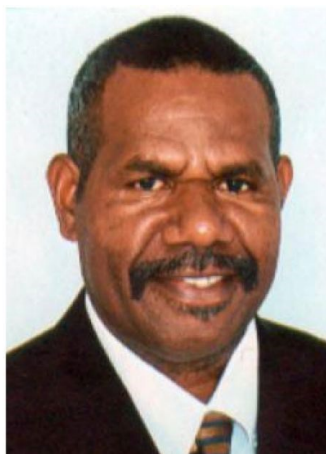
Papua Nova Guiné é um conjunto de ilhas localizado na Oceania, ao sul do Oceano Pacífico. Tem população de 6,9 milhões de pessoas, distribuídas em muitos agrupamentos étnicos. Estima-se que, além das três línguas oficiais (inglês, tok pisin e hiri motu), sejam falados 839 idiomas indígenas, com menos de 1000 falantes cada. Com isso, Papua Nova Guiné, sozinha, concentra 12% das línguas faladas no planeta. A população é sobretudo concentrada na área rural, com apenas 13,2% da população vivendo em áreas urbanas.

A parte oriental do país foi dividida entre Alemanha e Reino Unido em 1885. A parcela britânica foi cedida para a Austrália em 1902, que ocupou a porção setentrional durante a Primeira Guerra Mundial e continuou a administrar as áreas da ilha até sua independência, em 1975. Atualmente, discute-se a independência da ilha de Bougainville, com previsão de um referendo, após histórico de décadas de luta secessionista.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Bob Dadae

Governador-Geral de Papua Nova Guiné, representando a Rainha Elizabeth II



Nasceu em 1961. Completou graduação em comércio (*Bachelor of Commerce*) pela Universidade da Papua Nova Guiné em 1988, tendo alcançado MBA pela Universidade Griffith em 1995. Foi eleito para o Parlamento Nacional da Papua Nova Guiné em 2002, como membro do Partido Unido (*United Party*), tornando-se o

vice-líder do partido após a eleição. Foi reeleito em 2007 e serviu como ministro da Defesa entre 2007 e 2011. Após a deposição de Somare, em 2011, mudou-se para o People's National Congress, partido pelo qual se reelegeu em 2012. Em fevereiro de 2017, assumiu o cargo de Governador-Geral da Papua Nova Guiné.

Peter O'Neill
Primeiro-Ministro



Nasceu em 1965, filho de um oficial do governo australiano e de mãe natural de Papua Nova Guiné.

Graduou-se na Universidade Papua Nova Guiné no bacharelado de contabilidade e comércio em 1986, e antes de ingressar na política atuou como empresário.

Em 2002 foi eleito para o Parlamento e tornou-se Ministro do Trabalho e Indústria. Em 2004 tornou-se líder da oposição e, com a eleição de Michael Somare para primeiro-ministro em 2007, passou a fazer parte do governo. Enquanto Somare estava afastado do governo por motivos de saúde, juntou-se aos parlamentares da oposição para derrubar o primeiro-ministro interino Sam Abal. Em agosto de 2011 foi investido no cargo de primeiro-ministro.

Sua posição no cargo de primeiro-ministro foi ameaçada pela decisão da Suprema Corte no dia 12 de dezembro de 2011 de reconduzir Michael Somare à posição de primeiro-ministro. Em janeiro de 2012 seu governo debelou uma revolta militar incitada por soldados que aderiram à causa de Somare. Em agosto de 2017, foi reeleito para um mandato de mais cinco anos.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Papua Nova Guiné estabeleceram relações diplomáticas em 1989. A Embaixada em Camberra trata, cumulativamente, dos assuntos atinentes à Papua Nova Guiné. As relações bilaterais são pouco densas e não há acordos bilaterais.

Houve visita de missão da ABC a Papua Nova Guiné em novembro de 2005 e de delegação papuásia ao Brasil em setembro de 2006. Em março de 2008, o Secretário do Departamento do Comércio e da Indústria de Papua Nova Guiné, Anton Kulit, encaminhou comunicado em que manifestava interesse em retomar os contatos com a ABC e o SENAI. Em abril de 2008, o Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Governo de Papua Nova Guiné, Ruben Kapily, reiterou a solicitação, atribuindo grande importância à iniciativa como forma de adensar o relacionamento com o Brasil.

Em março de 2009, o Representante Permanente de Papua Nova Guiné nas Nações Unidas não pôde participar de visita de um grupo de representantes dos SIDS (Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento) ao Brasil para discutir projetos de cooperação com a ABC. Contudo, o representante papuásio manifestou a expectativa de poder visitar o Brasil futuramente.

Em junho de 2012, a delegação de Papua Nova Guiné à conferência Rio+20 foi chefiada pelo vice-ministro de florestas e mudanças climáticas, Sr. Ronald Asik. Durante sua estadia no Rio de Janeiro o vice-ministro não manteve encontro com autoridades brasileiras.

É de interesse do governo papuásio receber cooperação em agricultura, mormente nas culturas de café e cacau, na prevenção e no tratamento da AIDS, no futebol, na preservação do meio ambiente e na aquicultura.

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Papua Nova Guiné.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Papua Nova Guiné.

POLÍTICA INTERNA

Papua Nova Guiné foi administrada por holandeses (na parte oeste, a partir de 1828), alemães (no nordeste, de 1884-1914), britânicos (no sul, de 1884-1945), japoneses (no norte, de 1941-5) e australianos (de 1945-75). Tornou-se independente da Austrália em 1975. O cenário político do país é caracterizado por intensa e recorrente instabilidade.

A Chefe de Estado, Rainha Elizabeth II, é representada, em Papua Nova Guiné, pelo Governador-Geral, eleito por membros do Parlamento Nacional para um mandato de cinco anos. O Governador-Geral exerce, *grosso modo*, funções protocolares.

O Parlamento Nacional é unicameral e constituído por 109 membros, eleitos por sufrágio universal para um mandato de 5 anos. O primeiro-ministro, indicado pelo Parlamento, é aceito ou rejeitado pelo Governador-Geral. O Gabinete Ministerial, por sua vez, é indicado pelo Governador-Geral com base na recomendação do Primeiro-Ministro.

A Constituição de Papua Nova Guiné impede que o Congresso Nacional impetre moção de desconfiança nos primeiros 18 meses de governo. Uma vez expirada essa moratória e persistindo o desejo de retirar o governante, um novo Primeiro-Ministro é indicado pelo Parlamento sem a necessidade de eleições (a não ser que a moção de desconfiança se dê nos últimos 12 meses do mandato de 5 anos). Com exceção da legislatura de 2002-2007, moções de desconfiança têm sido corriqueiras na política do país desde sua independência.

Em agosto de 2011, o Parlamento aprovou uma moção de desconfiança que encerrou o governo de Michael Somare. Peter O'Neill tornou-se o novo primeiro-ministro. Em dezembro de 2011 uma decisão da Suprema Corte considerou que Somare foi derrubado irregularmente e determinou sua recondução ao cargo de primeiro-ministro. O Parlamento e o comandante das forças de Defesa, Francis Agwi, rejeitaram a decisão e apoiaram a manutenção de Peter O'Neill. Somare, agindo como primeiro-ministro, nomeou o coronel aposentado Yaura Sasa como comandante das forças de defesa e o incumbiu de cumprir a decisão da Suprema Corte. Na madrugada do dia 26 de janeiro de 2012, cerca de 20 soldados iniciaram um motim contra Agwi e oficiais leais a O'Neill. Na noite do dia 26, entretanto, O'Neill declarou publicamente que o motim estava sob controle. No dia 28, Sasa foi preso sob acusação de incitação de motim e no dia 30, após o governo O'Neill prometer anistia, os soldados amotinados se renderam.

Em maio de 2012, a Alta Corte de Justiça em Port Moresby pela segunda vez declarou que a ascensão ao poder do Primeiro-Ministro Peter O'Neill havia ocorrido de maneira ilegal, o que agravou a crise política. Em resposta à Corte, o Parlamento da Papua-Nova Guiné aprovou estado de emergência, dando poderes ao governo para manter a ordem na capital e nas províncias de Hela e Enga, inclusive mediante o uso das Forças Armadas. Nessas duas províncias, distúrbios interromperam os trabalhos em importante projeto de gás liquefeito e em mina de ouro naquele país.

Diante da crise constitucional, foram realizadas eleições gerais durante 3 semanas entre 23 de junho e 6 de julho de 2012. A contagem de votos estendeu-se durante todo o mês de julho, porém antes do término da apuração Somare surpreendentemente declarou apoio ao pleito de Peter O'Neill ao cargo de primeiro-ministro. Essa decisão pode ter sido provocada pelo fato de seu Partido da Aliança Nacional, já enfraquecido durante os meses de crise política, ter se fragmentado durante o processo eleitoral, evidenciando o enfraquecimento de Somare mesmo antes do fim da contagem de votos. A reconciliação dos dois rivais foi decisiva para o fim da crise constitucional. No começo de agosto de 2012 foi divulgado o resultado da eleição dando à coligação formada pelos partidários de O'Neill e Somare ampla maioria no Parlamento. A indicação de Peter O'Neill para Primeiro-Ministro foi aceita pelo Parlamento com 94 votos favoráveis e 12 contrários e, em 4 de agosto de 2012, O'Neill tornou-se indiscutivelmente o Primeiro-Ministro de Papua Nova Guiné, com mandato até 2017.

Em dezembro de 2014, O'Neill buscou assegurar a investidores estrangeiros que, apesar da crescente participação de seu governo em projetos extrativos no país, este não busca controlar o desenvolvimento do setor de exploração de recursos minerais e energéticos. O'Neill assegurou que a percepção por parte da comunidade empresarial de que sua intenção é a de adotar um enfoque mais nacionalista na condução econômica de seu país seria infundada.

Protestos violentos eclodiram após o anúncio dos primeiros resultados das eleições de julho de 2017. Após sua confirmação pelo também eleito presidente da Câmara ("Speaker of the House"), Job Pomat, O'Neill fez juramento ao Governador-Geral, Sir Bob Dadae, e assumiu as funções para mandato de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa de Papua Nova Guiné está voltada, primordialmente, para a região da Ásia-Pacífico. O país é membro das Nações Unidas, da OMC, da “Commonwealth” e da APEC, além de ser observador da ASEAN. Por ser o maior estado insular na região, exerce papel protagônico no Fórum das Ilhas do Pacífico. É, igualmente, membro central do bloco sub-regional “Melanesian Spearhead Group” (MSG).

Em função dos laços históricos e da proximidade geográfica, Papua Nova Guiné e Austrália possuem constantes e intensas relações. O vizinho australiano é o principal parceiro comercial e fornece, atualmente, mais de 80% da ajuda externa recebida por Papua Nova Guiné. Há diversos programas de cooperação entre os dois países, especialmente nas áreas de desenvolvimento e defesa. Apesar de não ser do interesse de nenhuma das partes um afastamento, Papua Nova Guiné tem buscado alternativas em suas relações internacionais para minimizar sua dependência da Austrália.

As relações com a Nova Zelândia, apesar de não tão intensas, abrangem um grande leque de assuntos, como consultas políticas e programas de cooperação nas áreas de defesa e desenvolvimento. As visitas de alto nível entre os dois países são bastante regulares.

A partir da intensificação das relações com a China, nos últimos anos, o governo do país tem recebido substanciais ajuda e investimento de Pequim. Um dos vice-primeiros-ministros chineses, Li Keqiang, realizou uma visita oficial a Papua Nova-Guiné em novembro de 2009, reafirmando na ocasião a importância das relações sino-papuenses. O comércio com a China tem aumentado nos últimos anos.

Em março de 2014, o Primeiro-Ministro da Austrália, Tony Abbott, realizou visita a Papua-Nova Guiné. Na ocasião, Abbott e Peter O'Neill mantiveram encontro durante o qual trataram da intensificação dos laços econômicos entre os dois países, da assistência ao desenvolvimento fornecida pela Austrália e da situação do campo de processamento de refugiados em Manus Island. Durante a visita, foi assinado acordo de cooperação econômica, que visa ao fortalecimento dos laços comerciais e empresariais entre os dois países. Além disso, significativa delegação empresarial australiana acompanhou Abbott a Papua-Nova Guiné.

A questão dos chamados "asylum seekers" e a situação do campo de processamento de refugiados em Manus Island, no entanto, foram os temas mais destacados pela imprensa durante a visita. A retomada da chamada "Pacific Solution"

e a reabertura do campo, em 2012, tiveram por objetivo diminuir o fluxo de imigrantes indocumentados à Austrália e Abbott reiterou, em Papua-Nova Guiné, a posição de que nenhum desses imigrantes, inclusive aqueles que forem eventualmente reconhecidos como refugiados, serão assentados na Austrália. Em novembro de 2017, o campo de processamento em Manus Island foi desativado.

A Austrália é o maior parceiro comercial de Papua-Nova Guiné. A corrente de comércio bilateral atingiu AU\$ 7,5 bilhões em 2012. Os investimentos australianos no país, concentrados no setor de mineração (ouro, petróleo e gás), somam AU\$ 19 bilhões, quase o mesmo valor investido na China. A Austrália também é o mais importante fornecedor de ajuda ao desenvolvimento à Papua-Nova Guiné (segundo maior receptor após a Indonésia).

Em agosto de 2014, Durante o 45º Fórum das Ilhas do Pacífico, Dame Meg Taylor, que já ocupou o cargo de Embaixadora de Papua Nova Guiné nos EUA, foi eleita Secretária-Geral do Fórum. A Ministra dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Julie Bishop, divulgou nota na qual congratulou Taylor pela eleição, afirmando que a nova Secretária-Geral é "notável representante de Papua Nova Guiné no Pacífico e no cenário internacional" e tem atuado como "pioneira na promoção do fortalecimento da posição econômica da mulher".

Na 69ª AGNU, em setembro de 2014, o Chanceler Rimbink Pato abordou a importância da agenda de desenvolvimento pós-2015. Ressaltou que a mudança climática continuaria a representar ameaça para os países insulares. Instou os "grandes países" a acompanhar os pequenos na mitigação da mudança do clima. Ao apoiar a Conferência do Clima convocada pelo SGNU, conclamou a comunidade internacional a alcançar acordo vinculante sobre o tema em Paris em 2015. Notou a importância do financiamento do desenvolvimento sustentável para o seu país.

Por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, em 2014, o Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, realizou encontro com líderes de Papua Nova Guiné e de outros países do Pacífico Sul, durante o qual anunciou medidas de apoio à região, como a criação de fundo de US\$ 1 milhão para adaptação à mudança climática e a elevação do auxílio anual concedido para cada país de US\$ 125 para US\$ 200 mil.

Na mesma ocasião, o Presidente da China, Xi Jinping, encontrou-se bilateralmente com o Primeiro-Ministro de Papua Nova Guiné, Peter O'Neill. Xi anunciou o estabelecimento de "parceria estratégica" com Papua Nova Guiné e com outros sete países da região, e assegurou que a China tenciona aprofundar a cooperação nas áreas de comércio, agricultura, pesca, energia, infraestrutura e outras. Destacou que Pequim irá oferecer tarifa-zero para 97% dos produtos importados dos

países da região, financiará 2000 bolsas de estudos nos próximos cinco anos, enviará equipes médicas e irá encorajar o turismo chinês.

Na AGNU de 2016, o Ministro dos Serviços Públicos da Papua Nova Guiné, Puka Temu, enviado especial do primeiro-ministro, começou seu discurso tratando da atual crise de refugiados e migrantes, lembrando, em particular, que nenhum país está imune às suas consequências. Manifestou a disposição de seu país de trabalhar em conjunto com a comunidade internacional, a fim de encontrar soluções para as causas dessas crises e também para prover melhor assistência às vítimas e aos países afetados. Demonstrou preocupação com a incapacidade da comunidade internacional de lidar, de forma efetiva, com os conflitos econômicos, sociais, religiosos, bem como com o terrorismo. A esse respeito, sublinhou a importância de regular o comércio de armas. Expressou forte oposição de seu país à existência, teste e uso de armas nucleares e outras armas de destruição em massa. Ainda sobre a questão nuclear, demonstrou profunda preocupação com os recentes testes nucleares conduzidos pela Coreia do Norte. Relatou os esforços de seu país de introduzir os ODS na agenda de desenvolvimento nacional e ressaltou a importância da conservação dos mares e oceanos.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com PIB nominal de US\$ 23,62 bilhões e crescimento de 2,47% em 2017, a Papua Nova Guiné posicionou-se como a 107ª economia do mundo. O setor industrial é o principal ramo de atividade e respondeu por 42,9% do PIB, seguido de serviços com 35% e do agrícola com 22,1%. O saldo da balança comercial de bens foi superavitário em US\$ 6,38 bilhões.

O comércio exterior da Papua Nova Guiné apresentou, em 2017, crescimento de 11,06% em relação a 2003, de US\$ 9,2 bilhões para US\$ 15,9 bilhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, a Papua Nova Guiné figurou como o 114º mercado mundial, sendo o 112º exportador e o 105º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se superavitário em todo o período sob análise, exceto em 2012, quando apresentou saldo negativo de US\$ 79,35 bilhão.

Individualmente, a Austrália foi o principal destino das vendas de Papua Nova Guiné, com 24,2% do total em 2017. Seguiram-se: Japão (23%); China (19,6%); Taiwan (7,9%); Filipinas (3,4%) e Países Baixos (3,3%). O Brasil figura em 50º lugar, com 0,0001% do total. A Austrália foi também o principal fornecedor de bens para Papua Nova Guiné, com 32,5% do total. Seguiram-se: China (18,8%);

Singapura (11,1%); Malásia (8,1%); Indonésia (4,2%); e Japão (4,2%). O Brasil posicionou-se no 28º lugar entre os fornecedores do mercado de Papua Nova Guiné, com 0,1% do total.

Gás de petróleo e ouro foram os principais itens da pauta de exportações de Papua Nova Guiné. Em 2017, gás de petróleo representou 26,6% do total e ouro, 18,7%. Seguiram-se: madeira em bruto, com 6,4%; óleo bruto de petróleo, com 6,2% e minério de cobre, com 4,0%. Seguiram-se: óleo de palma (3,7%); óleo refinado de petróleo (2,7%); prata (2,3%); pescados congelados (2,2%); e mates de níquel (1,9%). A pauta de importações de Papua Nova Guiné apresentou-se concentrada em bens com alto valor agregado e combustíveis. Em 2017, as máquinas mecânicas (bombas, refrigeradores, congeladores, máquinas para terraplanagem) foram o principal item da pauta e representaram 16,9% do total. Seguiram-se: combustíveis (óleo bruto de petróleo, óleo refinado, gás de petróleo) com 12,1%; e máquinas elétricas com 6,9%. Seguiram-se: automóveis (5,1%); cereais (4,3%); e obras de ferro ou aço (4,2%).

Entre 2013 e 2017, o intercâmbio comercial brasileiro com o país diminuiu 56,18%, de US\$ 7,016 milhões para US\$ 3,074 milhões. Nesse período, as exportações diminuíram 56,18%. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 3,061 milhões em 2017. Pás, picaretas, enxadas e machados foram o principal grupo de produtos brasileiros exportados para Papua Nova Guiné. Em 2013, esse grupo somou 40,8% do total, seguido de máquinas agrícolas, com 11% e elementos de vias férreas (de ferro ou de aço) com 9,1%. Seguiram-se: facas (8,7%), artefatos de uso doméstico (higiene ou toucador) (3,7%) e assentos e suas partes (3,6%). A pauta das importações brasileiras originárias de Papua Nova Guiné é concentrada em tecidos de algodão. Em 2017, esses produtos representaram 81,5% da pauta, seguidos de aparelhos elétricos de telefonia (13,8%) e diodos, transístores e outros com semicondutores elétricos (4%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1828-1945	Território papuásio é alternadamente ocupado por holandeses, alemães, britânicos e japoneses
1945	Papua Nova Guiné torna-se protetorado da Austrália
1975	Independência da Austrália, ingresso na Commonwealth
2011	Suprema Corte considera irregular cassação de ex-primeiro-ministro Michael Somare e inicia-se crise política após Parlamento manter apoio ao primeiro-ministro em exercício Peter O'Neill
2012	Peter O'Neill vence eleições gerais e encerra-se crise política

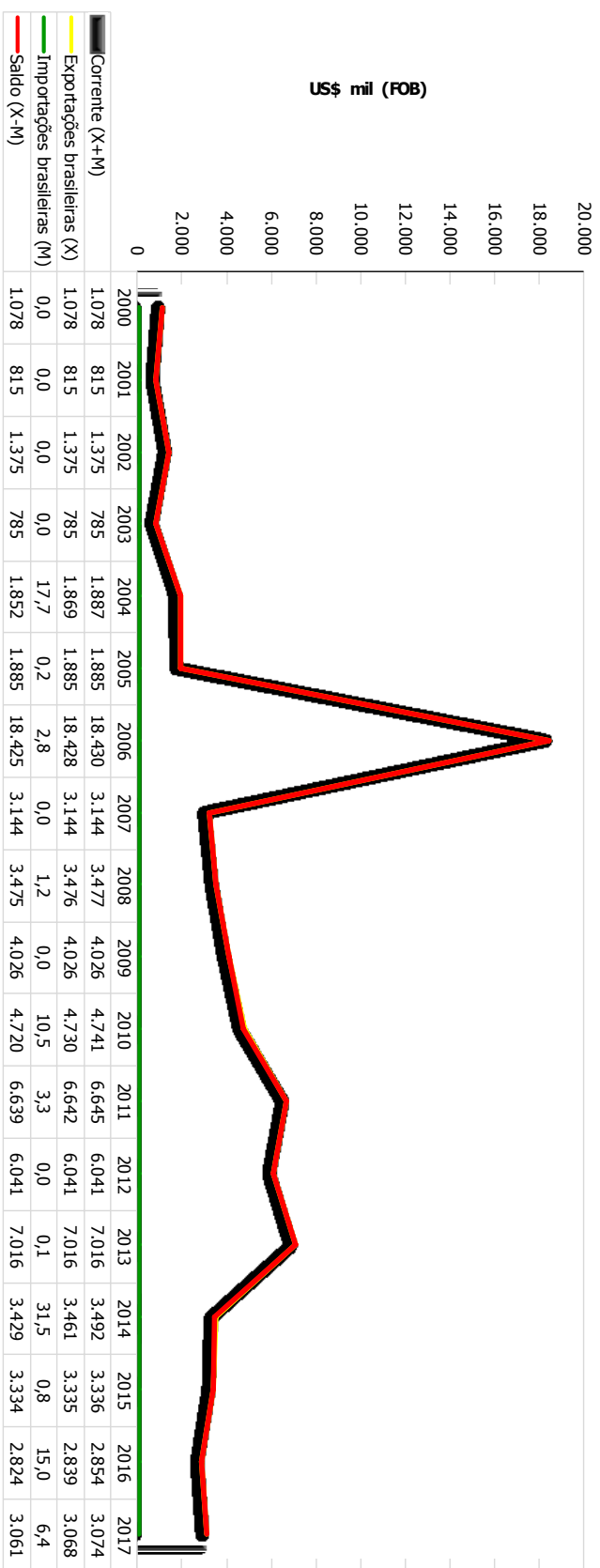
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1989	Abertura de relações diplomáticas
2005	Visita de missão da Agência Brasileira de Cooperação a Papua Nova Guiné
2012	Visita de delegação papuásia ao Brasil durante Rio+20

ACORDOS BILATERAIS

Não há acordos bilaterais.

Comércio Brasil-Papua Nova Guiné

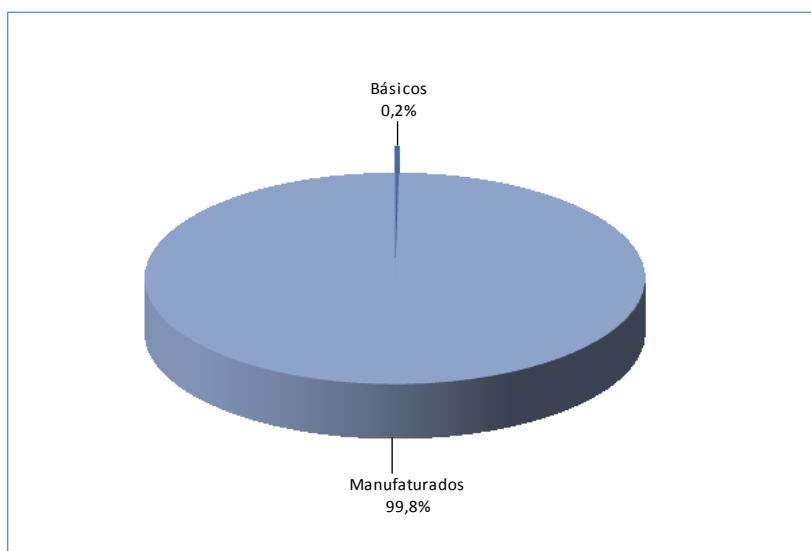


Elaborado pelo INE/DP/IDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	485	2	487	483
2018 (jan-mar)	820	92	912	728

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



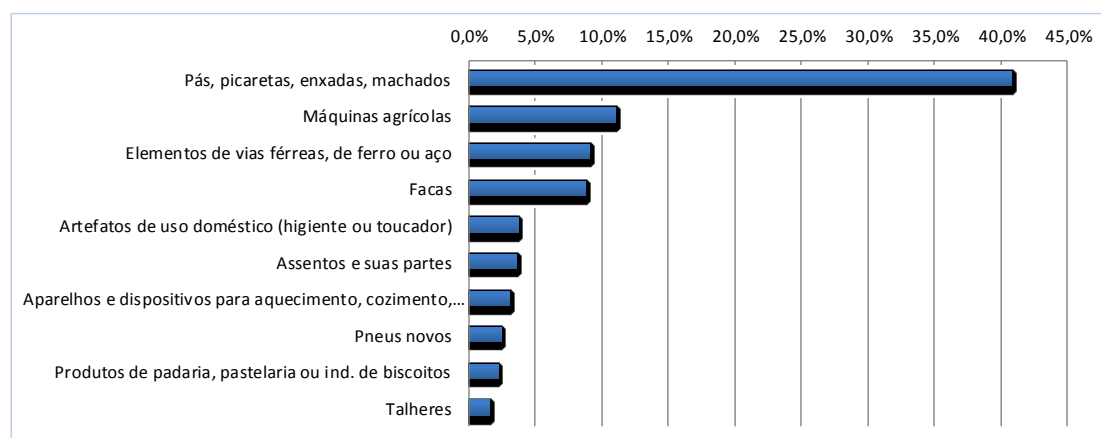
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

Composição das exportações brasileiras para Papua Nova Guiné (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Pás, picaretas, enxadas, machados	1.309	39,2%	1.255	44,2%	1.253	40,8%
Máquinas agrícolas	352	10,6%	99	3,5%	337	11,0%
Elementos de vias férreas, de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	279	9,1%
Facas	141	4,2%	167	5,9%	268	8,7%
Artefatos de uso doméstico (higiente ou toucador)	171	5,1%	90	3,2%	113	3,7%
Assentos e suas partes	131	3,9%	139	4,9%	111	3,6%
Aparelhos e dispositivos para aquecimento, cozimento, torrefação	40	1,2%	381	13,4%	94	3,1%
Pneus novos	241	7,2%	51	1,8%	73	2,4%
Produtos de padaria, pastelaria ou ind. de biscoitos	138	4,1%	46	1,6%	68	2,2%
Talheres	78	2,3%	99	3,5%	48	1,6%
Subtotal	2.601	78,0%	2.327	82,0%	2.644	86,2%
Outros	734	22,0%	512	18,0%	424	13,8%
Total	3.335	100,0%	2.839	100,0%	3.068	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

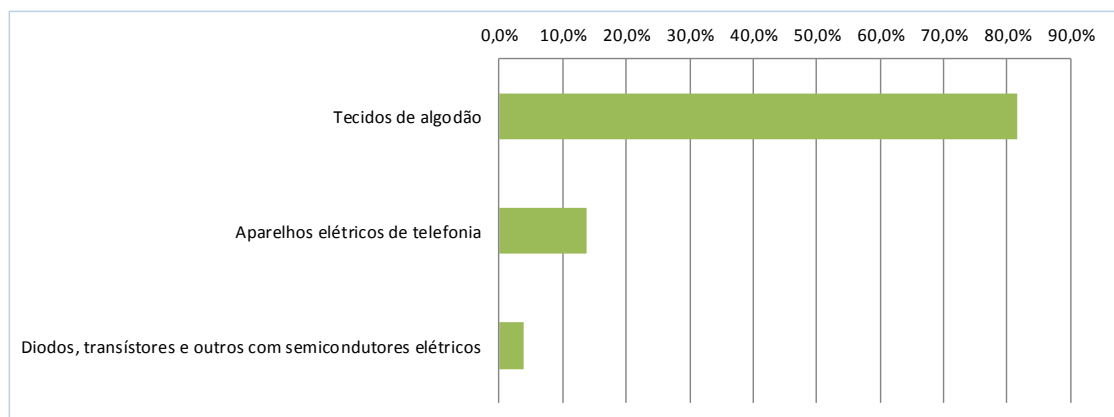


Composição das importações brasileiras originárias de Papua Nova Guiné (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tecidos de algodão	0,0	0,0%	0,0	0,0%	5,2	81,5%
Aparelhos elétricos de telefonia	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,9	13,8%
Diodos, transístores e outros com semicondutores elétricos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,3	4,0%
Baunilha	0,0	0,0%	15,0	100,0%	0,0	0,0%
Tubos de borracha vulcanizada	0,8	100,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	0,8	100,0%	15,0	100,0%	6,3	99,3%
Outros	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,7%
Total	0,8	100,0%	15,0	100,0%	6,4	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



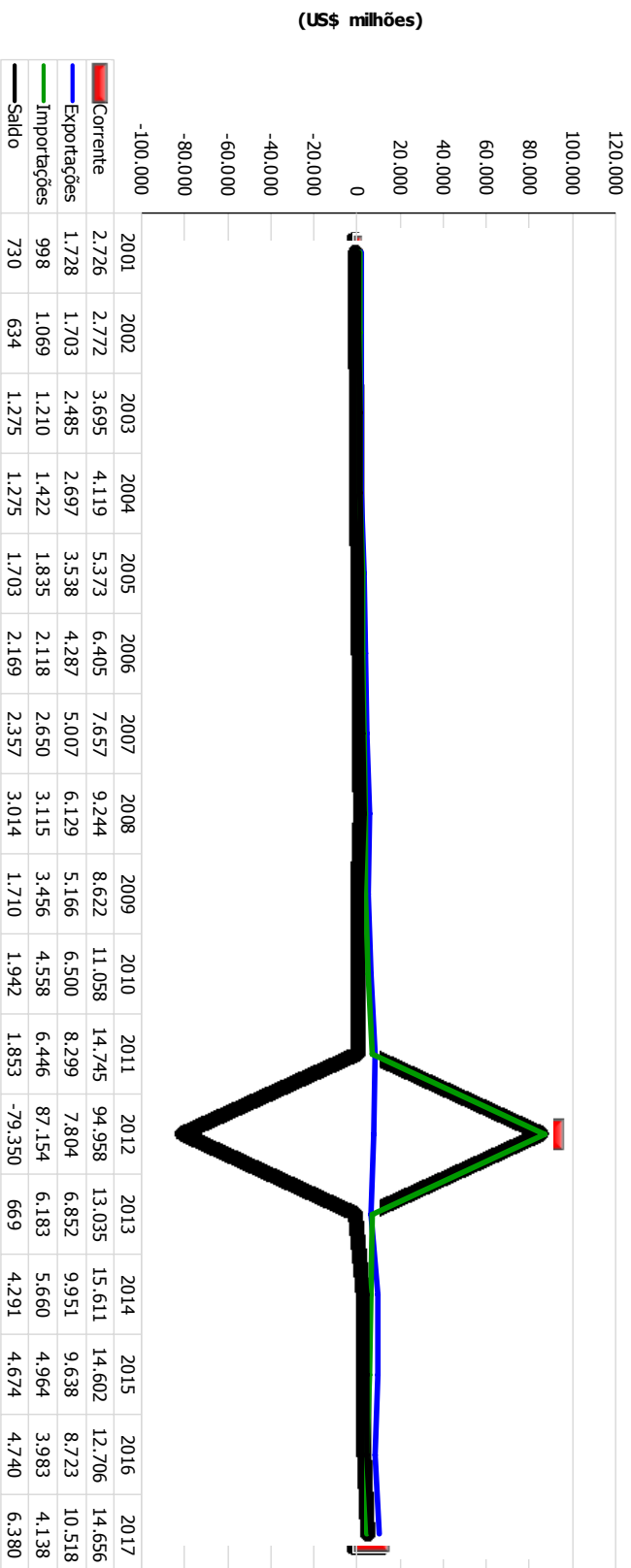
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Pás, picaretas, enxadas, machados	68	14,0%	231	28,2%	Pás, picaretas, enxadas, machados 28,2%
Máquinas agrícolas	219	45,2%	215	26,2%	Máquinas agrícolas 26,2%
Assentos e suas partes	23	4,7%	86	10,5%	Assentos e suas partes 10,5%
Outros móveis	0	0,0%	40	4,9%	Outros móveis 4,9%
Pneus novos	0	0,0%	37	4,5%	Pneus novos 4,5%
Virabrequins, manivelas e rodas de fricção	0	0,0%	28	3,4%	Virabrequins, manivelas e rodas de fricção 3,4%
Bombas para líquidos	0	0,0%	24	2,9%	Bombas para líquidos 2,9%
Produtos de padaria, pasteleria ou ind. de biscoitos	0	0,0%	22	2,7%	Produtos de padaria, pasteleria ou ind. de biscoitos 2,7%
Serras manuais	0	0,0%	16	2,0%	Serras manuais 2,0%
Ladrilhos de cerâmica	0	0,0%	15	1,8%	Ladrilhos de cerâmica 1,8%
Subtotal	310	64,0%	714	87,1%	
Outros	175	36,0%	106	12,9%	
Total	485	100,0%	820	100,0%	

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Baunilha	0,0	0,0%	92,0	100,0%	Baunilha 100,0%
Tecidos de algodão	1,9	100,0%	0,0	0,0%	
Subtotal	1,9	100,0%	92,0	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Total	1,9	100,0%	92,0	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Comércio Papua Nova Guiné x Mundo



Elaborado pelo MRE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

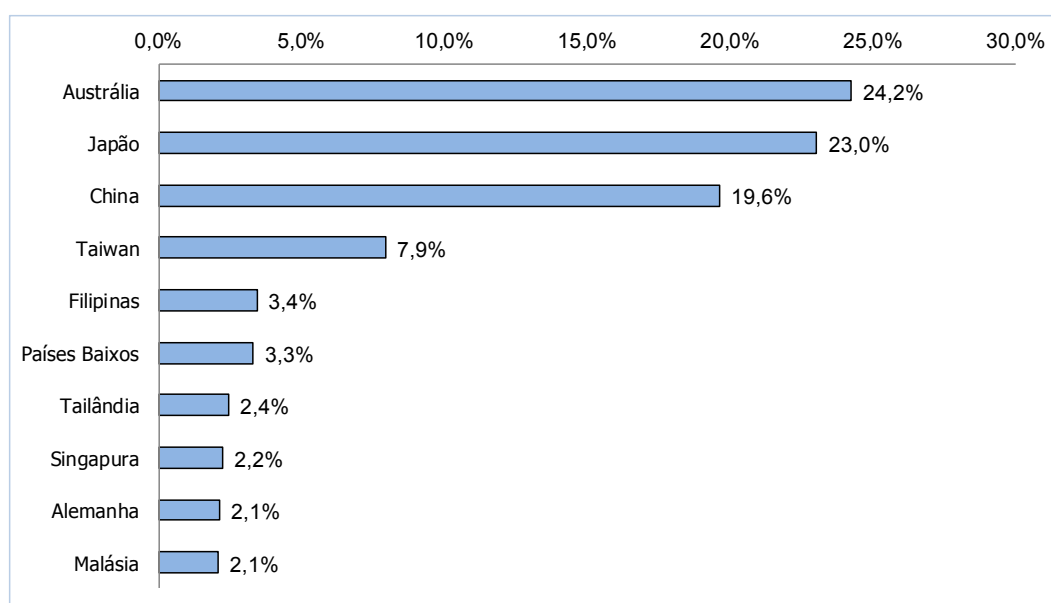
O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações de Papua Nova Guiné
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Austrália	2.549	24,2%
Japão	2.423	23,0%
China	2.064	19,6%
Taiwan	834	7,9%
Filipinas	360	3,4%
Países Baixos	348	3,3%
Tailândia	256	2,4%
Singapura	235	2,2%
Alemanha	223	2,1%
Malásia	218	2,1%
...		
Brasil (50º lugar)	0,006	0,0001%
Subtotal	9.510	90,4%
Outros países	1.008	9,6%
Total	10.518	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

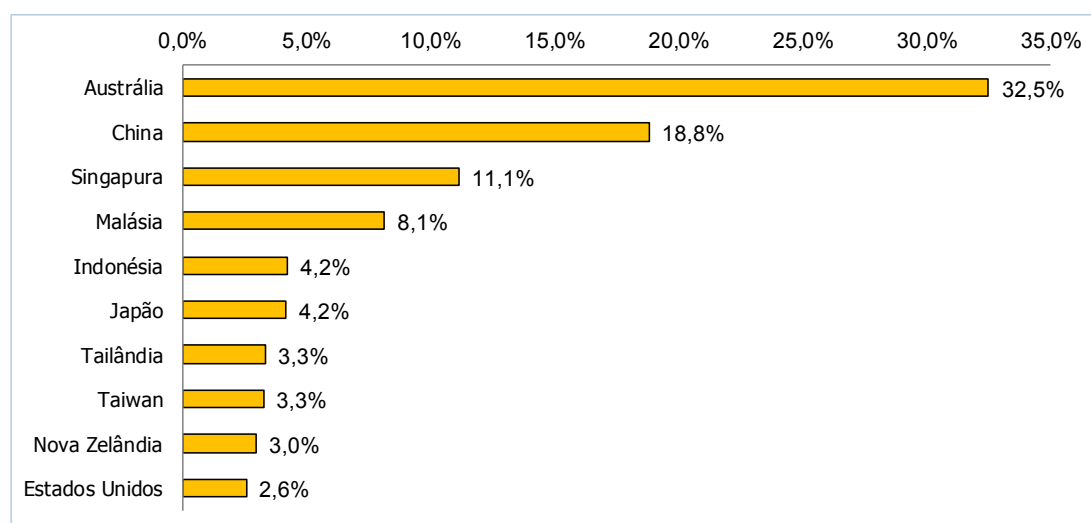


Principais origens das importações de Papua Nova Guiné
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Austrália	1.345	32,5%
China	778	18,8%
Singapura	461	11,1%
Malásia	337	8,1%
Indonésia	175	4,2%
Japão	173	4,2%
Tailândia	138	3,3%
Taiwan	135	3,3%
Nova Zelândia	123	3,0%
Estados Unidos	106	2,6%
...		
Brasil (28º lugar)	3	0,1%
Subtotal	3.774	91,2%
Outros países	364	8,8%
Total	4.138	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

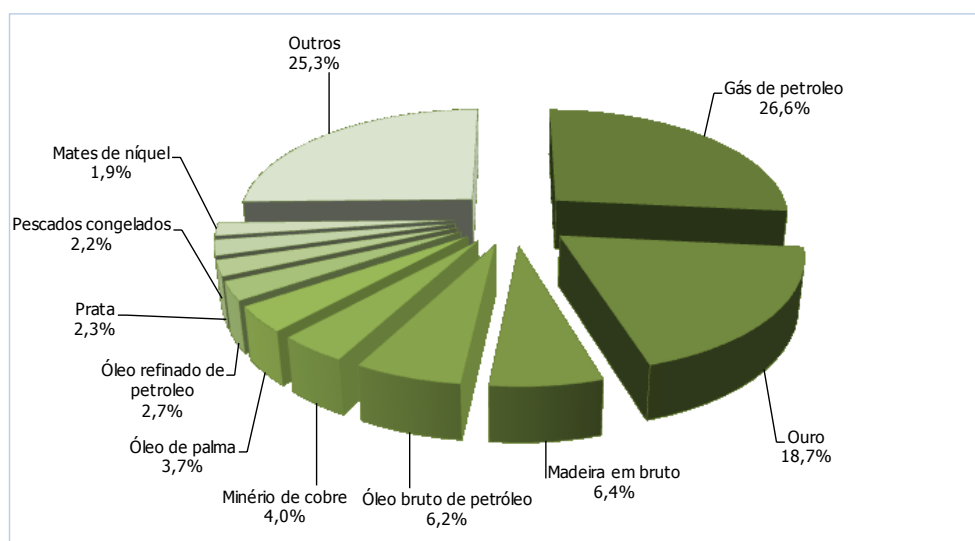


Composição das exportações de Papua Nova Guiné (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Gás de petróleo	2.795	26,6%
Ouro	1.972	18,7%
Madeira em bruto	672	6,4%
Óleo bruto de petróleo	647	6,2%
Minério de cobre	419	4,0%
Óleo de palma	390	3,7%
Óleo refinado de petróleo	284	2,7%
Prata	238	2,3%
Pescados congelados	236	2,2%
Mates de níquel	201	1,9%
Subtotal	7.854	74,7%
Outros	2.664	25,3%
Total	10.518	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



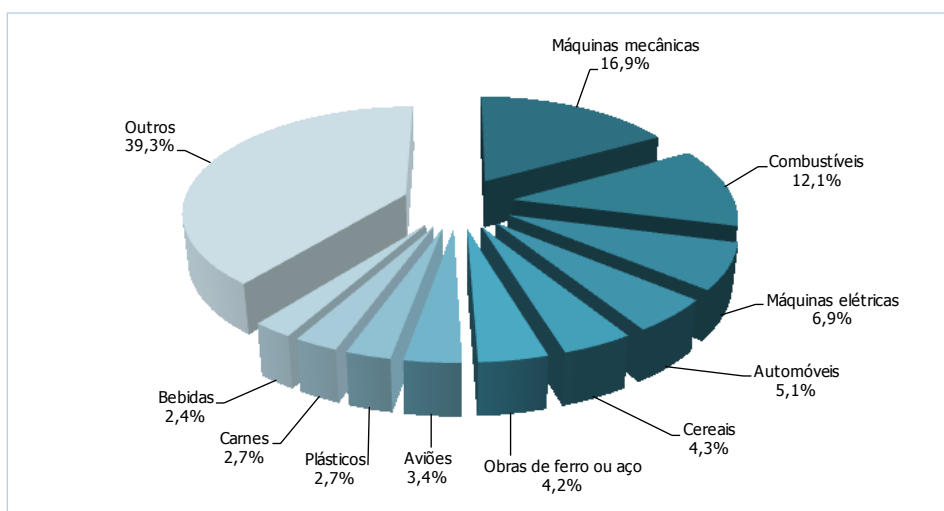
Composição das importações de Papua Nova Guiné (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Máquinas mecânicas	699	16,9%
Combustíveis	501	12,1%
Máquinas elétricas	287	6,9%
Automóveis	209	5,1%
Cereais	178	4,3%
Obras de ferro ou aço	173	4,2%
Aviões	141	3,4%
Plásticos	113	2,7%
Carnes	110	2,7%
Bebidas	101	2,4%
Subtotal	2.512	60,7%
Outros	1.626	39,3%
Total	4.138	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

O país não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Papua Nova Guiné

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,41%	2,47%	2,93%	2,64%	2,91%
PIB nominal (US\$ bilhões)	22,57	23,62	26,31	27,41	28,68
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.791	2.861	3.123	3.187	3.267
PIB PPP (US\$ bilhões)	29,08	30,33	31,93	33,48	35,13
PIB PPP "per capita" (US\$)	3.597	3.675	3.789	3.893	4.001
População (milhões habitantes)	8,09	8,25	8,43	8,60	8,78
Inflação (%) ⁽²⁾	6,61%	3,90%	2,65%	2,50%	2,40%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	16,69%	16,79%	20,19%	19,23%	17,99%
Dívida externa (US\$ bilhões)	19,69	17,94	16,59	15,68	15,50
Câmbio (Kina / US\$) ⁽²⁾	3,17	3,23	3,64	3,67	3,65

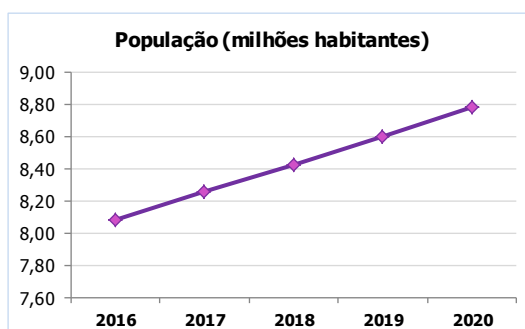
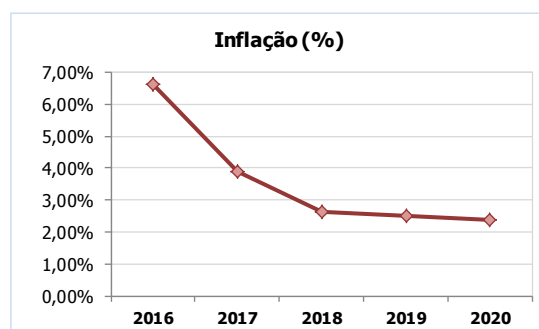
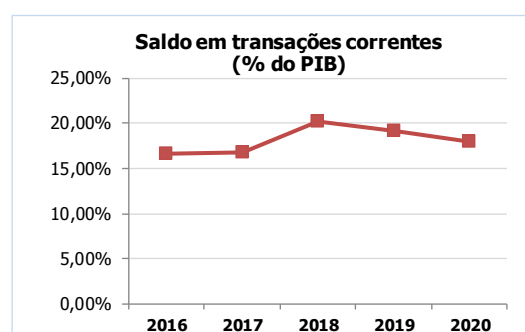
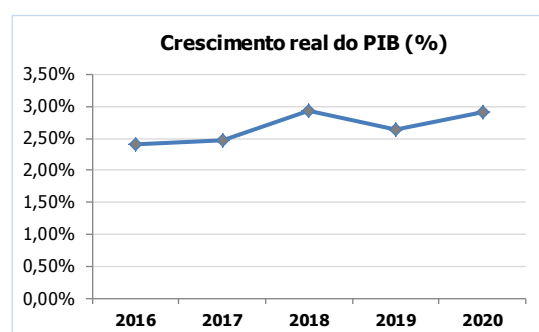
Origem do PIB (2017 Estimativa)

Agricultura	22,1%
Indústria	42,9%
Serviços	35,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2018 e da Cia.gov.

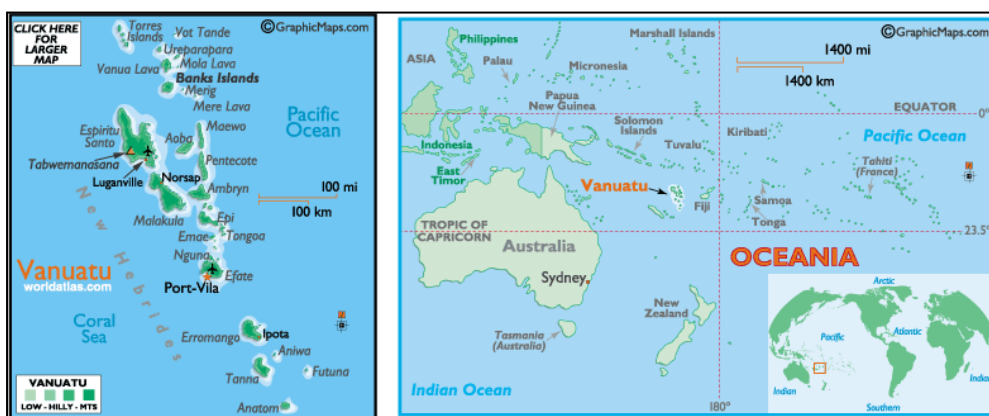
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

VANUATU



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Vanuatu
ADJETIVO GENTÍLICO	vanuatense
CAPITAL	Port Vila
ÁREA	12.189 Km²
POPULAÇÃO (2014)	266.937 habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Bislama, inglês e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Presbiterianos (31,4%), Anglicanos (13,4%), Católicos (13,1%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento (Parliament/Parlement) Parlamento unicameral, composto por 52 membros, eleitos para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente Tallis Obed Moses (desde julho de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Charlot Salwai (desde fevereiro de 2016)
CHANCELER	Ralph Regenvanu (desde dezembro de 2017)
PIB NOMINAL (2017)¹	US\$ 870 milhões
PIB PPP (2017)¹	US\$ 770 milhões
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2017)¹	US\$ 3.094
PIB PPP <i>per capita</i> (2017)¹	US\$ 2.739
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2017)¹	4,2%
IDH²	0,616 (131º lugar)
EXPECTATIVA DE VIDA²	71,63 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO²	82,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO³	1,7% (1999)
UNIDADE MONETÁRIA	vatu
EMBAIXADOR EM PORT VILA (cumulativa com Camberra)	Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há
BRASILEIROS NO PAÍS	Não há registro de brasileiros residentes em Vanuatu

(1) Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base nos dados do FMI.

(2) Dados do Relatório 2013 PNUD

(3) CIA World Factbook (não há dados mais recentes).

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

BRASIL⇒ VANUATU	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	40	2,6	17,1	2,3	7,3	22	96	186	156	223	176,4
Exportações	40	2,6	0,9	2,3	4	22	5	185	145	220	176,2
Importações	---	---	16,2	---	3,3	---	90	0,975	10	2	0,2
Saldo	40	2,6	-15	2,3	0,6	22	-84	184	134	218	175,9

APRESENTAÇÃO

Grupo de ilhas localizado entre o Havaí e a Austrália, no sul do Oceano Pacífico, conhecido no passado como Novas Hébridas, Vanuatu foi administrado tanto pela Inglaterra como pela França. O país tornou-se independente em 30 de julho de 1980. Os últimos 15 anos foram marcados pela instabilidade política, com várias coalizões tendo governado o país. Possui um total de 282 mil habitantes, com um espectro linguístico de aproximadamente cem línguas locais, tendo como idiomas oficiais o bislama, o inglês e o francês. Como os demais estados peninsulares em desenvolvimento do Pacífico, Vanuatu sofre com aumento populacional, recursos escassos e suscetibilidade a desastres naturais e ao aquecimento global.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Tallis Obed Moses
Presidente de Vanuatu



Nasceu em 1954. É pastor graduado no *Sydney Missionary and Bible College*, em 1981. Tem diploma em teologia no Centro de Treinamento Pastoral de Talua, onde estudou em 1985 e 1986. Foi escolhido entre 16 candidatos, pelo Colégio Eleitoral, para suceder Baldwin Lonsdale, que faleceu no cargo, em julho de 2017.

Charlot Salwai

Primeiro-Ministro de Vanuatu



Nasceu em 1963. Francófono, teve experiências em cargos comissionados como Ministro do Comércio e Indústria, Ministro da Propriedade e Recursos Naturais, Ministro da Educação, Ministro da Finança e Gestão Econômica e Ministro de Assuntos Domésticos. Também serviu como Presidente do Comitê de Finanças Públicas e vice-líder da oposição. É atual líder dos Movimentos de Reunificação pela Mudança. Foi eleito Primeiro-Ministro de Vanuatu em fevereiro de 2016.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. A representação brasileira junto à Vanuatu é cumulativa com a Embaixada do Brasil em Camberra. No primeiro semestre de 2005, o embaixador Frederico César de Araújo realizou a primeira missão oficial do Brasil à Vanuatu (que também incluiu Ilhas Salomão, Nauru e Papua Nova Guiné).

O então Assessor Especial para a Ásia, Embaixador João Gualberto Marques Porto, fez missão à Port Vila, em fevereiro de 2008, ocasião em que se entrevistou com o Vice-Ministro das Relações Exteriores de Vanuatu, Jonas Cullwick, com a Chefe da Divisão para África, Europa, Oriente Médio e Américas, Marie-Antoinette Nirua, e com o Chefe, interino, do Departamento das Nações Unidas, Serge Alain Mahe.

Entre abril e maio de 2009, o Representante Permanente (RP) de Vanuatu junto à ONU, Donald Kalpokas, bem como os Representantes Permanentes de Fiji, Samoa, Salomão, Nauru, Tuvalu, Marshall, e Micronésia, visitaram o Brasil, a convite do governo brasileiro. Os Representantes Permanentes fizeram visita

protocolar ao Ministro de Estado, interino, Samuel Pinheiro Guimarães, participaram de palestras com outros chefes de casa e realizaram visitas a federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Vanuatu copatrocinou o projeto de resolução do G-4 sobre reforma do Conselho de Segurança, mas não se manifestou publicamente sobre a candidatura brasileira a assento permanente no CSNU.

Em março de 2012, estava prevista a realização de missão de prospecção da ABC a Fiji e a Vanuatu, que teria como objetivo analisar possíveis projetos de cooperação técnica nas áreas de pesca artesanal marítima, preservação e exploração sustentável de floresta e agropecuária. Por razões orçamentárias, a missão foi adiada e realizou-se apenas em agosto de 2013.

Em junho de 2012 o Primeiro-Ministro Sato Kilman foi o primeiro chefe de governo de Vanuatu a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. Na ocasião o Primeiro-Ministro não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Em março de 2013, o então Embaixador do Brasil em Camberra, Rubem Barbosa, esteve em Vanuatu para apresentar credenciais e fazer gestões em prol da candidatura do embaixador Roberto Azevêdo à direção-geral da OMC. Em vista da vacância do cargo de Primeiro-Ministro, a apresentação de credenciais não foi realizada. Durante sua estadia a Port Vila manteve encontros com o Diretor-Geral do Ministério de Negócios Estrangeiros, Johnny Koanapo e com o Diretor do Departamento de Comércio Exterior, Sumbe Antas. Durante esses encontros, foi reiterada ao embaixador Rubem Barbosa a demanda de Vanuatu por cooperação com o Brasil no setor de agricultura.

Realizou-se, em agosto de 2013, missão da ABC a Vanuatu, chefiada pelo Diretor da Agência, Embaixador Fernando Abreu. Na ocasião foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica (que entrou em vigor em março de 2018) e identificadas as prioridades para cooperação nas áreas de agricultura, pecuária, florestas, pesca e aquicultura. Foram elaboradas as seguintes atividades, que envolveram o envio de técnicos de Vanuatu para cursos de capacitação no Brasil: "Treinamento em Sistemas de Produção de Hortaliças e Arroz com vistas à Segurança Alimentar"; "Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte com vistas à Integração Lavoura-Pecuária-Floresta"; e "Capacitação em Boas Práticas na Manipulação do Pescado e em Cultivo de Tilápias".

Em dezembro de 2014, o Embaixador Rubem Barbosa, então Chefe da Embaixada em Camberra, encontrou-se com o Alto Comissário de Vanuatu em

Camberra a fim de tratar da reeleição de José Graziano para a direção da FAO. O Alto Comissário manifestou entusiasmo pela candidatura brasileira. Referiu-se à visita de missão do Senhor Diretor da ABC ao seu país, em 2013, e aos avanços na cooperação alcançados desde então, para ressaltar que não via como, diante do estágio das relações bilaterais, o governo de seu país pudesse deixar de apoiar a candidatura de José Graziano.

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Vanuatu.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Vanuatu.

POLÍTICA INTERNA

O Presidente de Vanuatu tem mandato de 5 anos e é eleito por um colégio eleitoral integrado pelo Parlamento e pelos seis governos provinciais. Vanuatu tem um Parlamento unicameral, com 52 membros, eleitos para um mandato de 4 anos por voto direto.

Em setembro de 2008, Edward Natapei foi eleito Primeiro-Ministro, por apenas 2 votos, na primeira reunião do Parlamento. O governo de Natapei era sustentado por tênue maioria no Parlamento, o que ocasionou, à falta de um sistema partidário sólido, coalizões partidárias instáveis, o que, aliás, é nota característica do sistema político de Vanuatu. Natapei enfrentou seis moções de desconfiança no Parlamento, derrubando-as às custas de modificações em seu gabinete e na composição partidária de seu governo.

Em dezembro de 2010, no entanto, Natapei foi finalmente derrubado do cargo de Primeiro-Ministro por uma moção de desconfiança, sendo sucedido por Sato Kilman, seu vice-Primeiro-Ministro. Kilman ocupou o cargo pela maior parte do primeiro semestre de 2011, foi removido em abril por uma moção de desconfiança, mas retornou em maio após a eleição de Serge Vohor ter sido considerada inválida. A sucessão de Natapei só foi finalmente decidida em junho de 2011, quando Sato Kilman foi formalmente eleito pelo parlamento para a posição de Primeiro-Ministro.

Sato Kilman também foi alvo de diversas moções de desconfiança durante seu mandato. Em março de 2013, antes da votação da sétima moção de desconfiança apresentada contra ele, dessa vez apoiada pela maioria do Parlamento, Sato Kilman renunciou ao cargo de Primeiro-Ministro. Após a renúncia, o Presidente da Câmara declarou recesso parlamentar de oito dias, mas atendendo à petição da oposição, o Supremo Tribunal determinou o retorno imediato dos parlamentares para eleição de novo Primeiro-Ministro. Em março de 2013, Moana Carcasses, antigo Ministro das Finanças e líder do partido verde, foi eleito com 34 votos no parlamento como novo Primeiro-Ministro de Vanuatu, porém seu mandato perdurou por pouco mais de um ano até ser derrubado por uma moção de desconfiança em maio de 2014. Após a queda de Carcasses, o Parlamento aprovou a candidatura, única, de Joe Natuman à posição de Primeiro-Ministro. Substituindo Natuman, Charlot Salwai foi eleito Primeiro-Ministro de Vanuatu em fevereiro de 2016.

Em setembro de 2014, Baldwin Lonsdale foi eleito o Presidente de Vanuatu em uma eleição indireta por um colégio eleitoral formado por membros do parlamento e governadores de províncias. Seu primeiro discurso como Presidente ressaltou a importância da província de Torba. Manifestou que sua prioridade era respeitar a Constituição do país. Em julho de 2017, o pastor Tallis Obed Moses foi escolhido Presidente do país por um Colégio Eleitoral, sucedendo Baldwin Lonsdale, que faleceu no cargo.

POLÍTICA EXTERNA

Vanuatu mantém relações diplomáticas com 74 países. Há, atualmente, 5 Embaixadas residentes em Port Vila: Austrália, França, Nova Zelândia, China e a União Europeia. Vanuatu, por sua vez, possui 4 representações no exterior: Nova York (ONU), Pequim, Bruxelas (EU) e Noumea (Nova Caledônia), além de alguns consulados honorários. Membros das Forças Armadas de Vanuatu já serviram em Missões de Paz da ONU no Timor Leste, Haiti, Sudão e Bósnia; no Grupo de Monitoramento em Bougainville; e na Missão Regional de Assistência às Ilhas Salomão.

Vanuatu passou a fazer parte da Commonwealth e do Fórum das Ilhas do Pacífico após a independência em 1980. Vanuatu também é membro da Comunidade da Francofonia, da ONU e de várias de suas agências especializadas, do Movimento dos Países Não-alinhados, do FMI, Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento da Ásia e do Grupo ACP, o que rende ao país relacionamento especial com a União

Européia, e tem interesse em fazer parte da OMC. Vanuatu é um entusiasta do “Melanesian Spearhead Group” cujo Secretariado se localiza em Port Vila, e cujos objetivos incluem o estabelecimento de uma área de livre comércio entre seus membros. Tem também grande interesse na questão da Papua do Oeste.

As relações com Camberra são muito importantes para Vanuatu. O governo australiano deu claros sinais de endurecimento contra o governo do país sob o Primeiro-Ministro Serge Vohor, com ameaças de redução do nível do relacionamento e corte na ajuda externa, caso as autoridades não tomassem medidas eficazes contra corrupção e crime, de modo a satisfazer os interesses de Camberra.

Por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, em 2014, o Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, realizou encontro com líderes de Vanuatu e de outros países do Pacífico Sul, durante o qual anunciou medidas de apoio à região, como a criação de fundo de US\$ 1 milhão para adaptação à mudança climática e a elevação do auxílio anual concedido para cada país de US\$ 125 para US\$ 200 mil.

Na mesma ocasião, o Presidente da China, Xi Jinping, encontrou-se bilateralmente com o Primeiro-Ministro de Vanuatu, Joe Natuman. Xi anunciou o estabelecimento de “parceria estratégica” com Vanuatu e com outros sete países da região, e assegurou que a China tenciona aprofundar a cooperação nas áreas de comércio, agricultura, pesca, energia, infraestrutura e outras. Destacou que Pequim iria oferecer tarifa-zero para 97% dos produtos importados dos países da região, financiaria 2000 bolsas de estudos nos cinco anos seguintes, enviaria equipes médicas e encorajaria o turismo chinês a Vanuatu.

Em setembro de 2014, durante a 69ª sessão da AGNU, o então Primeiro-Ministro de Vanuatu, Joe Natuman, expressou preocupação com o terrorismo e com a epidemia de ebola. Saudou as eleições democráticas em Fiji. Mencionou que seu país deixou de integrar o grupo de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) por ter sido graduado e, atualmente, integra o SIDS (*Small Island Developing States*, ou Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento). Em vista disso, solicitou assistência internacional aos esforços de construção de resiliência e adaptações para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. Mencionou o documento final da Rio+20 (“The Future We Want”) e defendeu os meios de implementação que constam no relatório do Grupo de Trabalho Aberto sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável. Assinalou ainda haver disputa territorial com a França (ilhas Umaenupne e Leka). Reiterou a importância da Terceira Década para a Erradicação do Colonialismo.

Na 70ª AGNU, em 2015, o Primeiro-Ministro, Meltek Sato Kilman Livtuvanu, recordou a interdependência entre paz, segurança e direitos humanos. Destacou, nesse contexto, a necessidade de prestar-se maior assistência aos refugiados. Ressaltou, ainda, a contribuição de seu país a operações de paz, com o envio de tropas a Haiti e Côte d'Ivoire. Como esperado, o discurso também conferiu ênfase à mudança do clima e ao seu impacto maior e mais imediato nos SIDS, ressaltando a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial os Objetivos 13 (mudança do clima) e 14 (conservação dos oceanos).

Na AGNU de 2016, o Primeiro-Ministro de Vanuatu, Charlot Salwai Tabimasmass, afirmou que os ODS foram incorporados aos planos nacionais de desenvolvimento de seu país e cobrou avanços na reforma do CSNU, de modo a torná-lo apto a lidar com o panorama atual da segurança internacional. Pediu apoio da comunidade internacional ao processo de adaptação da economia e do cotidiano de seu país à mudança do clima. Disse-se satisfeito com o apoio da ONU ao processo eleitoral na Nova Caledônia e, assim como o Primeiro Ministro das Ilhas Salomão, afirmou que a questão de direitos humanos em Papua Ocidental (território pertencente à Indonésia) é preocupante.

Em abril de 2018, o país foi assolado por dois desastres naturais consecutivos: a erupção do vulcão Ambae, na província de Penae, e o ciclone tropical Hola, na província de Malampa. Em decorrência dos desastres naturais, Port Vila decretou estado de emergência naquelas regiões e publicou plano de ação contendo iniciativas de emergência, além de fazer pedidos de ajuda financeira à comunidade internacional.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com PIB nominal de US\$ 870 milhões e crescimento de 4,2% em 2017, Vanuatu posicionou-se como a 180ª economia do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 63,9% do PIB, seguido da agricultura com 27% e da indústria com 9,1%. O saldo da balança comercial foi deficitário em US\$ 76 milhões. O comércio exterior de Vanuatu apresentou, em 2017, retração de 58,74% em relação a 2013, de US\$ 1.258 bilhão para US\$ 519 milhões. No ranking da ONU/UNCTAD de 2012, Vanuatu figurou como o 185º mercado mundial, sendo o 177º exportador e o 185º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário em todo o período sob análise.

Individualmente, a Mauritânia foi o principal destino das vendas de Vanuatu com 31,7% do total em 2017. Seguiram-se: Japão (31,1%); Filipinas (8,4%); Tailândia (6,6%); China (6,4%) e Coreia do Sul (3,9%). O Brasil posicionou-se no 13º lugar entre os compradores de Vanuatu, com 0,0% do total. Individualmente, a China foi o principal fornecedor de bens para Vanuatu, com 22,2% do total. Seguiram-se: Austrália (20,2%); Japão (10,7%); Singapura (9,7%); Nova Zelândia (9,1%); e Malásia (7,8%). O Brasil posicionou-se no 28º lugar entre os fornecedores do mercado de Vanuatu, com 0,1% do total.

Rebocadores/barcos para empurrar outras embarcações foram os principais produtos exportados por Vanuatu e representaram 40,2% da pauta em 2016. Seguiram-se: peixes congelados (31,5%); transatlânticos (4,8%); copra (4,6%); e barcos de pesca (3,4%). A pauta de importações de Vanuatu apresentou-se concentrada em embarcações flutuantes, que representaram 8,7% do total em 2017. Seguiram-se: máquinas elétricas, com 8,4%; combustíveis, com 8%; máquinas mecânicas (7,3%); veículos automóveis (5,7%); aviões (5,6%); e obras de ferro ou aço (3,7%).

Entre 2013 e 2017, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 73,09%, de US\$ 47.467 para US\$176.412. Nesse período, as exportações cresceram 17,27% e as importações reduziram-se 98,0%. O saldo da balança comercial registrou superávit de US\$ 175 mil em 2017. Produtos de confeitaria sem cacau foram os principais produtos brasileiros exportados para Vanuatu. Em 2017, somaram 39% do total, seguidos de ferramentas de gume, com 12,8%. Na pauta das importações brasileiras originárias de Vanuatu, torneiras e válvulas corresponderam à totalidade em 2017.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1906	França e Reino Unido assumem conjuntamente a administração de Vanuatu
1980	Independência, Vanuatu torna-se membro tanto da Commonwealth Britânica quanto da Francophonie Francesa
1996	Tentativa de golpe por grupo paramilitar fracassa

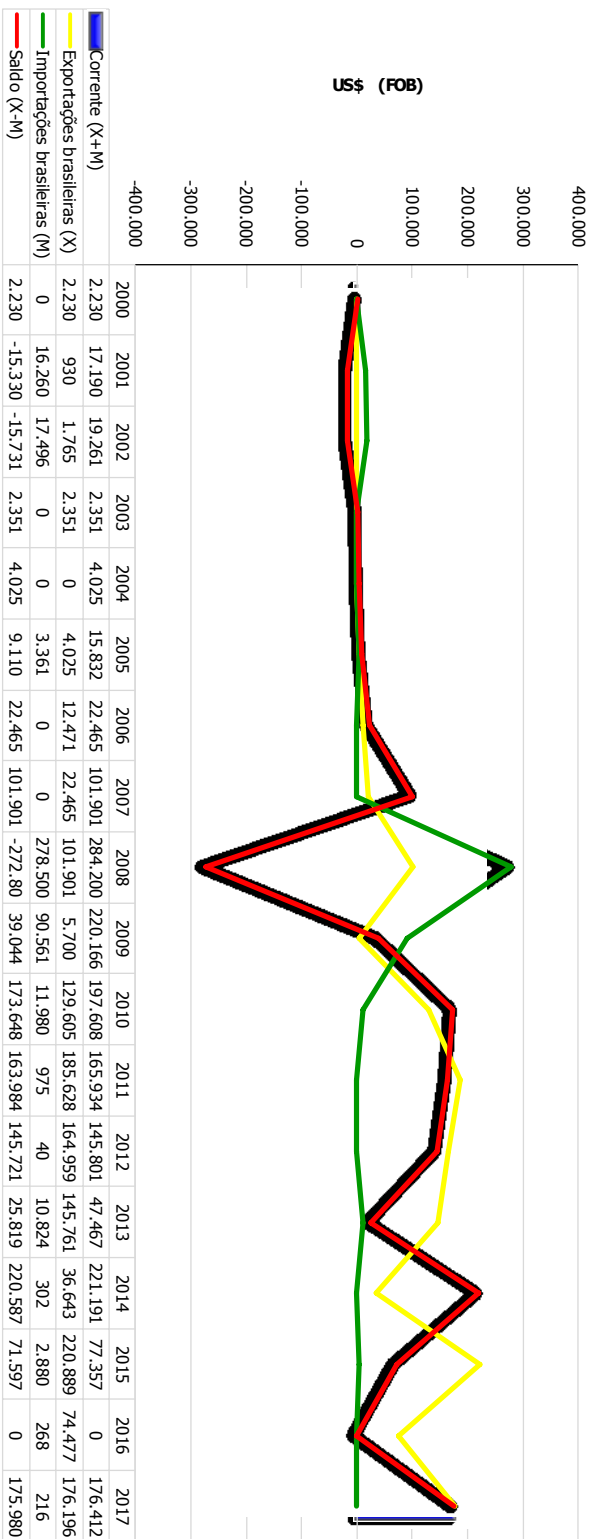
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1986	Estabelecimento de relações diplomáticas
2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Vanuatu
2012	Primeiro-Ministro Sato Kilman visita Brasil durante Rio+20
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Vanuatu; celebração do Acordo de Cooperação Técnica.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu	29/08/2013	29/03/2018	---	---

Comércio Brasil-Vanuatu



Elaborado pelo MRE/DP/DOC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MD/C/SEC/EX, Maio de 2018.

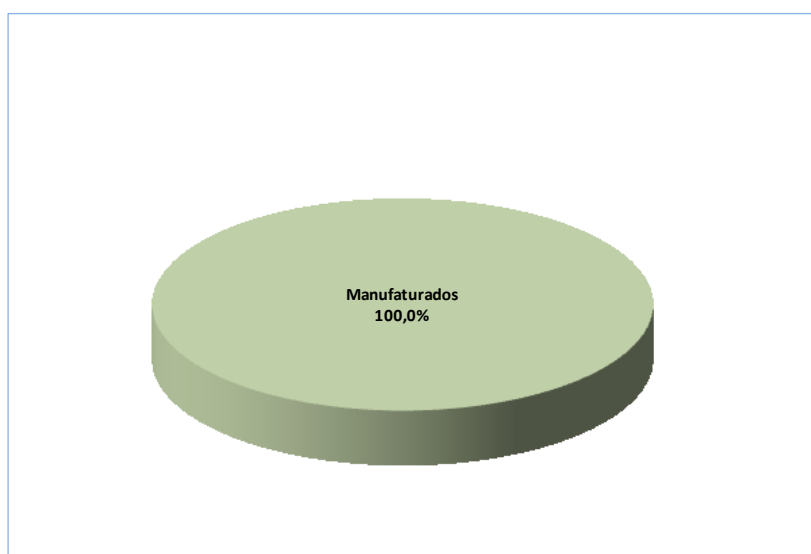
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	3.873	0	3.873	3.873
2018 (jan-mar)	0	0	0	0

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



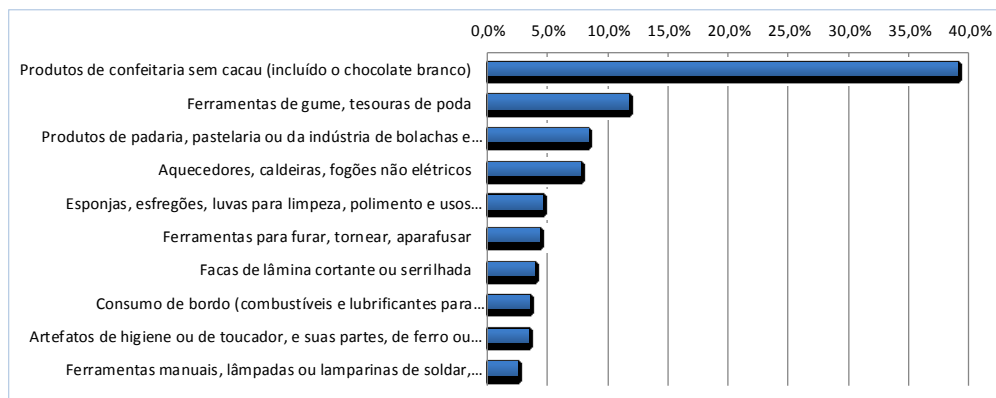
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

Composição das exportações brasileiras para Vanuatu (SH4)
US\$

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o chocolate branco)	32.826	14,9%	28.181	37,8%	68.743	39,0%
Ferramentas de gume, tesouras de poda	20.618	9,3%	4.908	6,6%	20.584	11,7%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	569	0,3%	502	0,7%	14.620	8,3%
Aquecedores, caldeiras, fogões não elétricos	0	0,0%	11.600	15,6%	13.590	7,7%
Esponjas, esfregões, luvas para limpeza, polimento e usos semelhantes, de alumínio	5.898	2,7%	2.938	3,9%	8.084	4,6%
Ferramentas para furar, torneiar, aparafusar	0	0,0%	0	0,0%	7.658	4,3%
Facas de lâmina cortante ou serrilhada	4.584	2,1%	0	0,0%	6.779	3,8%
Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves)	2.048	0,9%	7.899	10,6%	6.086	3,5%
Artefatos de higiene ou de toucador, e suas partes, de ferro ou aço	2.340	1,1%	8.658	11,6%	5.832	3,3%
Ferramentas manuais, lâmpadas ou lamparinas de soldar, tornos de apertar	1.555	0,7%	561	0,8%	4.458	2,5%
Subtotal	70.438	31,9%	65.247	87,6%	156.434	88,8%
Outros	150.451	68,1%	9.230	12,4%	19.762	11,2%
Total	220.889	100,0%	74.477	100,0%	176.196	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

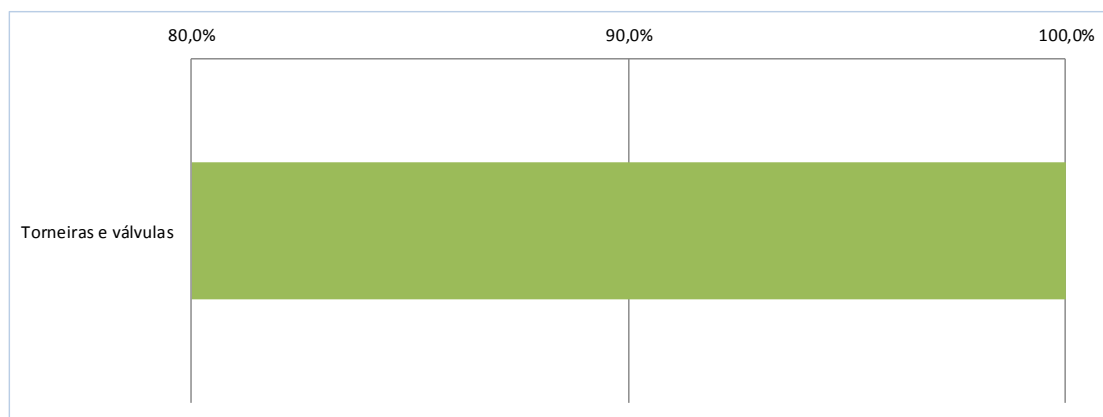


Composição das importações brasileiras originárias de Vanuatu (SH4)
US\$

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Torneiras e válvulas	0	0,0%	0	0,0%	216	100,0%
Parafusos e artefatos semelhantes de ferro ou aço	0	0,0%	205	76,5%	0	0,0%
Obras de borracha vulcanizada não endurecida	0	0,0%	63	23,5%	0	0,0%
Serviços de mesa e artigos de uso doméstico, de higiene ou de toucador, de plástico	2.880	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	2.880	100,0%	268	100,0%	216	100,0%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	2.880	100,0%	268	100,0%	216	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017

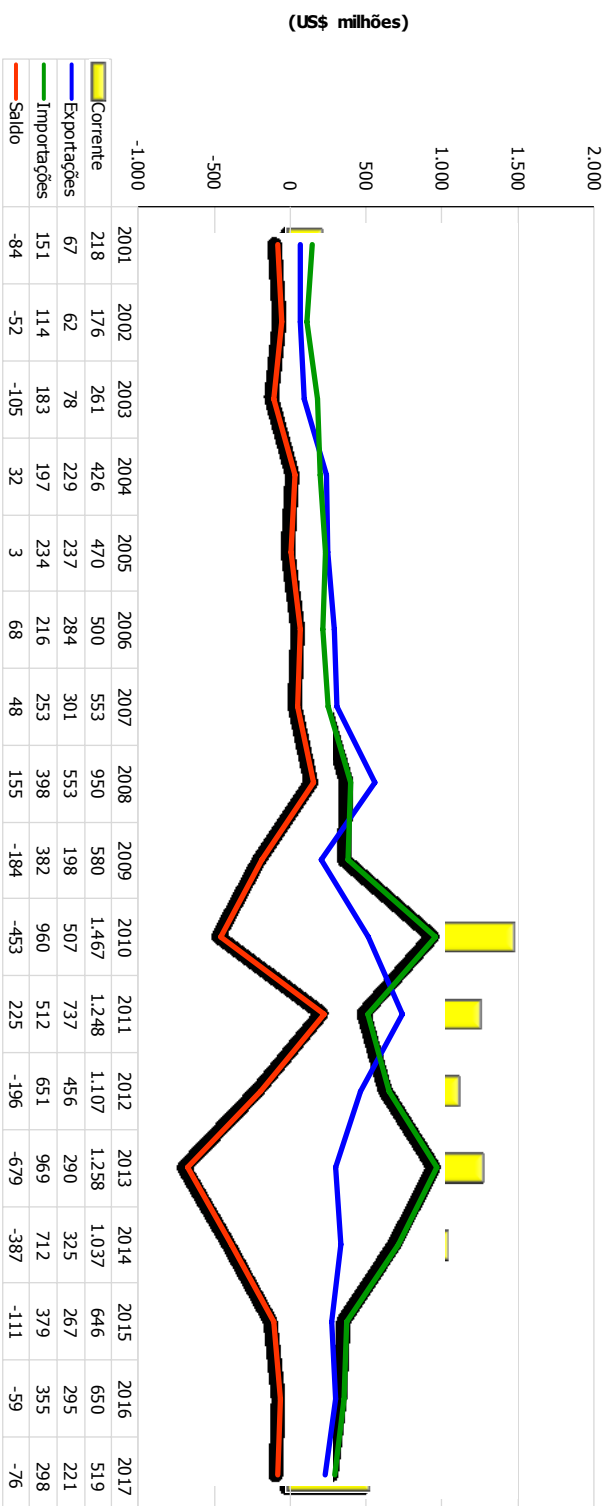


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH4)	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2017
Exportações					
Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves)	3.873	100,0%	0	100,0%	 Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves) 100,0%
Subtotal	3.873	100,0%	0	100,0%	
Outros	0	0,0%	0	0,0%	
Total	3.873	100,0%	0	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Comércio Vanuatu x Mundo



Elaborado pelo MRE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, May 2018.

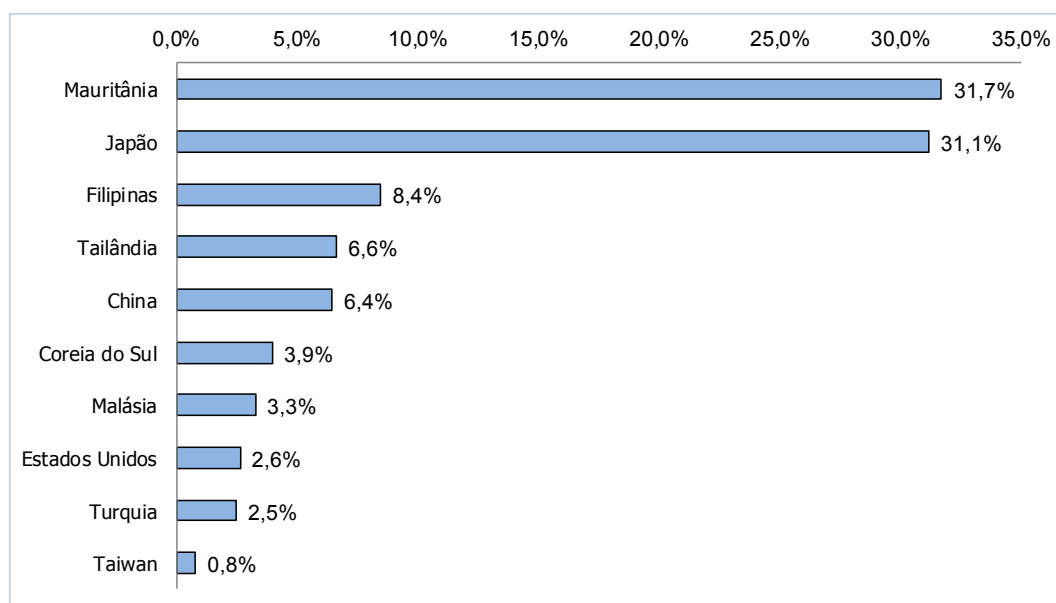
Vanuatu não informou suas estatísticas ao TradeMap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações de Vanuatu
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Mauritânia	70	31,7%
Japão	69	31,1%
Filipinas	19	8,4%
Tailândia	15	6,6%
China	14	6,4%
Coreia do Sul	9	3,9%
Malásia	7	3,3%
Estados Unidos	6	2,6%
Turquia	5	2,5%
Taiwan	2	0,8%
...		
Brasil (13º lugar)	0	0,0%
Subtotal	216	97,4%
Outros países	6	2,6%
Total	221	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

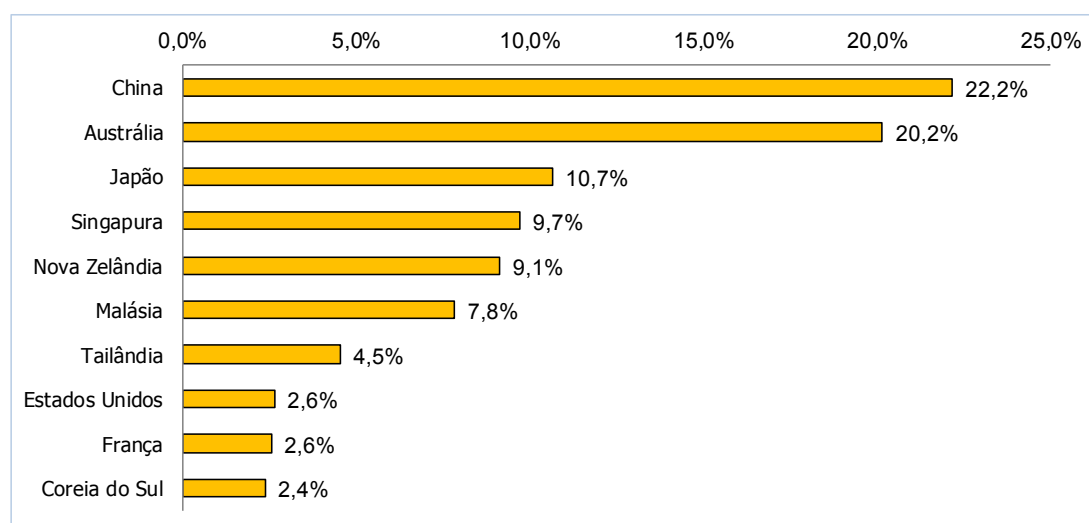


Principais origens das importações de Vanuatu
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
China	66	22,2%
Austrália	60	20,2%
Japão	32	10,7%
Singapura	29	9,7%
Nova Zelândia	27	9,1%
Malásia	23	7,8%
Tailândia	14	4,5%
Estados Unidos	8	2,6%
França	8	2,6%
Coreia do Sul	7	2,4%
...		
Brasil (28º lugar)	0	0,1%
Subtotal	274	91,9%
Outros países	24	8,1%
Total	298	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.



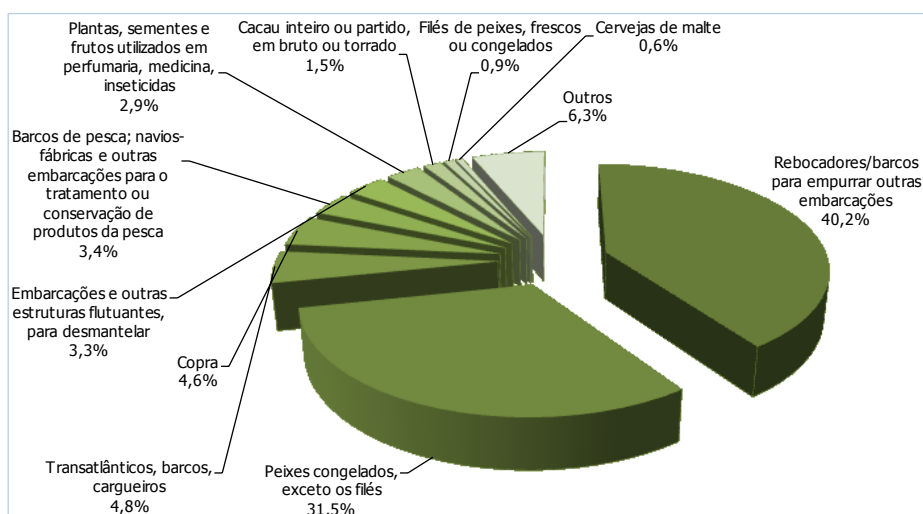
Composição das exportações de Vanuatu (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6⁽¹⁾	Part.% no total
Rebocadores/barcos para empurrar outras embarcações	119	40,2%
Peixes congelados, exceto os filés	93	31,5%
Transatlânticos, barcos, cargueiros	14	4,8%
Copra	14	4,6%
Barcos de pesca; navios-fábricas e outras embarcações para o tratamento ou conservação de produtos da pesca	10	3,4%
Embarcações e outras estruturas flutuantes, para dismantelar	10	3,3%
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	9	2,9%
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado	5	1,5%
Filés de peixes, frescos ou congelados	3	0,9%
Cervejas de malte	2	0,6%
Subtotal	277	93,7%
Outros	18	6,3%
Total	295	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

(1) Última posição disponível em maio/2018.



Composição das importações de Vanuatu (SH2)
US\$ milhões

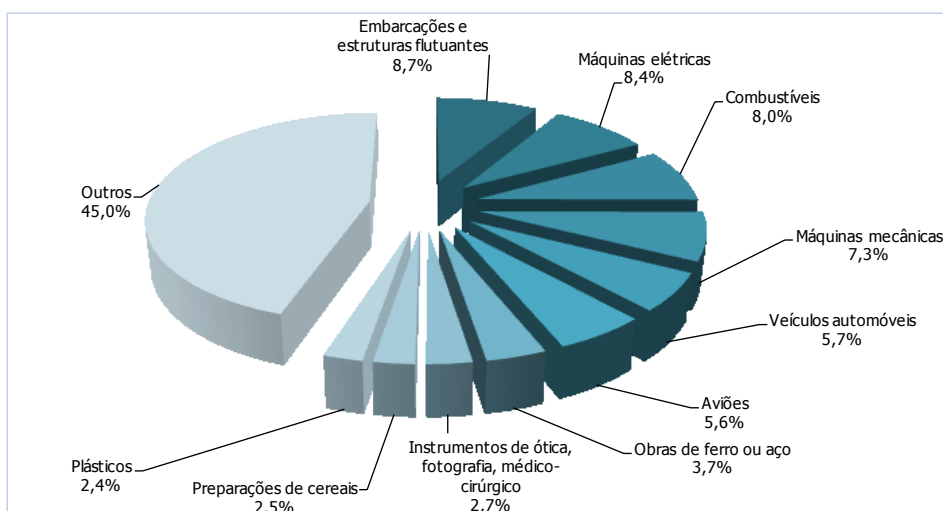
Grupos de produtos	2 0 1 6⁽¹⁾	Part.% no total
Embarcações e estruturas flutuantes	31	8,7%
Máquinas elétricas	30	8,4%
Combustíveis	28	8,0%
Máquinas mecânicas	26	7,3%
Veículos automóveis	20	5,7%
Aviões	20	5,6%
Obras de ferro ou aço	13	3,7%
Instrumentos de ótica, fotografia, médico-cirúrgico	10	2,7%
Preparações de cereais	9	2,5%
Plásticos	8	2,4%
Subtotal	195	55,0%
Outros	160	45,0%
Total	355	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

Vanuatu não informou suas estatísticas ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

(1) Última posição disponível em maio/2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Vanuatu

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	3,47%	4,20%	3,80%	3,50%	3,00%
PIB nominal (US\$ milhões)	798	870	957	1.024	1.090
PIB nominal "per capita" (US\$)	2.905	3.094	3.328	3.480	3.621
PIB PPP (US\$ milhões)	726	770	817	864	908
PIB PPP "per capita" (US\$)	2.642	2.739	2.843	2.938	3.017
População (mil habitantes)	275	281	288	294	301
Inflação (%) ⁽²⁾	2,14%	3,80%	4,57%	3,42%	2,97%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-4,06%	-9,00%	-9,15%	-8,62%	-7,95%
Dívida externa (US\$ bilhões)	213,40	201,30	198,40	193,90	n.d.
Câmbio (Vt / US\$) ⁽²⁾	108,48	107,74	108,51	109,52	n.d.

Origem do PIB (2017 Estimativa)

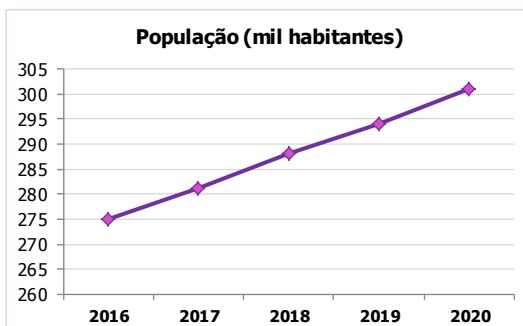
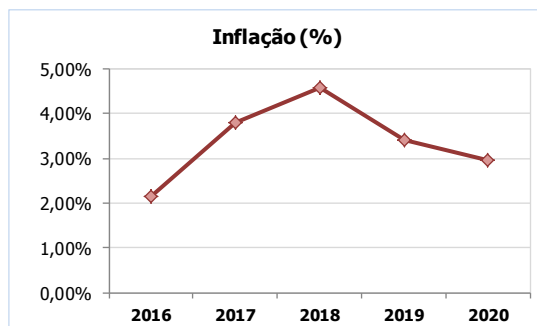
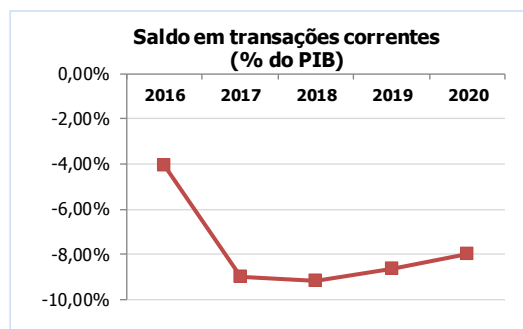
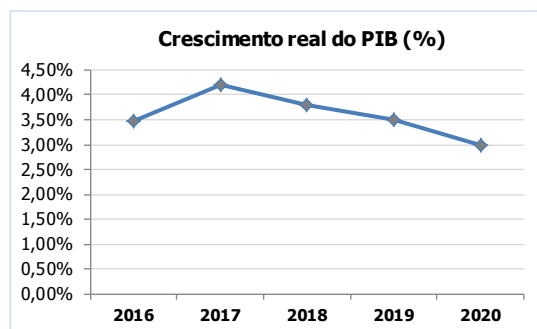
Agricultura	27,0%
Indústria	9,1%
Serviços	63,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, Abril 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(n.d.) Dado não disponível.

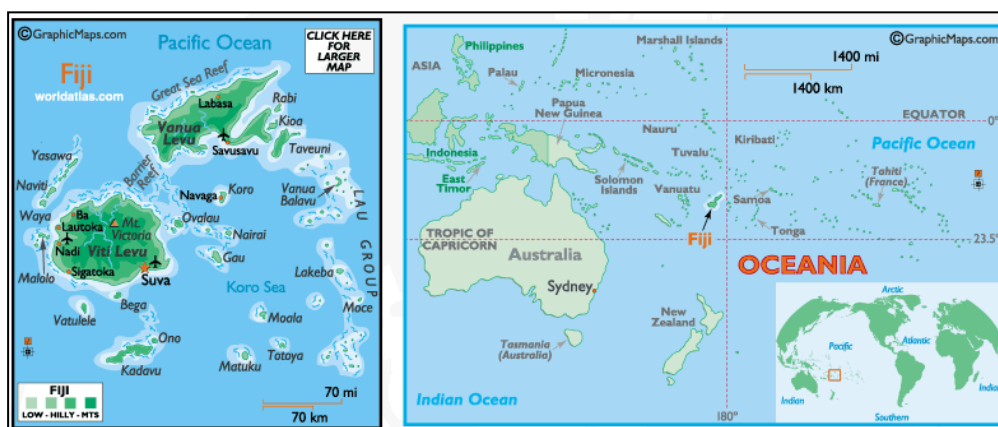
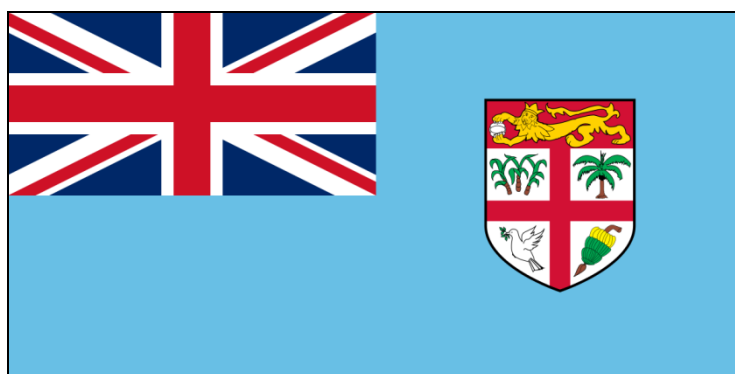
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

FIJI



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS SOBRE FIJI

NOME OFICIAL	República das Ilhas Fiji
ADJETIVO GENTÍLICO	fijiano
CAPITAL	Suva (Ilha Viti Levu)
ÁREA	18 274 km ² (332 ilhas)
POPULAÇÃO (2017)	885 mil
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e fijiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Metodista (34,6%), Hinduísmo (27,9%), Catolicismo (9,1%), Islamismo (6,3%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento de Fiji (Parliament of Fiji); Parlamento unicameral, composto por 50 membros, eleitos para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente George Konrote (desde novembro de 2015)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Comodoro Josaia Voreqe (Frank) Bainimarama (desde janeiro de 2007)
CHANCELER	Primeiro-Ministro Josaia Voreqe Bainimarama (desde setembro de 2016)
PIB NOMINAL (2017)¹	US\$ 5,08 bilhões (2017)
PIB PPP (2017)¹	US\$ 8,65 bilhões (2017)
PIB PER CAPITA (2017)¹	US\$ 5.740 (2017)
PIB PPP PER CAPITA (2017)¹	US\$ 9.777 (2017)
VARIAÇÃO DO PIB ¹	3,8% (2017)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014)²	0,727 (90º posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2013)²	70 anos
ALFABETIZAÇÃO (2017)³	93,7
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)¹	4,5%
UNIDADE MONETÁRIA	dólar fijiano
EMBAIXADOR EM SUVA (cumulativa com Camberra)	Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
EMBAIXADOR NO BRASIL	Cama Tuiqilaqila Tuiloma
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro de brasileiros residentes em Fiji.

(1) Elaborado por MRE/DPR/MDIC, com base em dados do FMI.

(2) Dados do Relatório 2013 PNUD

(3) Dado do CIA World Factbook 2017, indisponível no relatório PNUD e no Banco Mundial

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

BRASIL⇒ FIJI	2007	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	801	429	383	1.086	1.128	1.131	3.695	659	1.021	1.038	1.251
Exportações	779	429	375	1.081	1.034	1.124	3.686	649	1.012	1.032	1.187
Importações	22,4	0	7,5	5,5	94,3	6,1	8,4	9,8	9	6,3	63,9
Saldo	757	429	368	1.075	939	1.118	3.678	639	1.003	1.026	1.123

APRESENTAÇÃO

Fiji é um grupo de ilhas de pequeno território localizado no Oceano Pacífico, entre a Nova Zelândia e o Havaí, contando com uma população de 920 mil pessoas. Tornou-se independente em 1970, depois de quase um século de colonização britânica. A democracia foi interrompida em dois golpes militares em 1987. Em 1997, promulgou-se nova constituição, que garantiu a realização de eleições pacíficas e livres em 1999. Outro golpe em 2000, contudo, levou o país a um período de turbulência política, que só se encerrou em 2014, quando ocorreram eleições legislativas que foram consideradas críveis por observadores internacionais. Como as demais ilhas do Pacífico, Fiji sofre com aumento populacional, recursos escassos e suscetibilidade a desastres naturais e ao aquecimento global.

PERFIS BIOGRÁFICOS

George Konrote

Presidente



Jioji Konousi Konrote, mais conhecido como George Konrote, nasceu em dezembro de 1947. É presidente de Fiji desde 2015.

Konrote é general reformado do exército fijiano. Após comandar tropa auxiliar em missão de paz no Líbano, Konrote serviu como alto comissário de Fiji para a Austrália de 2001 a 2006, como Ministro de Estado pela Imigração em 2006 e como Ministro do Trabalho, Produtividade e Relações Industriais, de 2014 e 2015. É o primeiro Presidente a ser eleito pelo Parlamento – anteriormente, os Presidentes eram escolhidos pelo Grande Conselho de Chefes.

Josaia Voreqe (Frank) Bainimarama

Primeiro-Ministro

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional



O Comodoro Josaia Voreqe (Frank) Bainimarama nasceu em 1954, em Kiuva, Fiji. Alistou-se na Marinha fijiana em 1975. Serviu na América do Sul, na Nova Zelândia e nos Estados Unidos, além de ter tomado parte na Missão de Paz das Nações Unidas no Sinai, entre 1986 e 1987. Foi nomeado Chefe do Estado Maior em 1997.

Foi personagem chave na crise política de 2000, quando assumiu a presidência do país por alguns dias, como chefe do governo militar interino, até a formação de um novo governo civil. Sua relação com outros integrantes do novo governo deteriorou-se gradativamente, tendo sido cogitada sua deposição em 2006, quando Bainimarama se encontrava em missão no exterior. Só não foi deposto por conta da hesitação de seu substituto interino. Ao voltar ao país, desfez o governo, assumindo o poder com o título de Primeiro-Ministro interino e prometendo a realização de eleições em 2010. Retrocedeu em sua promessa sob a justificativa de que as reformas necessárias para o retorno à democracia não tinham sido atingidas e postergou as eleições. Finalmente, nas eleições realizadas em setembro de 2014, seu partido, Fiji First, foi vitorioso e ele foi reconduzido ao cargo de Primeiro-Ministro. Em 2016, assumiu, igualmente, a pasta de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

No primeiro semestre de 2005, o embaixador Arnaldo Carrilho conduziu a primeira missão oficial do Brasil às Ilhas Fiji. Pouco tempo depois, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República das Ilhas Fiji, em fevereiro de 2006. O então Assessor Especial para a Ásia do Itamaraty, Embaixador João Gualberto Marques Porto, fez missão a Suva, em março de 2008, ocasião em que se entrevistou com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Fiji, Ratu Epeli Nailatikau.

O governo de Fiji anunciou, em julho de 2008, decisão de abrir Embaixada residente em Brasília. O Ministro interino das Indústrias Primárias, Jokatani Cokanasiga, fez a primeira visita de autoridade fijiana ao Brasil, em outubro de 2008.

O Decreto nº 7.207, de 11 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Suva, na República das Ilhas Fiji, cumulativa com a Embaixada em Camberra. Em março de 2011, o Dr. José Graziano da Silva, candidato brasileiro ao cargo de Diretor-Geral da Organização da Alimentação e Agricultura, visitou Suva. Na ocasião, encontrou-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ratu Inoke Kubuabola e com o Secretário Permanente para a Agricultura, Mason Smith.

Em maio de 2011, o Secretário Permanente da Chancelaria fijiana, Solo Mara, chefiou missão ao Brasil com o principal objetivo de tratar, junto ao Cerimonial do Itamaraty, das providências relacionadas à abertura da missão residente em Brasília. Mara apontou a decisão da abertura da Embaixada em Brasília como prova do empenho de seu governo em estreitar o relacionamento bilateral. Foi a primeira missão fijiana na América Latina, e o Brasil foi escolhido “em razão do reconhecimento da crescente importância e do papel de liderança que o país tem exercido na promoção das relações sul-sul”.

Em julho de 2011, o governo brasileiro comunicou a Fiji o seu *agrément* à indicação do Sr. Cama Tuiqilaqila Tuiloma como o primeiro Embaixador de Fiji em Brasília. Em setembro de 2011, o Primeiro-Ministro Voreqe Bainimarama visitou Brasília para inaugurar oficialmente a Embaixada de Fiji, tendo sido recebido pelo Ministro da Agricultura e pelo Secretário-Geral do Itamaraty. O Itamaraty esteve representado na cerimônia de abertura da Embaixada pela Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, Subsecretária-Geral Política II. O Embaixador Cama Tuiloma entregou suas cartas credenciais à Presidente Dilma Rousseff em fevereiro de 2012. Durante a Rio+20, em junho de 2012, o Primeiro-Ministro Voreqe Bainimarama visitou o Brasil novamente, porém não manteve encontro com nenhuma autoridade brasileira durante sua estadia no Rio de Janeiro.

Ainda em junho de 2012, o Embaixador do Brasil em Camberra, Rubem Antônio Corrêa Barbosa, esteve em Fiji para apresentar cartas credenciais como embaixador não residente. Durante essa visita, ele manteve encontro com o Presidente de Fiji, Ratu Epeli Nailatikau, e com o chanceler Ratu Inoke Kubuabola. Em março de 2013, a Embaixadora Fontenele Reis esteve em Fiji para realizar gestões em favor da candidatura do embaixador Roberto Azevêdo a Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio e manteve encontro com o Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Amena Yauvoli (o Ministro Ratu Inoke Kubuabola estava em licença médica), além de encontrar-se com outros ministros do gabinete fijiano.

Em novembro de 2013, o Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica. Há interesse fijiano de cooperação técnica em matéria de açúcar, etanol e pesca; as autoridades fijianas consideraram que o Brasil poderia ser um parceiro importante para ajudar na modernização da agricultura daquele país, permitindo o desenvolvimento de indústrias agrícolas sustentáveis para atender ao mercado interno e aos potenciais de exportação.

O então Presidente da República das Ilhas Fiji, Sr. Ratu Epeli Nailatikau, realizou visita ao Brasil em junho de 2014, ocasião em que manteve encontros com diversas autoridades brasileiras, entre elas o então Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, o então Secretário de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa, e o Comandante da Força Aérea Brasileira, Brigadeiro Juniti Saito.

Em julho de 2014, foi assinado memorando de entendimento político. Em agosto de 2016, o Primeiro-Ministro de Fiji, Josaia Voreqe Bainimarama, visitou o Brasil durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Fiji ganhou sua primeira medalha olímpica da história no Rio, ouro na modalidade *rugby sevens* masculino.

Durante o período de Cama Tuiloma à frente da Embaixada em Brasília, Fiji apoiou as diversas candidaturas apresentadas ao Brasil, como na OMC e FAO, bem como as posições brasileiras em fóruns internacionais. Em 2016, Fiji indicou cônsules honorários em São Paulo e Rio de Janeiro.

Em junho de 2017, o Embaixador Manuel Innocencio de Lacerda Santos Jr. realizou visita oficial a Suva para entregar cartas credenciais ao Chefe de Estado e Presidente fijiano, Jioji Konusi Konrote. Após a entrega das credenciais, o Embaixador manteve conversa com Presidente Konrote, em que foi mencionada a iminência da entrada em vigor dos acordos de isenção de vistos para dependentes do pessoal diplomático, que foram assinados em maio de 2017 e ainda aguardam ratificação.

Em setembro de 2017, o Ministro das Relações Exteriores consultou o interesse fijiano em negociar acordo de cooperação em matéria de defesa e acordo de informações classificadas. Por sua parte, Fiji aguarda resposta do lado brasileiro sobre possíveis memorandos de entendimento nas áreas de esporte, educação e cultura.

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Fiji, embora se saiba que há cidadãos brasileiros trabalhando nas indústrias do turismo e no setor primário.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Fiji.

POLÍTICA INTERNA

Quando da sua independência, em 1970, as Ilhas Fiji – que eram protetorado britânico desde 1874 – adotaram o modelo inglês de democracia constitucional como forma de governo. Fiji tem um parlamento bicameral, formado por um Senado nomeado, uma Câmara dos Deputados eleita e um Gabinete presidido pelo Primeiro-Ministro. Há também um Conselho de Chefes Tribais (Bose Levu Vakaturaga), o qual se reúne ao menos uma vez ao ano para discutir questões de interesse da população.

A Câmara Alta, que é o Senado, funciona apenas como instância de revisão e é composta por 32 senadores, 14 indicados pelo Conselho de Chefes, 9 pelo Primeiro-Ministro, 8 pelo líder da oposição e 1 pelo Conselho de Rotuma, um território dependente de Fiji. Todos são empossados pelo Presidente. A Câmara Baixa, Câmara dos Deputados, concentra a maior parte do poder legislativo, é composta por 71 membros eleitos para mandatos de 5 anos, 25 eleitos por sufrágio universal e os demais 46 eleitos de maneira reservada pelas comunidades étnicas fijianas. No processo de reformulação constitucional ora em curso essa divisão étnica da Câmara dos Deputados é bastante criticada.

Em dezembro de 2006, sob pretexto de acabar com a corrupção, o Comandante das Forças Militares de Fiji, Comodoro Frank Bainimarama, derrubou o

governo constitucionalmente eleito e assumiu como novo “Primeiro-Ministro interino nomeado pelo Presidente”. Essa mudança de governo foi condenada imediatamente pela comunidade internacional. Os governos da Nova Zelândia, Austrália, Estados Unidos e Reino Unido anunciaram várias sanções até que fosse restabelecida a normalidade democrática.

O Fórum das Ilhas do Pacífico, organização regional que congrega todos os países soberanos da Oceania, exortou o país a retornar ao regime democrático. Ao final da 42ª sessão do Fórum das Ilhas do Pacífico realizada em Auckland, em setembro de 2011, a decisão de manter o afastamento de Fiji enquanto não fosse restaurada a normalidade constitucional foi tomada por unanimidade. Em maio de 2012 delegação do grupo ministerial do Fórum, liderada pelos chanceleres da Austrália e da Nova Zelândia realizou visita a Fiji para acompanhar o comprometimento do governo em realizar eleições gerais em 2014. Após impressão favorável auferida pelo grupo ministerial, e tendo em vista o progresso dos trabalhos da Comissão Constitucional de Fiji, os países do Fórum concordaram em reduzir o peso das sanções sobre Fiji.

O otimismo quanto à perspectiva de retorno à democracia em Fiji que imperou durante o segundo semestre de 2012, entretanto, foi prontamente afastado no início de 2013, quando o Presidente de Fiji realizou pronunciamento com fortes críticas ao projeto de nova Constituição. O governo de Fiji também divulgou decreto sobre a criação de partidos que restringe a atividade política no país. Ainda assim, diante da manutenção das eleições programadas para 2014 e de novas sinalizações positivas ao longo de 2013 quanto à disposição do governo interino de garantir o retorno à ordem democrática, a Austrália e a Nova Zelândia suspenderam boa parte das sanções sobre Fiji.

Finalmente, em setembro de 2014 foram realizadas eleições gerais consideradas isentas pela equipe de observadores internacionais e copresidida por Austrália e Fiji. O Brasil foi convidado a enviar observador para as eleições e a Ministra Luciana Christina Guimarães Rossi foi designada pelo Tribunal Superior Eleitoral para compor a missão internacional. Com o êxito do processo eleitoral, tem ocorrido a perspectiva da normalização das relações exteriores de Fiji. Em outubro de 2014, o Fórum das Ilhas do Pacífico retirou a suspensão de Fiji.

O pleito marcou a redemocratização de Fiji e abriu caminho para a normalização da inserção internacional do país. O Partido "Fiji First", liderado por Josaia Voreqe Bainimarama, obteve 59,20% dos votos e elegeu 32 dos 50 representantes do Parlamento. Ao longo dos últimos anos, Bainimarama tem procurado enfraquecer as divisões étnicas no país e o Partido "Fiji First" assumiu discurso nacionalista e de representação multiétnica. Os fijianos de origem indiana, que de acordo com algumas estimativas constituem cerca de 40% da população de 900 mil habitantes, tiveram, pela primeira vez, direito ao voto sem restrições.

POLÍTICA EXTERNA

É notável o empenho de Fiji em exercer papel cada vez mais relevante no sistema internacional, assumindo a condição de líder dos países-ilha do Pacífico. É o único país da região com Embaixada no Brasil.

Fiji é membro das Nações Unidas, da Organização Mundial do Comércio, do Banco Mundial, da Comunidade do Pacífico (SPC) e do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). Mantém fortes laços políticos e de comércio com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu através do Melanesian Spearhead Group (MSG) e é um dos países incluídos no grupo ACP (África-Caribe-Pacífico), a que a União Europeia concede preferências comerciais. O Melanesian Spearhead Group constitui iniciativa de integração econômica e concertação política entre os países membros (Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu). Seus objetivos incluem o estabelecimento de uma área de livre-comércio

Contando com localização privilegiada no Pacífico Sul e economia e infraestrutura relativamente bem desenvolvidas, as Ilhas Fiji são sede do Secretariado do principal mecanismo regional, o Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). Em Suva também se encontram a Universidade do Pacífico Sul e a maioria das agências do sistema das Nações Unidas para o Pacífico.

O país tem contribuído em Missões de Paz da ONU e um número significativo de ex-militares serviu no Iraque após a invasão americana de 2003. Fiji faz parte da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), que reúne 43 países com desafios similares de desenvolvimento e preocupações ambientais relacionadas, sobretudo, à sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança do clima.

A atual política externa de Fiji segue dois desenvolvimentos paralelos: a normalização das relações com parceiros tradicionais e a diversificação dos laços

internacionais do país. No primeiro plano, houve a retomada, em 2015, dos contatos militares de Fiji com a Austrália e a Nova Zelândia, interrompidos desde 2006. No segundo, nota-se maior assertividade da política externa de Fiji nos últimos anos, com a abertura de novas embaixadas, entre as quais a representação no Brasil, a aproximação com a China, a Presidência do G-77 + China e a participação no Movimento dos Não Alinhados.

Os dois movimentos são complementares e Fiji deverá manter tanto política externa ativa e multipolar quanto os esforços de reaproximação com a Austrália. Em alguns aspectos, no entanto, as duas vertentes não serão facilmente conciliáveis, como mostram as divergências entre Suva e Camberra em torno da arquitetura regional. Fiji reingressou no Fórum de Ilhas do Pacífico (FIP) após as eleições de 2014, mas o Primeiro-Ministro Josaia Voreque Bainimara não compareceu à Cúpula do FIP em Port Moresby e tem mantido os esforços pelo fortalecimento da FDIP e por arquitetura regional mais independente da Austrália e da Nova Zelândia.

Em junho de 2016, a Assembleia Geral da ONU elegeu o Representante Permanente de Fiji junto às Nações Unidas, Embaixador Peter Thomson, ao cargo de Presidente da Assembleia Geral (PGA) para sua 71ª Sessão. Thomson disputou com o cipriota Andreas Mavroyiannis. Em seu breve discurso inaugural, agradeceu ao governo de Fiji, aos países do grupo de "Small Islands Developing States" (SIDS) e a membros do grupo Ásia-Pacífico pelo apoio recebido, fundamental para que um representante de uma pequena ilha pudesse assumir o cargo de PGA, o que – ressaltou – ocorria pela primeira vez na história das Nações Unidas.

Mencionou explicitamente apenas dois temas aos quais pretenderia, durante sua presidência, dar especial ênfase: a questão da mudança do clima e temas ligados aos oceanos ("issues related to oceans"). Sublinhou ainda o grande desafio da implementação dos ODS, para a qual seria necessário "transformar o sistema e superar as barreiras administrativas" nas Nações Unidas. Thomson deixou claro que suas prioridades para a 71ª Sessão da AGNU seriam a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a mudança do clima. Afirmou seu compromisso em contribuir para a implementação de todos os 17 ODS – porém deu especial ênfase ao ODS 14, relativo aos oceanos.

Após reconhecer a necessidade de tornar a ONU mais eficaz e adequada a seus propósitos ("fit for purpose"), sublinhou que a reforma do CSNU é "área que merece atenção especial". Disse ser imperativo contar com um Conselho de

Segurança "estruturado para poder lidar com os novos desafios" - o que, segundo Thomson, "inclui enfrentar a dimensão securitária da mudança do clima".

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Os principais setores econômicos fijianos são: i) agricultura (destaque para o açúcar); ii) pesca; iii) produtos florestais, e iv) turismo. A economia local já conta sete anos de crescimento ininterrupto. Fiji pode ser considerado um "hub" do Pacífico, contando com boa infraestrutura de transporte e força de trabalho qualificada. Com um PIB de US\$ 5,08 bilhões (2017), Fiji é um dos países que mais se destaca economicamente na região do Pacífico, tendo registrado crescimento de 0,38% (2016) e 3,8% (2017).

Os Estados Unidos foram o principal destino das vendas das Ilhas Fiji, com 18,1% do total em 2016. Seguiram-se: Austrália (15%); Nova Zelândia (7%), China (5,1%) e Tonga (4,2%). O Brasil posicionou-se em 92º lugar entre os destinos das exportações do país. Combustíveis (óleo de petróleo refinado) são o principal item da pauta de exportações das Ilhas Fiji, com 18,4% do total (ou US\$170 milhões), seguidos de pescados (peixes, crustáceos e moluscos), bebidas, ouro e pedras preciosas e açúcar.

Em 2016, a Nova Zelândia foi o principal fornecedor de bens às Ilhas, com 17,4% do total. Seguiram-se: Austrália (17,4%); Singapura (15,4%); China (15,3%) e Japão (6,9%). O Brasil posicionou-se no 45º lugar entre os fornecedores do mercado das Ilhas Fiji. Combustíveis (óleo de petróleo refinado, gás de petróleo, betumes e asfaltos, naturais; xistos e areias betuminosas; asfaltitas e rochas asfálticas) foram o principal item da pauta, com 15,1% do total (ou US\$ 351 milhões). Seguiram-se: máquinas mecânicas, automóveis de passageiros, máquinas elétricas, plásticos, pescados e cereais.

Entre 2013 e 2017, o intercâmbio comercial brasileiro com Fiji aumentou 18,4%, de US\$ 1,021 bilhão para US\$ 1,25 bilhão. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período, registrou superávit de US\$ 1,12 bilhão em 2017. As exportações brasileiras para o país são compostas, em sua maior parte, por produtos manufaturados, com destaque para a venda de calçados, representando 24,6% das vendas brasileiras para o país. O produto foi seguido de ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor, caixotes, produtos de padaria, pastelaria ou da

indústria de bolachas e biscoitos e aparelhos para pulverizar ou projetar líquidos ou pós. No mesmo ano, canetas e lapiseiras foram os principais produtos importados pelo Brasil das Ilhas Fiji (58%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1874	Ilhas Fiji tornam-se protetorado britânico
1970	Independência e proclamação de República parlamentarista
2006	Militares estabelecem governo provisório
2014	Realizadas eleições gerais consideradas isentas pela equipe de observadores internacionais, abrindo caminho para a normalização internacional do país.

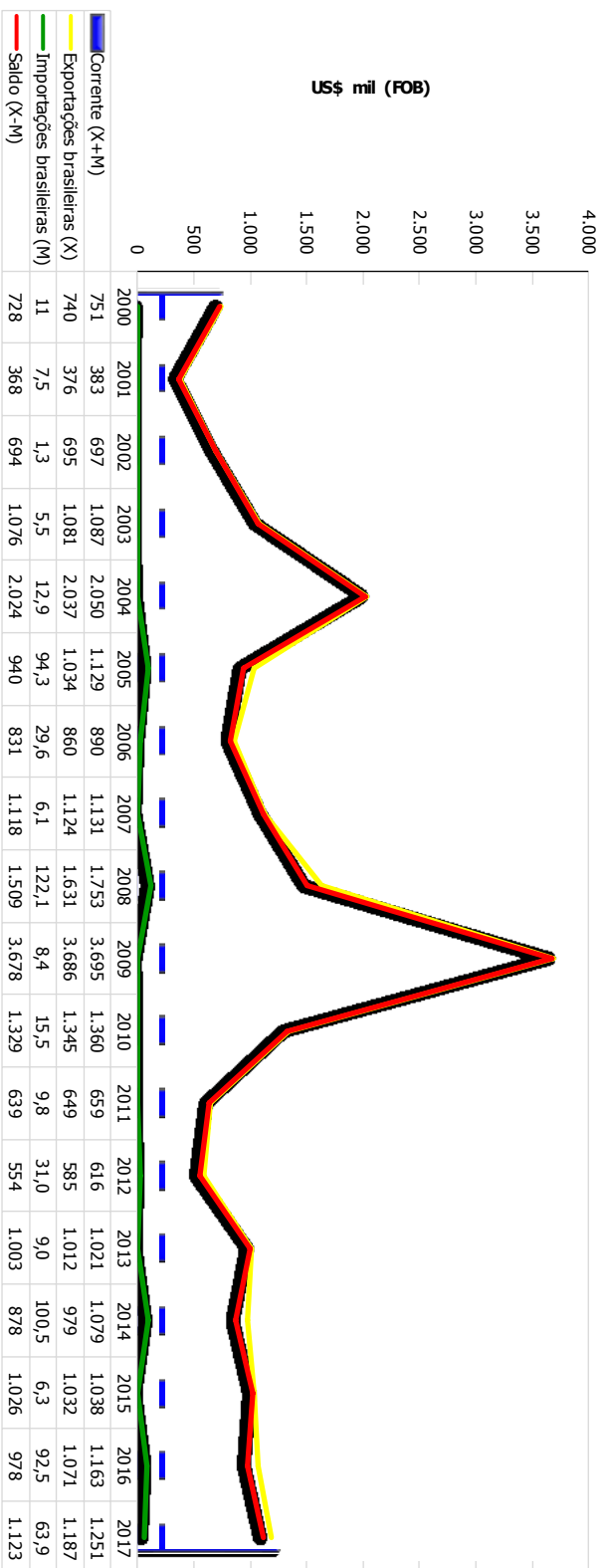
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Fiji
2006	Estabelecimento de relações diplomáticas
2011	Abertura de embaixada em Brasília e primeira visita do Primeiro-Ministro interino Bainimarama
2012	Segunda visita do Primeiro-Ministro interino Bainimarama, durante Rio+20.
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Fiji; Celebração do Acordo de Cooperação Técnica
2014	Visita ao Brasil do Presidente da República das Ilhas Fiji, Sr. Ratu Epeli Nailatikau
2016	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Bainimarama, durante os Jogos Olímpicos.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji	01/11/2013		
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Visto para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais.	30/05/2017		

Comércio Brasil-República de Fiji

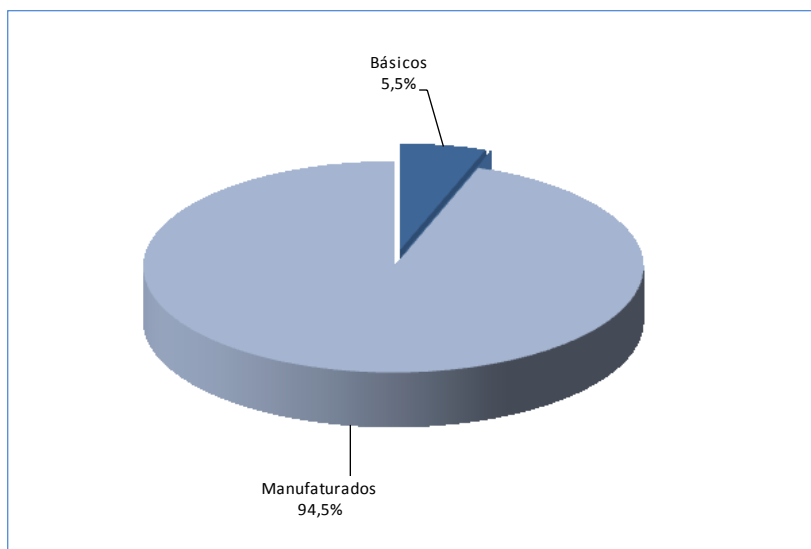


Elaborado pelo MRE/DPY/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

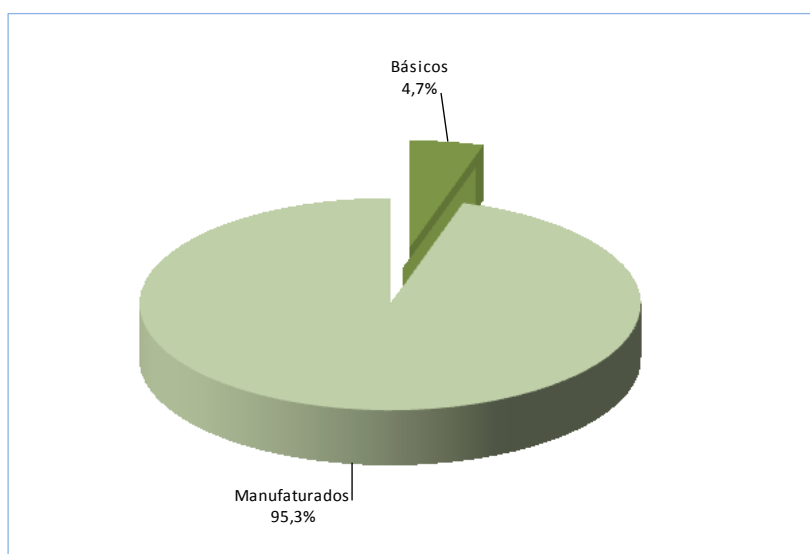
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-mar)	286	2	288	284
2018 (jan-mar)	232	15	247	218

Exportações e importações brasileiras por fator agregado 2017

Exportações



Importações



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

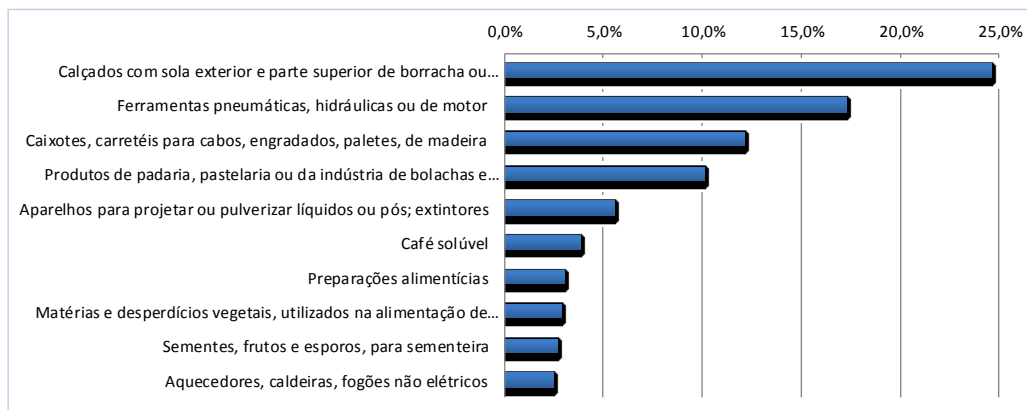
Composição das exportações brasileiras para a República de Fiji (SH4)

US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Calçados com sola exterior e parte superior de borracha ou plásticos	204	19,8%	162	15,2%	292	24,6%
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	47	4,5%	176	16,5%	205	17,3%
Caixotes, carretéis para cabos, engradados, paletes, de madeira	143	13,9%	190	17,8%	144	12,1%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	101	9,8%	110	10,3%	119	10,0%
Aparelhos para projetar ou pulverizar líquidos ou pós; extintores	36	3,5%	27	2,5%	65	5,5%
Café solúvel	95	9,2%	76	7,1%	45	3,8%
Preparações alimentícias	24	2,3%	57	5,3%	36	3,0%
Matérias e desperdícios vegetais, utilizados na alimentação de animais	35	3,4%	52	4,8%	34	2,9%
Sementes, frutos e esporos, para sementeira	44	4,3%	45	4,2%	31	2,6%
Aquecedores, caldeiras, fogões não elétricos	49	4,7%	0	0,0%	29	2,5%
Subtotal	777	75,3%	895	83,6%	1.000	84,3%
Outros	255	24,7%	175	16,4%	186	15,7%
Total	1.032	100,0%	1.071	100,0%	1.187	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

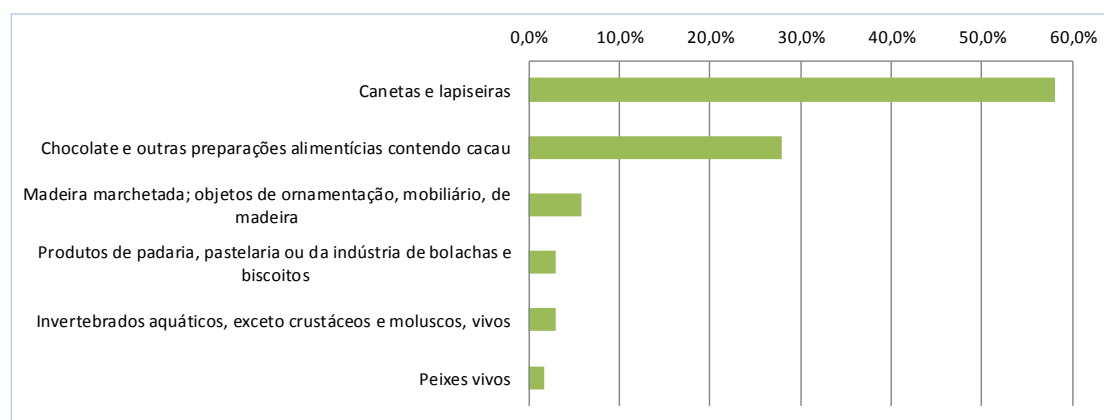


Composição das importações brasileiras originárias da República de Fiji (SH4)
US\$ mil

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Canetas e lapiseiras	0	0,0%	0	0,0%	37	58,0%
Chocolate e outras preparações alimentícias contendo cacau	0	0,0%	0	0,0%	18	27,9%
Madeira marchetada; objetos de ornamentação, mobiliário, de madeira	0	0,0%	0	0,0%	4	5,8%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	0	0,0%	0	0,0%	2	3,0%
Invertebrados aquáticos, exceto crustáceos e moluscos, vivos	3	43,9%	1	1,4%	2	3,0%
Peixes vivos	3	44,8%	1	0,6%	1	1,7%
Peças isolantes para máquinas, aparelhos e instalações elétricas	0	0,0%	80	86,6%	0	0,0%
Tubos e seus acessórios (por exemplo: juntas, cotovelos, flanges, uniões), de plástico	0	0,0%	10	11,3%	0	0,0%
Subtotal	6	88,7%	93	100,0%	64	99,4%
Outros	1	11,3%	0	0,0%	0	0,6%
Total	6	100,0%	93	100,0%	64	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



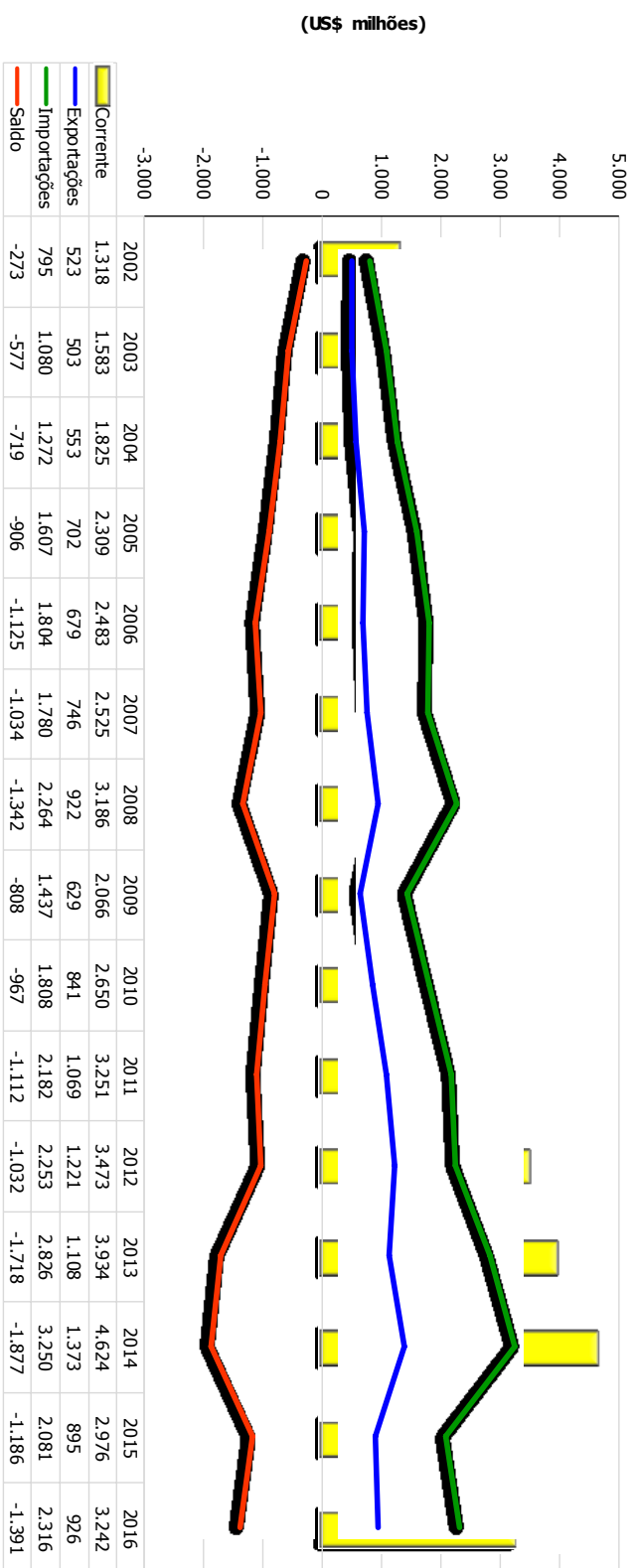
Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Calçados com sola exterior e parte superior de borracha ou plásticos	102	35,8%	62	26,7%	Calçados com sola exterior e parte superior de borracha ou plásticos 26,7%
Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	33	11,7%	54	23,3%	Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos 23,3%
Café solúvel	0	0,0%	43	18,4%	Café solúvel 18,4%
Caixotes, carretéis para cabos, engradados, paletes, de madeira	0	0,0%	24	10,1%	Caixotes, carretéis para cabos, engradados, paletes, de madeira 10,1%
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	70	24,4%	18	7,7%	Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor 7,7%
Sementes e frutos para sementeira	8	2,9%	17	7,2%	Sementes e frutos para sementeira 7,2%
Partes e acessórios para instrumentos de precisão	0	0,0%	4	1,9%	
Subtotal	214	74,8%	221	95,3%	
Outros	72	25,2%	11	4,7%	
Total	286	100,0%	232	100,0%	

Grupos de produtos	2 0 1 7 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 8 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Canetas esferográficas e lapiseiras	0,0	0,0%	12,0	80,7%	Canetas esferográficas e lapiseiras 80,7%
Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas	0,0	0,0%	1,7	11,2%	Plantas, sementes e frutos utilizados em perfumaria, medicina, inseticidas 11,2%
Invertebrados aquáticos	1,2	56,9%	0,6	4,2%	Invertebrados aquáticos 4,2%
Peixes vivos	0,5	25,0%	0,4	2,7%	Peixes vivos 2,7%
Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	0,0	0,0%	0,2	1,2%	Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas 1,2%
Circuitos integrados eletrônicos	0,4	18,2%	0,0	0,0%	Circuitos integrados eletrônicos 0,0%
Subtotal	2,1	100,0%	14,8	100,0%	
Outros produtos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Total	2,1	100,0%	14,8	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Comércio República de Fiji x Mundo

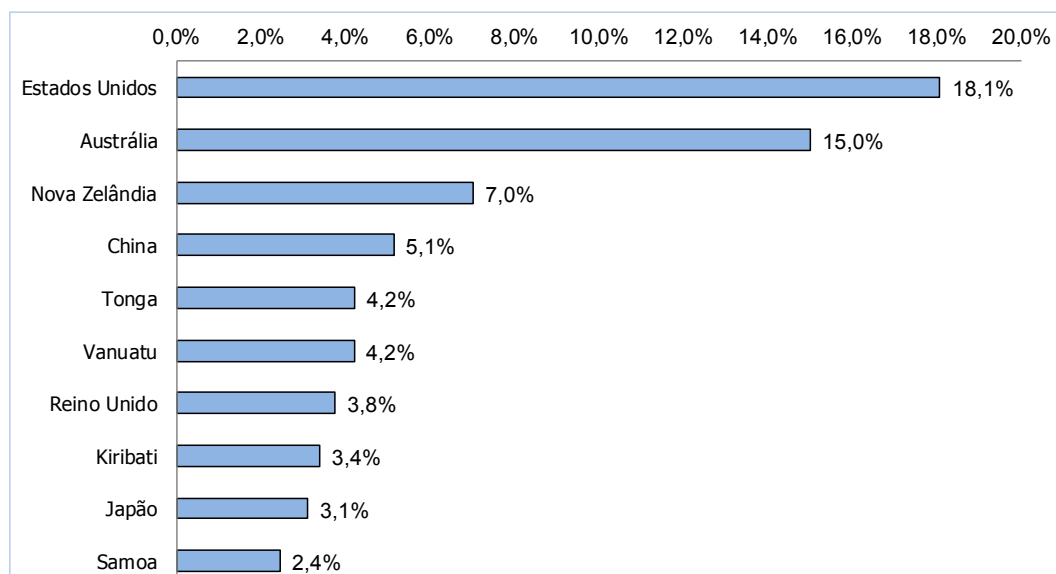


Elaborado pelo MRE/DP/R/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, May 2018.

Principais destinos das exportações da República de Fiji
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Estados Unidos	167	18,1%
Austrália	139	15,0%
Nova Zelândia	65	7,0%
China	48	5,1%
Tonga	39	4,2%
Vanuatu	39	4,2%
Reino Unido	35	3,8%
Kiribati	31	3,4%
Japão	29	3,1%
Samoa	23	2,4%
...		
Brasil (92º lugar)	0,01	0,0%
Subtotal	614	66,3%
Outros países	312	33,7%
Total	926	100,0%

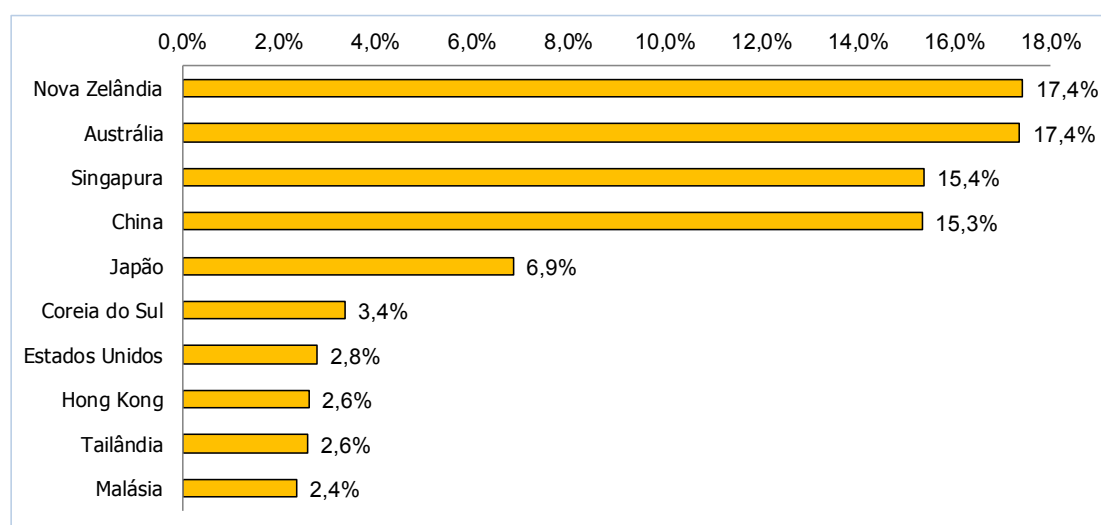
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Principais origens das importações da República de Fiji
US\$ milhões

Países	2 0 1 6	Part.% no total
Nova Zelândia	404	17,4%
Austrália	402	17,4%
Singapura	356	15,4%
China	355	15,3%
Japão	159	6,9%
Coreia do Sul	78	3,4%
Estados Unidos	65	2,8%
Hong Kong	61	2,6%
Tailândia	60	2,6%
Malásia	55	2,4%
...		
Brasil (45º lugar)	1,1	0,0%
Subtotal	1.995	86,1%
Outros países	321	13,9%
Total	2.316	100,0%

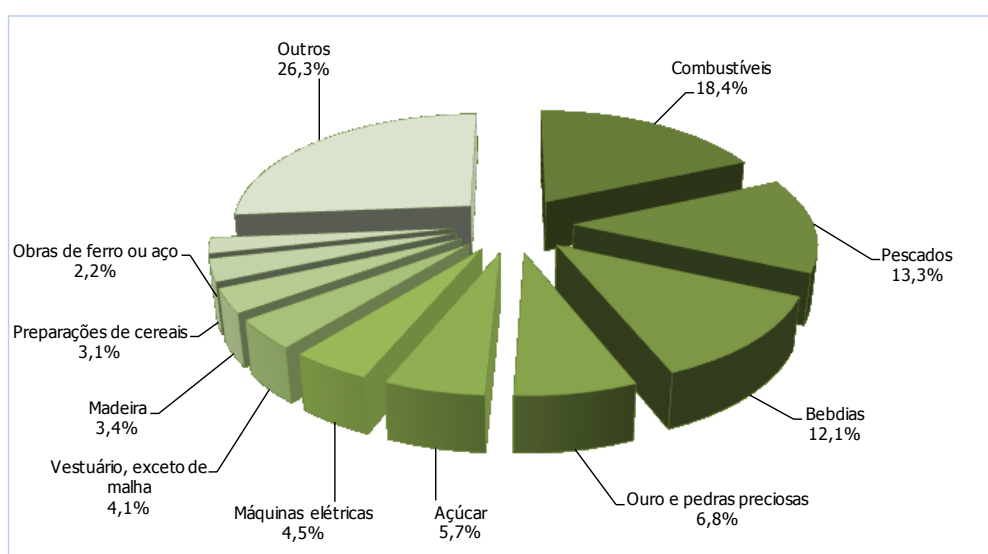
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Composição das exportações da República de Fiji (SH2)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Combustíveis	170	18,4%
Pescados	123	13,3%
Bebdias	112	12,1%
Ouro e pedras preciosas	63	6,8%
Açúcar	52	5,7%
Máquinas elétricas	42	4,5%
Vestuário, exceto de malha	38	4,1%
Madeira	31	3,4%
Preparações de cereais	29	3,1%
Obras de ferro ou aço	20	2,2%
Subtotal	683	73,7%
Outros	243	26,3%
Total	926	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

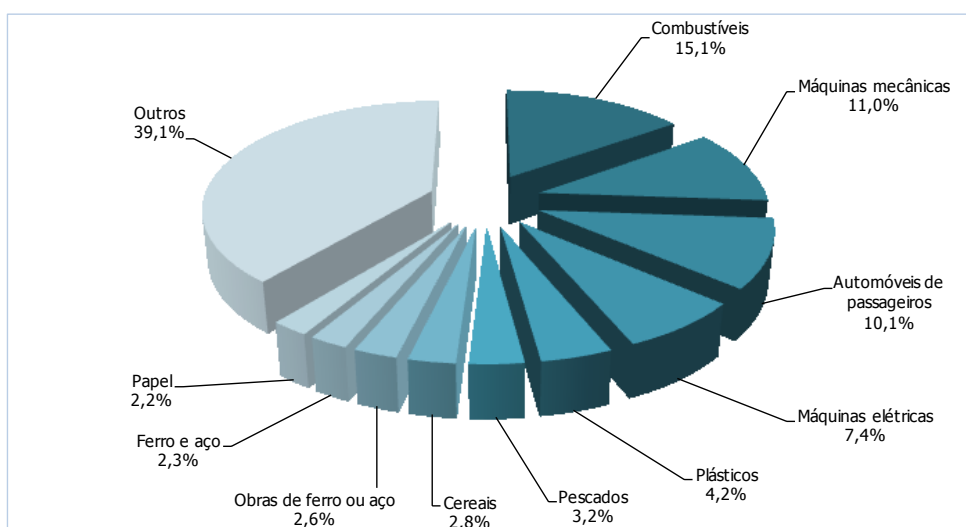


Composição das importações da República de Fiji (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6	Part.% no total
Combustíveis	351	15,1%
Máquinas mecânicas	254	11,0%
Automóveis de passageiros	234	10,1%
Máquinas elétricas	171	7,4%
Plásticos	98	4,2%
Pescados	73	3,2%
Cereais	64	2,8%
Obras de ferro ou aço	60	2,6%
Ferro e aço	53	2,3%
Papel	52	2,2%
Subtotal	1.411	60,9%
Outros	906	39,1%
Total	2.316	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, May 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos da República de Fiji

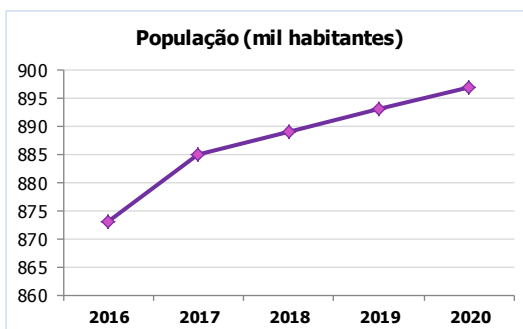
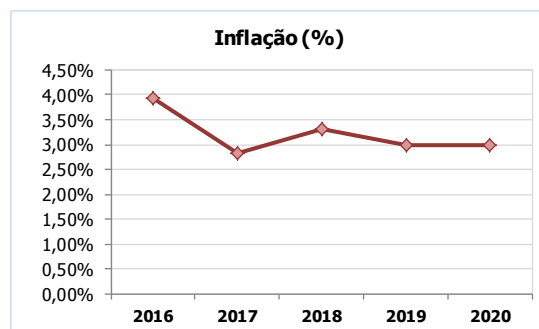
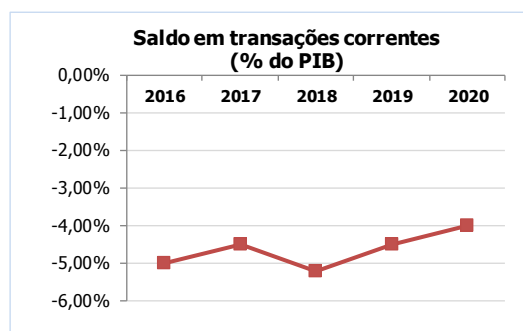
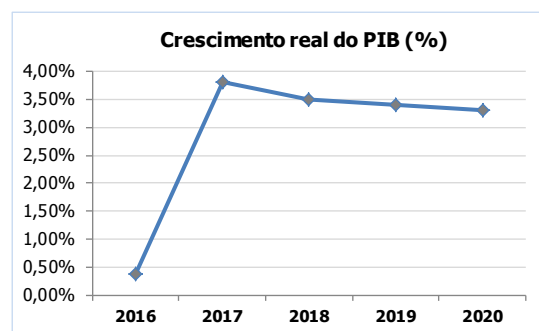
Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	0,38%	3,80%	3,50%	3,40%	3,30%
PIB nominal (US\$ bilhões)	4,67	5,08	5,44	5,79	6,17
PIB nominal "per capita" (US\$)	5.343	5.740	6.120	6.490	6.881
PIB PPP (US\$ bilhões)	8,19	8,65	9,16	9,68	10,19
PIB PPP "per capita" (US\$)	9.375	9.777	10.304	10.837	11.364
População (mil habitantes)	873	885	889	893	897
Desemprego (%)	5,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Inflação (%) ⁽²⁾	3,93%	2,81%	3,30%	3,00%	3,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-5,01%	-4,49%	-5,20%	-4,50%	-4,00%
Dívida externa (US\$ milhões)	867,80	681,40	n.d.	n.d.	n.d.
Câmbio (F\$ / US\$) ⁽²⁾	2,09	2,06	2,10	2,11	n.d.
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura	10,6%				
Indústria	17,9%				
Serviços	71,5%				

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2018 e da Cia.gov.

(n.d.) Dado não disponível.

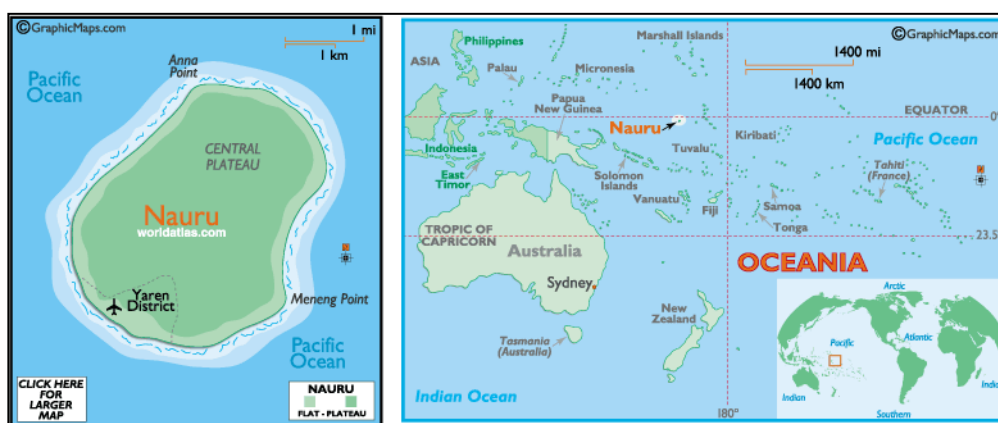
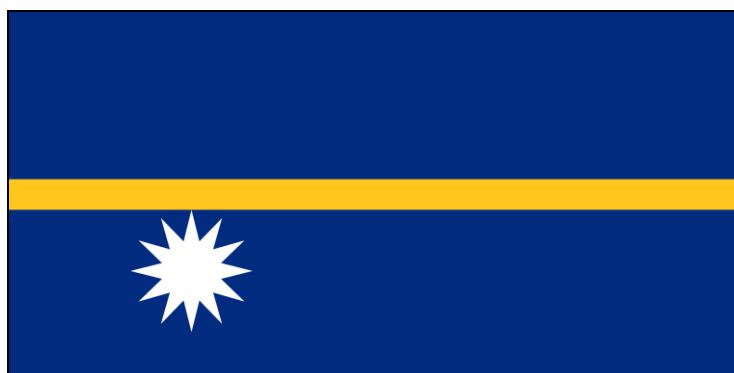
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média de fim de período.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

NAURU



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2018

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Nauru
ADJETIVO GENTÍLICO	nauruano
CAPITAL	Não há capital oficial. Escritórios do governo encontram-se no distrito de Yaren
ÁREA	21 km ²
POPULAÇÃO (2017)¹	13 mil habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Nauruano e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (66%) e católicos (34%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento de Nauru (Parliament of Nauru); Parlamento unicameral, composto por 19 membros, eleitos para mandatos de 3 anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente Baron Waqa
CHANCELER	Presidente Baron Waqa (cargo acumulado)
PIB NOMINAL (2017)¹	US\$ 114 milhões
PIB PPP (2017)¹	US\$ 159 milhões
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2017)¹	US\$ 8.575
PIB PPP <i>per capita</i> (2017)¹	US\$ 12.002
VARIAÇÃO DO PIB (2017)	3,96%
IDH²	Não há medida de IDH pelo PNUD
EXPECTATIVA DE VIDA²	80 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	Dado indisponível
ÍNDICE DE DESEMPREGO³	23% (2011)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar australiano (AUD)
EMBAIXADOR EM NAURU (cumulativa com Camberra)	Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há
BRASILEIROS NO PAÍS	Não há registro do número de brasileiros residentes em Nauru

¹Não há dados econômicos mais recentes

² Dados do Relatório 2013 PNUD

³ Dado do Cia World Factbook, não há dado mais recente.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: MDIC*

BRASIL⇒ NAURU	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	0	0	0,4	0	0	86.9	4.5	7	0.2	0.083	0.006
Exportações	0	0	0,4	0	0	86.9	0	0	0	0	0
Importações	0	0	0	0	0	0	4.5	7	0.2	0.083	0.006
Saldo	0	0	0,4	0	0	86.9	-4.5	-7	-0.2	-0,08	-0.006

APRESENTAÇÃO

Nauru é um dos menores países do mundo, com apenas 21 km² de extensão e uma população de cerca de 13 mil habitantes. O Presidente é sempre um parlamentar, eleito pelo próprio Parlamento, que é unicameral e composto por 19 membros. Desde 2003, Nauru teve 11 Presidentes da República. O atual, Baron Waqa, assumiu o governo do país em 2013.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Baron Waqa

Presidente e Ministro das Relações Exteriores de Nauru



Nascido em dezembro de 1959, foi eleito em maio de 2003 para o Parlamento de Nauru e serviu dois períodos como Ministro do Interior e da Educação. Em junho de 2013 era apoiador do presidente Sprent Dabwido; após o então presidente decidir não participar do pleito, concorreu e venceu as eleições, realizadas no Parlamento, contra o candidato da oposição. Seu governo enfrentou uma crise no início de 2014 em razão da expulsão e cancelamento de vistos de dois nacionais australianos residentes em Nauru. Baron Waqa foi capaz de resistir ao voto de não confiança do Parlamento e permanece no cargo.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em 2 de novembro de 2005, por Troca de Notas.

Entre 29 de abril e 3 de maio de 2009, o Representante Permanente (RP) de Nauru junto à ONU, Marlene Moses, bem como os RPs de Fiji, Samoa, Salomão, Tuvalu, Vanuatu, Marshall, e Micronésia, visitaram o Brasil, a convite do Governo brasileiro. Os RPs mantiveram encontro com o Ministro das Relações Exteriores, interino, Samuel Pinheiro Guimarães, e realizaram visitas a federações de indústrias e centros de pesquisa em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. O Decreto nº 7.206, de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Yaren, na República de Nauru, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

O Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 270, de junho de 2009, publicado no Diário Oficial nº 110, de junho de 2009, o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru. O acordo foi assinado em maio de 2006, em Nova York, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O instrumento entrará em vigor na data do recebimento da última notificação (no caso, a notificação de Nauru).

O governo de Nauru manifestou interesse em identificar atividades de cooperação bilateral nas áreas: médico-hospitalar; tecnologia da informação; água e saneamento básico.

Depois de um período em que o intercâmbio comercial entre Brasil e Nauru consistiu apenas em importações brasileiras por aquele país, a balança passou a ser negativa para o Brasil desde 2009, embora os valores exportados por Nauru sejam irrisórios (máximo de US 7 mil, em 2011, US\$ 6 mil em 2017). O ano que registrou maior intercâmbio foi 2007, quando as exportações brasileiras atingiram US\$ 86 mil, um valor 200 vezes maior que o registrado em 2001. Os principais produtos brasileiros exportados para Nauru foram, em 2016, máquinas para peneirar minérios.

Assuntos Consulares

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros nas Ilhas Salomão.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Nauru.

POLÍTICA INTERNA

Nauru foi anexado ao Império Alemão em 1888. Com exceção do período em que serviu de base aérea aos japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial, o país esteve sob a tutela conjunta de Austrália, Reino Unido e Nova Zelândia (1914-1942 e 1947-1968). Tornou-se independente em 1968. Desde fins dos anos de 1980, com o declínio dos preços do fosfato, a ilha vem apresentando cenário de instabilidade política. De 1989 a 2008, houve vinte mudanças no cargo presidencial.

O Presidente da República, escolhido pelo Parlamento, acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. O Gabinete de Ministros é composto por cinco parlamentares escolhidos pelo presidente. O Parlamento nauruano é unicameral e formado por 18 membros, eleitos por voto popular. Os mandatos, tanto do presidente quanto dos parlamentares, são de três anos. Uma vez que não há partidos políticos em Nauru, os candidatos, independentes, disputam as eleições com base nos laços pessoais e familiares.

A partir de 2004, medidas foram tomadas para melhorar a situação econômico-financeira do país. Em 2006, consultas populares foram feitas, visando a reformas constitucionais. No entanto, debates parlamentares e subsequente referendo ainda precisam ser realizados para que a Constituição nauruana seja, de fato, modificada.

Em fins de 2007, após moção de desconfiança, o então Presidente Ludwig Scotty foi deposto e Marcus Stephen assumiu o cargo em dezembro de 2007. Stephen foi reeleito pelo Parlamento em novembro de 2010 mas renunciou em 10 de novembro de 2011 em meio a alegações de corrupção. Em seu lugar assumiu, com margem de apenas um voto na eleição do Parlamento, Frederick Pitcher, porém poucos dias depois, em novembro de 2011, o parlamentar Sprent Dabwido passou para a oposição, que passou a ter vantagem numérica e conseguiu aprovar uma moção de desconfiança. Sprent Dabwido foi nomeado candidato da oposição à presidência e foi eleito em eleição subsequente do parlamento por um resultado de 9 votos a seu favor e 8 contra. Dabwido permaneceu na presidência até junho de 2013, quando decidiu não concorrer à reeleição e foi sucedido por seu aliado Baron Waqa.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1999, Nauru é membro da “Commonwealth” e das Nações Unidas, onde demonstra interesse nos temas relacionados a meio ambiente. Tem participação em várias organizações regionais, como o Foro do Pacífico Sul, a Comunidade do

Pacífico e a Comissão Econômica e Social para Ásia e Pacífico (ESCAP, sigla em inglês).

Nauru mantém relações diplomáticas intensas com a Austrália, parceira fundamental no comércio, na construção de infraestrutura, na melhoria dos serviços e nos programas de desenvolvimento e investimento. Além da Austrália, a república nauruana mantém representações oficiais em Fiji, Taiwan, Bangkok e Nova York (ONU). Ademais, possui Cônsules Honorários em Cingapura, Londres, Auckland, Bruxelas e Kaohsiung (sul de Taiwan).

Em setembro de 2014, na 69ª sessão da AGNU, o Presidente de Nauru, Baron Divavesi Waqa, lembrou a realização em Samoa, no início daquele mês, da III Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, promovida em conjunto com as Nações Unidas. A ONU deve ser, segundo Waqa, o *locus* preferencial para resolução de controvérsias e para o enfrentamento dos grandes desafios mundiais, como o aquecimento global.

Por ocasião da Cúpula do G-20 em Brisbane, em 2014, o Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, realizou encontro com líderes de Nauru e de outros países do Pacífico Sul, durante o qual anunciou medidas de apoio à região, como a criação de fundo de US\$ 1 milhão para adaptação à mudança climática e a elevação do auxílio anual concedido para cada país de US\$ 125 para US\$ 200 mil.

Na 70ª AGNU, o Presidente de Nauru, Baron Waqa, realizou intervenção coerente com as prioridades dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). Avaliou que a Agenda 2030 constitui passo importante para o fortalecimento da legitimidade das Nações Unidas, ao estabelecer uma abordagem mais adequada às necessidades e circunstâncias específicas dos diferentes países. Defendeu que sejam adotadas medidas mais abrangentes de desenvolvimento humano, que não estejam centradas apenas no PIB e renda per capita. Denunciou a realização de pesca ilegal nas águas territoriais do seu país e rogou que a renda da pesca seja direcionada aos reais proprietários dos recursos.

Em abril de 2016, Nauru tornou-se o 189º membro do Fundo Monetário Internacional.

Direitos Humanos

Como dito, a Austrália é o parceiro comercial mais importante, além de fornecer a maior parte da ajuda externa que constitui o orçamento de Nauru. Essa relação especial permitiu a criação, em Nauru, de centro de processamento de pessoas que buscavam asilo na Austrália. O centro funcionou de 2001 a 2008, e foi peça

central na política "Pacific Solution", do governo conservador do então Primeiro-Ministro australiano John Howard. O centro foi reaberto em 2012 pelo governo trabalhista australiano e continua em funcionamento na atual administração liberal-nacionalista. Em 2013, foi assinado acordo bilateral pelo qual Nauru também reassentaria alguns dos imigrantes que tivessem seus pedidos de refúgio aceitos. O centro de processamento tem sido objeto de escrutínio dos observadores internacionais. Desde 2012, o centro tem sido duramente criticado pela Anistia Internacional.

Nauru não tem legislação sobre violência doméstica, sexual, assédio ou família, ou qualquer outra legislação que aborde tráfico de seres humanos ou o turismo sexual. Há pouca documentação sobre violência doméstica contra mulheres e crianças e as estatísticas de criminalidade não são desagregadas por sexo da vítima.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos anos 1970 e 80, o país teve o maior PIB per capita do mundo, devido às suas reservas de fosfato. Desde os anos 1990, no entanto, Nauru tornou-se uma nação empobrecida, devido à exaustão daquelas reservas. Aproximadamente 70% do orçamento nacional provem de assistência externa, sobretudo da Austrália. O desemprego atinge 23% da população e o governo é responsável por 95% dos empregos no país.

Com PIB PPP estimado em US\$ 159 milhões em 2017, Nauru é uma das menores economias do mundo. O setor de serviços é o principal ramo de atividade (turismo), seguido da indústria (minério de fosfato e produtos derivados do coco) e agricultura (coco). O comércio exterior do país apresentou, em 2017, retração de 30,2% em relação a 2013, de US\$ 225 milhões para US\$ 68 milhões. No ranking da ONU de 2012, o país figurou como o 210º mercado mundial, sendo o 189º exportador e o 223º importador. O saldo da balança comercial apresentou-se deficitário entre 2013 e 2017, totalizando saldo negativo de US\$ 18 milhões em 2017.

Em 2017, o Japão foi o principal destino das vendas de Nauru com 26,5% do total. Seguiram-se: Austrália (23,5%); Coreia do Sul (19%); e Nova Zelândia (9,2%). A Austrália foi o principal fornecedor de bens à Ilha, com 74,9% do total. Seguiram-se: Índia (9%), Singapura (6%), Nova Zelândia (3,8%) e China (0,9%). O comércio com o Brasil foi irrisório, tanto em termos de importações como de exportações. Fosfatos de cálcio naturais foram os principais produtos exportados por

Nauru (71,4%), seguidos de aparelhos elétricos para telefonia (3,5%), aparelhos para iluminação (2,2%), óculos para correção (2%) e vestuário de couro natural (1,5%). A pauta de importações de Nauru apresentou-se menos concentrada, sendo os principais produtos importados carnes (7,8%), máquinas elétricas (7,6%), máquinas mecânicas (7,2%), móveis (5,5%) e veículos automóveis (5%).

Entre 2013 e 2017, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou queda de US\$ 261 para US\$ 6, valor referente à importação, pelo Brasil, de pequeníssima quantidade de um único produto de Nauru: resistências elétricas fixas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1888	Ilha de Nauru é anexada pela Alemanha.
1918	Posta sob tutela do Reino Unido.
1942	Capturada pelo Japão e usada como base aérea na II Guerra.
1947	Posta sob tutela conjunta de Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia.
1968	Independência, grande prosperidade econômica advinda da exportação de fosfato.
1989	Queda no preço do fosfato, início de declínio econômico e instabilidades políticas.
2006	Realização de consultas populares para reforma constitucional.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Estabelecimento de relações diplomáticas
2006	Celebração do Acordo de Cooperação Técnica

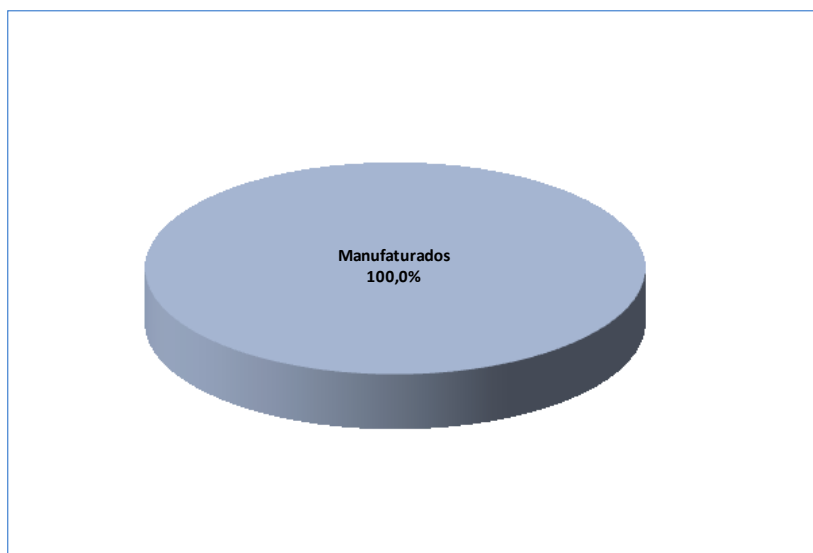
ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de	Entrada	Promulgação
--------	---------	---------	-------------

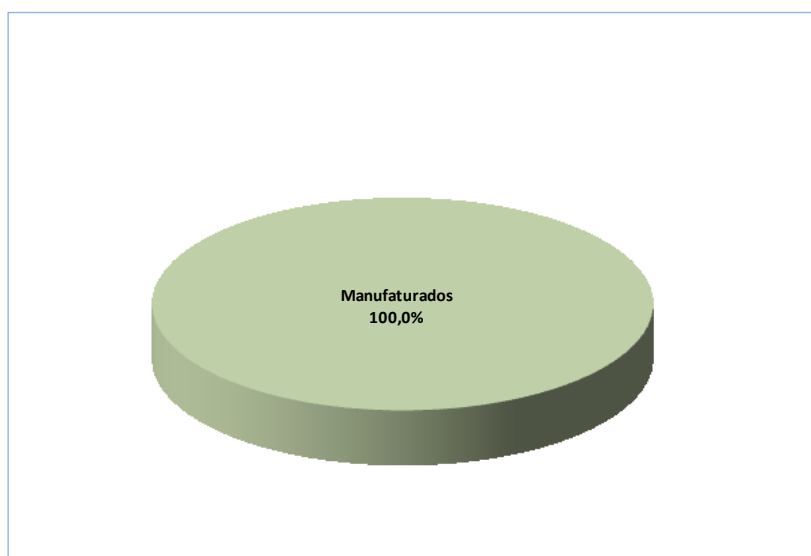
	celebração	em vigor	Decreto nº	Data
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	11/05/2006	---	---	---

**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2016**

Exportações



Importações



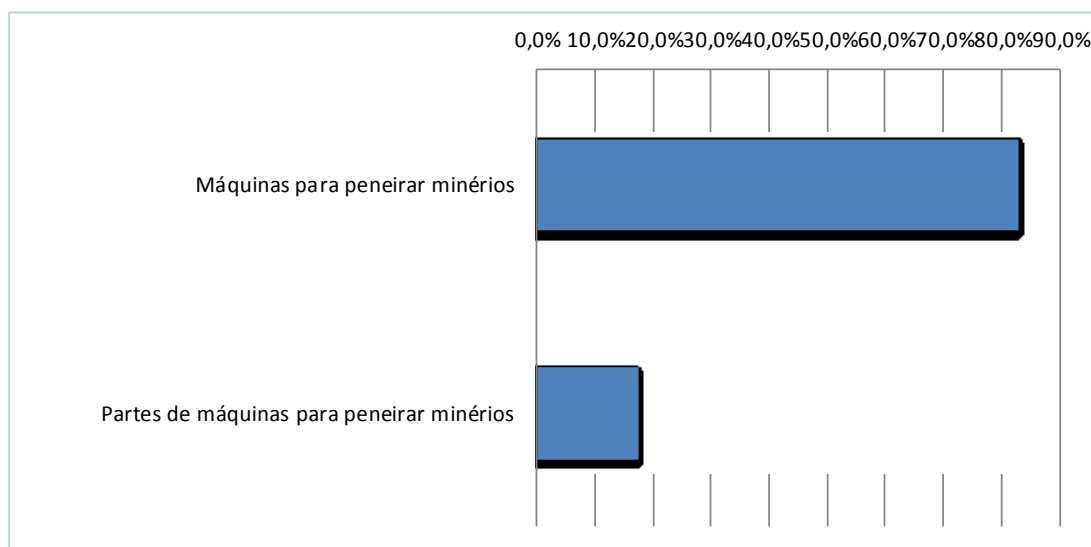
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

**Composição das exportações brasileiras para Nauru (SH8)
US\$**

Grupos de produtos	2016	
	Valor	Part.% no total
Máquinas para peneirar minérios	3.332	82,7%
Partes de máquinas para peneirar minérios	697	17,3%
Subtotal	4.029	100,0%
Outros	0	0,0%
Total	4.029	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2016

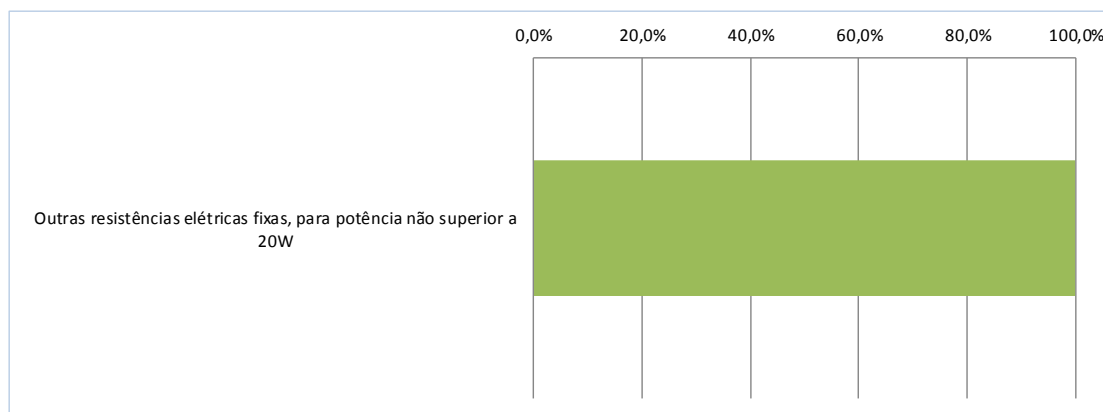


Composição das importações brasileiras originárias de Nauru (SH4)
US\$

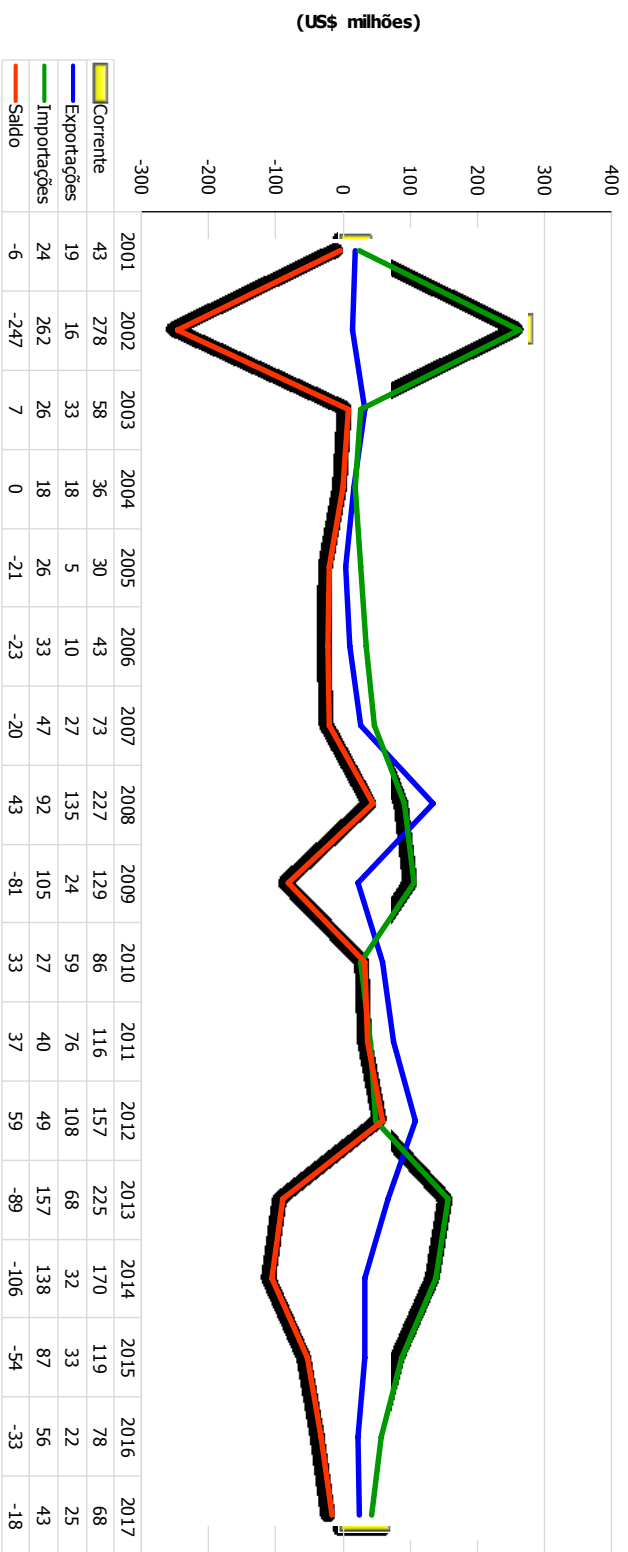
Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Outras resistências elétricas fixas, para potência não superior a 20W	0	0,0%	0	0,0%	6	100,0%
Volantes de direção para veículos automóveis	0	0,0%	2.991	100,0%	0	0,0%
Acumuladores elétricos de íon de lítio	83	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	83	100,0%	2.991	100,0%	6	100,0%
Outros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	83	100,0%	2.991	100,0%	6	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2018.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2016



Comércio Nauru x Mundo



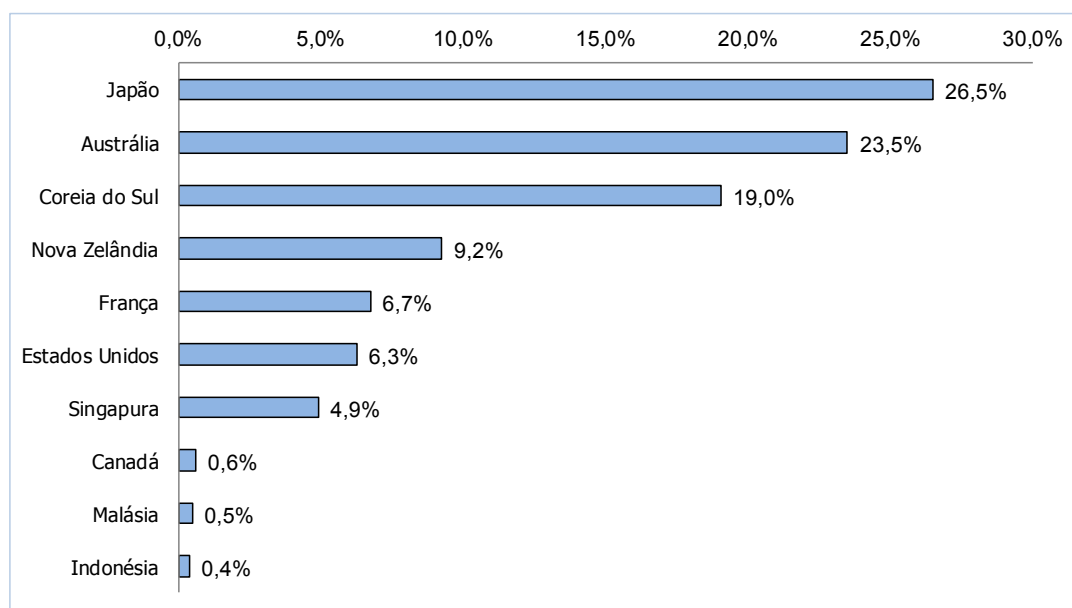
Elaborado pelo MRE/PPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap, May 2018.

Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao TradeMap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.

Principais destinos das exportações de Nauru
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Japão	6,65	26,5%
Austrália	5,90	23,5%
Coreia do Sul	4,78	19,0%
Nova Zelândia	2,32	9,2%
França	1,69	6,7%
Estados Unidos	1,57	6,3%
Singapura	1,23	4,9%
Canadá	0,15	0,6%
Malásia	0,12	0,5%
Indonésia	0,09	0,4%
...		
<i>Brasil (36º lugar)</i>	0,00	0,0%
Subtotal	24,50	97,6%
Outros países	0,60	2,4%
Total	25,10	100,0%

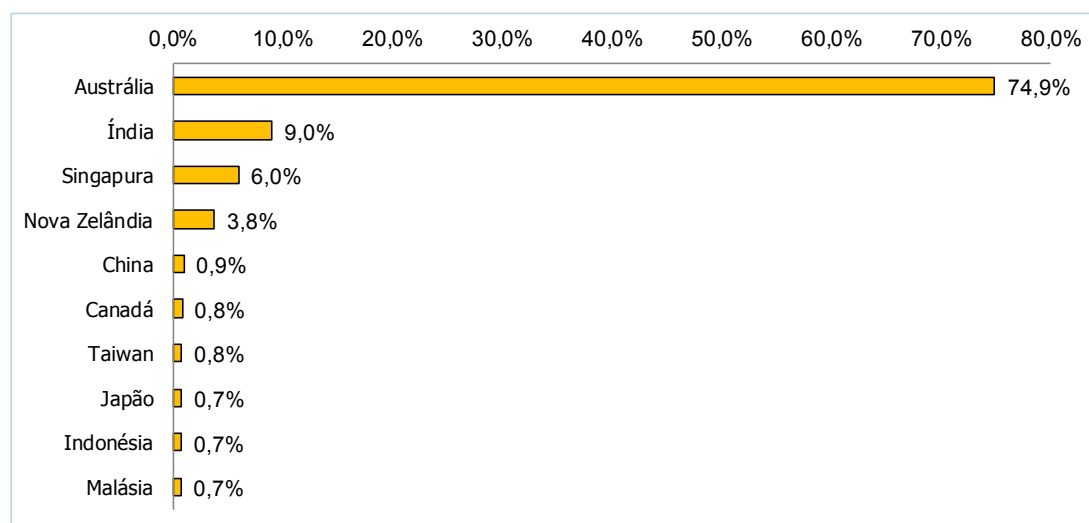
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*



Principais origens das importações de Nauru
US\$ milhões

Países	2 0 1 7	Part.% no total
Austrália	32,09	74,9%
Índia	3,85	9,0%
Singapura	2,55	6,0%
Nova Zelândia	1,61	3,8%
China	0,40	0,9%
Canadá	0,34	0,8%
Taiwan	0,32	0,8%
Japão	0,32	0,7%
Indonésia	0,30	0,7%
Malásia	0,30	0,7%
...		
Brasil (25º lugar)	0,00	0,0%
Subtotal	42,08	98,2%
Outros países	0,77	1,8%
Total	42,85	100,0%

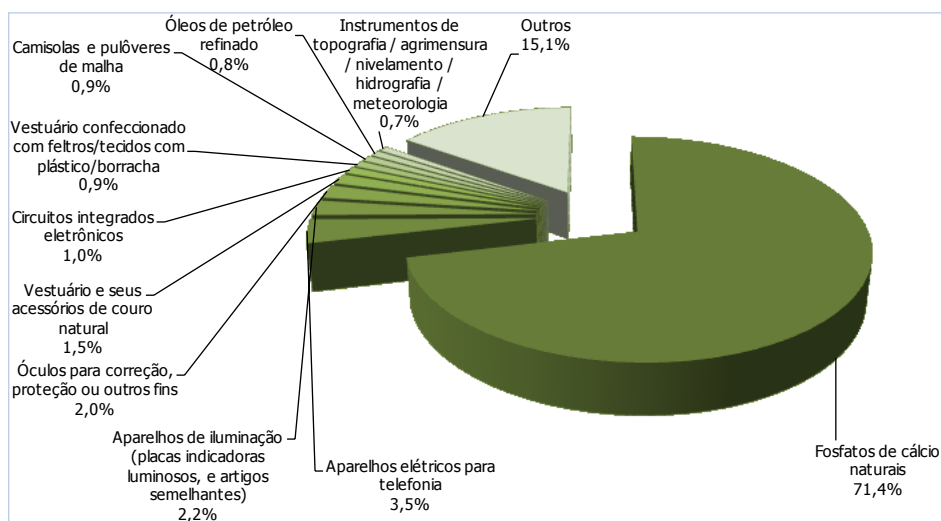
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*



Composição das exportações de Nauru (SH4)
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2 0 1 6⁽¹⁾	Part.% no total
Fosfatos de cálcio naturais	16,01	71,4%
Aparelhos elétricos para telefonia	0,78	3,5%
Aparelhos de iluminação (placas indicadoras luminosas, e artigos semelhantes)	0,50	2,2%
Óculos para correção, proteção ou outros fins	0,44	2,0%
Vestuário e seus acessórios de couro natural	0,34	1,5%
Circuitos integrados eletrônicos	0,23	1,0%
Vestuário confeccionado com feltros/tecidos com plástico/borracha	0,20	0,9%
Camisolas e pulôveres de malha	0,19	0,9%
Óleos de petróleo refinado	0,19	0,8%
Instrumentos de topografia / agrimensura / nivelamento / hidrografia / meteorologia	0,17	0,7%
Subtotal	19,05	84,9%
Outros	3,39	15,1%
Total	22,44	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.
(1) Última posição disponível em maio de 2018.*



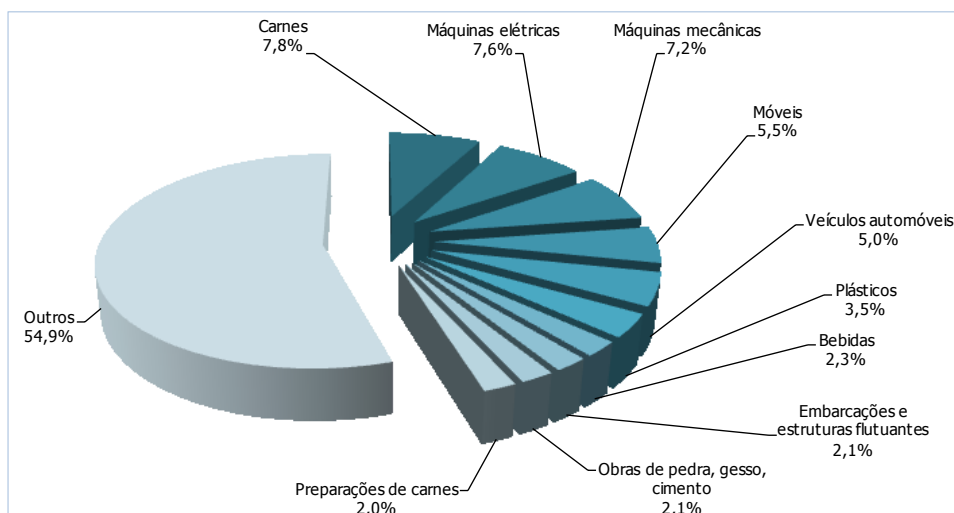
Composição das importações de Nauru (SH2)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2 0 1 6⁽¹⁾	Part. % no total
Carnes	4,38	7,8%
Máquinas elétricas	4,27	7,6%
Máquinas mecânicas	4,04	7,2%
Móveis	3,06	5,5%
Veículos automóveis	2,78	5,0%
Plásticos	1,96	3,5%
Bebidas	1,26	2,3%
Embarcações e estruturas flutuantes	1,18	2,1%
Obras de pedra, gesso, cimento	1,15	2,1%
Preparações de carnes	1,13	2,0%
Subtotal	25,22	45,1%
Outros	30,64	54,9%
Total	55,86	100,0%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.
Nauru não informou suas estatísticas comerciais ao Trademap, portanto os dados foram obtidos por espelho, ou seja, pela informação dos parceiros.*

(1) Última posição disponível em maio de 2018.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos de Nauru

Indicador	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	10,40%	3,96%	-3,00%	0,00%	1,54%
PIB nominal (US\$ milhões)	102	114	114	114	117
PIB nominal "per capita" (US\$)	7.824	8.575	8.800	8.711	8.868
PIB PPP (US\$ milhões)	151	159	158	162	167
PIB PPP "per capita" (US\$)	11.540	12.002	12.220	12.350	12.634
População (mil habitantes)	13	13	13	13	13
Inflação (%) ⁽²⁾	8,22%	1,58%	2,00%	2,00%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,71%	0,68%	-0,68%	0,12%	1,54%

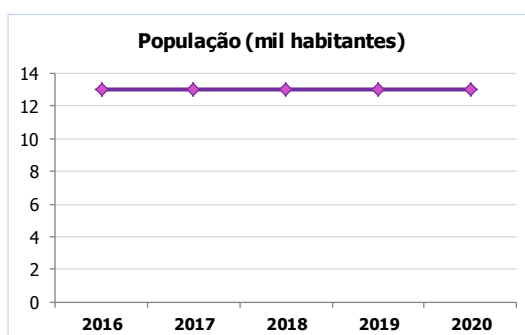
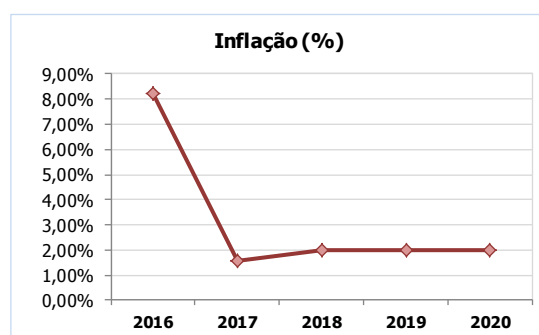
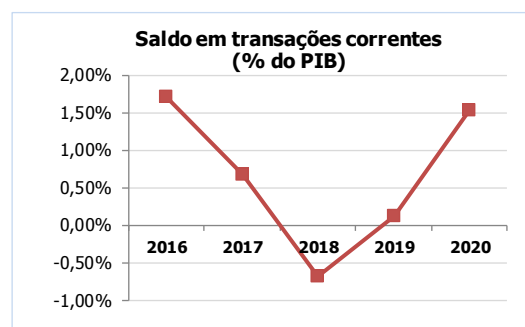
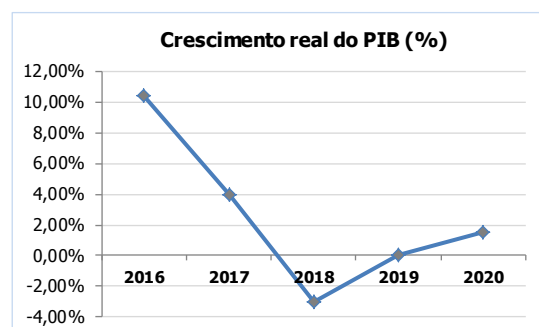
Origem do PIB (2009 Estimativa)

Agricultura	6,1%
Indústria	33,0%
Serviços	60,8%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018 e da Cia.gov.

(1) Estimativas FMI.

(2) Média do período.



Evolução do intercâmbio comercial com o Brasil
US\$ mil, fob

Descrição	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3	2 0 1 3 (jan-mar)	2 0 1 4 (jan-mar)	VAR. % 2009-2013
Exportações brasileiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Varição em relação ao ano anterior	-100,0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	-100,0%	n.a.	
Importações brasileiras	4,51	0,24	7,05	4,00	0,26	0,00	0,00	-94,2%
Varição em relação ao ano anterior	n.a.	-94,8%	(+)	-43,4%	-93,5%	-100,0%	n.a.	
Intercâmbio comercial	4,51	0,24	7,05	4,00	0,26	0,00	0,00	-94,2%
Varição em relação ao ano anterior	-99,9%	-94,8%	2901,7%	-43,4%	-93,5%	-100,0%	n.a.	
Saldo comercial	-4,51	-0,24	-7,05	-4,00	-0,26	0,00	0,00	n.c.

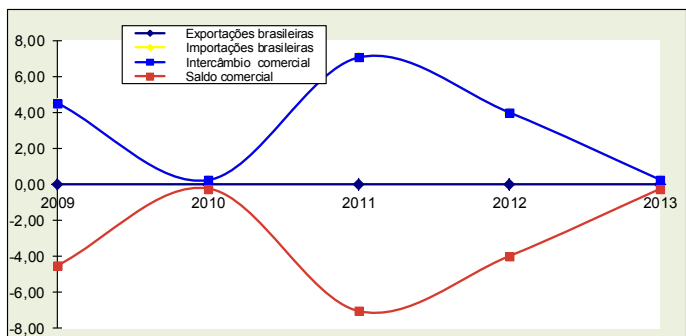
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Dado não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado.

Nauru foi o 234º parceiro comercial brasileiro em 2013. Entre 2009 e 2013, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou queda de 94,2%, de US\$ 4,51 mil para US\$ 261. Nesse período, não houve exportações para o país e as importações caíram 94,2%. O saldo da balança comercial, desfavorável ao Brasil em todo o período, registrou déficit de US\$ 261 em 2013.



Importações brasileiras por fator agregado
2013

Importações



Os produtos manufaturados totalizaram a pauta importadora em 2013, representados pela compra de outras partes para motores de explosão e outras partes de bombas para líquidos.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Composição das importações brasileiras
US\$ mil, fob

Descrição	2 0 1 1	2 0 1 2	2 0 1 3		Principais grupos de produtos importados pelo Brasil
			Valor	Part. % no total	
Máquinas mecânicas	3,57	3,42	0,26	100,0%	Máquinas mecânicas 100,0%
Subtotal	3,57	3,42	0,26	100,0%	
Outros produtos	3,49	0,57	0,00	0,0%	
Total	7,05	4,00	0,26	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

17

Máquinas mecânicas (outras partes para motores de explosão e outras partes de bombas para líquidos) foram os únicos produtos importados daquele país em 2013.

Aviso nº 324 - C. Civil.

Em 27 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, nas Ilhas Salomão, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, na República de Vanuatu, na República de Fiji e na República de Nauru.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República